

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Cleiton Luis Froelich

**A PROPRIEDADE DA TERRA E A ESTRUTURA AGRÁRIA DOS
MUNICÍPIOS DA CAMPANHA OCIDENTAL DO RIO GRANDE DO SUL
NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XXI.**

Santa Maria , RS
2019

Cleiton Luis Froelich

**A PROPRIEDADE DA TERRA E A ESTRUTURA AGRÁRIA DOS
MUNICÍPIOS DA CAMPANHA OCIDENTAL DO RIO GRANDE DO SUL NAS
PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XXI.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito para a obtenção do título de **Mestre em Geografia.**

Orientador: Prof. Dr. Cesar De David

Santa Maria, RS
2019

Froelich , Cleiton Luis

A propriedade da terra e a estrutura agrária dos municípios da Campanha Ocidental do Rio Grande do Sul nas primeiras décadas do século XXI / Cleiton Luis Froelich .- 2019.

94 p.; 30 cm

Orientador: Cesar De David

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, RS, 2019

1. Estrutura Agrária 2. Estrutura fundiária 3. Espaço 4. Território 5. Monoculturas I. De David, Cesar II. Título.

Cleiton Luis Froelich

**A PROPRIEDADE DA TERRA E A ESTRUTURA AGRÁRIA DOS
MUNICÍPIOS DA CAMPANHA OCIDENTAL DO RIO GRANDE DO SUL NAS
PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XXI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Área de Concentração Análise Ambiental e Territorial do Cone Sul, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito para obtenção do grau de **Mestre em Geografia**.

Aprovado em 28 de março de 2019:


Cesar De David, PHD (UFSM)
(Presidente/Orientadora)


Glaucio José Marafon, PHD (UERJ)


Janete Webler Cancelier, Dra. (UFSM)

Santa Maria, RS
2019

Agradecimentos

Queria agradecer primeiramente a minha mãe Renita Froelich, que se não fosse por ela não estaria na Universidade, por ser mãe e pai ao mesmo tempo, por nunca desistir e sempre estar trabalhando só para eu e minha irmã ter condições de estudar. A minha irmã Tatiane Froelich que ajudou superar várias dificuldades vividas no primeiro ano de Santa Maria, e nos momentos finais do trabalho me ajudou superar algumas barreiras. Também dedico a esse trabalho a uma tia muito querida Mirtes, que mesmo passado um relacionamento abusivo por longos anos consegue a voltar a sorrir nos dias atuais.

Agradecimento ao professor Cesar De David, por ter dado inúmeras oportunidades, para conclusão desse trabalho e foste bastante compreensível nesses anos de trabalho, e como professor tem me inspirado para trabalhos no cotidiano atual. Junto com o professor os demais professores do Programa de Pós Graduação de Geografia, pelos conhecimentos proporcionados nesses anos.

Instituição UFSM, agradecimento enorme, sem você seria difícil fazer uma graduação e pós graduação, mas foi aqui em 8 anos que conheci as melhores pessoas e pude fazer parte de projetos sensacionais, igual ao diretório acadêmico, Práxis e Alternativa, proporcionando as primeiras experiências pedagógicas no qual serviram para desenvolver alguns projetos na atual escola.

Aos amigos Lucas, Vinicius, Cassiano, Vanessa, Marilei, Cesar, Leandro, Helena, Vanderson, Cristielen, Jacson, Francieli, Alice, Jonas, Fran, Julia, Tonico Galera do DAGEO e demais amigos não citados obrigado pelo apoio e momentos alegres. A minha namorada Patricia Porto pelo apoio e ajuda nesses três anos juntos, eterno obrigado.

Nesses últimos dois anos foram muitas experiências novas. Passo a atuar como educador no município de Giruá, onde constato que a educação é resistência, principalmente nestes tempos sombrios que estamos a enfrentar. A cada dia que passo me fortaleço, percebo o papel que a educação possui e como esta pode transformar a vida de crianças, fazê-las sorrir, esse é o papel da escola e vai continuar sendo. Enquanto educador continuarei a buscar melhorias na vida das pessoas, e das pessoas mais oprimidas, mesmo que os governos continuem sucateando a nossa educação.

RESUMO

A propriedade da terra e a estrutura agrária dos municípios da campanha ocidental do rio grande do sul nas primeiras décadas do século XXI.

AUTOR: Cleiton Luis Froelich

ORIENTADOR: Cesar De David

A presente pesquisa trata de um estudo sobre a estrutura fundiária, da Campanha Ocidental, uma microrregião do Estado do Rio Grande do Sul, que tem por seu histórico de formação o mesmo problema agrário que o restante do país possui, que é a concentração fundiária. Essa concentração oriunda do processo de sesmarias, fez com que a região fosse formada por grandes latifúndios, ainda pelas suas características naturais, a pecuária extensiva se tornou a principal atividade econômica da região. Porém nos últimos anos a região vem sofrendo forte mudanças nas suas paisagens e na economia, devido a inserção de monocultura da soja e do eucalipto, transformando assim o território da campanha ocidental. A soja e o eucalipto inseridos na região a partir dos anos 2000, traz consigo alguns problemas que o restante do território da soja sofreu com a revolução verde, apesar de ser muito recente essas possíveis mudanças, alguns estudos apontam problemas ambientais, perda da biodiversidade do bioma pampa, dessa forma esse trabalho tentará levantar algumas discussões a esse respeito e mostrar a estrutura fundiária da campanha. Dessa forma foi estabelecido como objetivo geral: compreender e discutir possíveis mudanças na estrutura fundiária dos municípios da Campanha Ocidental, devido a inserção das monoculturas de soja e eucalipto, e seus impactos nas atividades tradicionais, notadamente a criação de gado bovino e ovino. Mais especificamente pretende-se: resgatar a formação histórica-geográfica da região enfatizando as origens da grande propriedade. Reconhecer os efeitos da introdução e desenvolvimento de monoculturas sobre a estrutura agrária e fundiária dos municípios. Identificando o papel da propriedade na sociedade na cultura regional. A pesquisa foi realizada com dados estatísticos, desta forma, utilizou-se num primeiro momento o método estatístico com o intuito de chegar a indução da relação real por meio da observação em massa (Cavalcante, 2008). A abordagem utilizada baseia-se na dialética, pois entende-se ser a que mais se aproxima da realidade pesquisada. Os procedimentos metodológicos estão divididos em três fases, a primeira constituiu as orientações iniciais, levantamento e análise do material bibliográfico, sendo estes dados secundários, subsidiando a construção do referencial teórico da pesquisa. A segunda, a coleta de dados nos sites do INCRA, CAR e IBGE, possibilitou a partir do cruzamento de dados compreender a estrutura fundiária e o número de estabelecimentos que a região possui. A terceira fase consistiu entre análise de dados e mapeamento do uso do solo dos municípios da campanha Ocidental.

Palavras-Chave: Estrutura fundiária, estrutura agrária, espaço, território, monoculturas.

ABSTRACT

Land ownership and agrarian structure of the counties of the western campaign of the Great Southern River in the first decades of the 21st century.

AUTHOR: Cleiton Luis Froelich

ADVISOR: Cesar De David

The present research deals with a study on the land structure, of the Western Campaign, a micro-region of the State of Rio Grande do Sul, that has for its history of formation the same agrarian problem that the rest of the country possesses, that is the land concentration. This concentration resulting from the sesmarias process led to the region being formed by large latifundia, still due to its natural characteristics, extensive livestock farming became the main economic activity of the region. However, in the last years the region has been undergoing strong changes in its landscapes and economy, due to the insertion of monoculture of soybean and eucalyptus, thus transforming the territory of the western campaign. Soybeans and eucalyptus, introduced in the region since the 2000s, bring with it some problems that the rest of the soybean territory suffered from the green revolution. Although these changes are very recent, some studies point to environmental problems, loss of biodiversity biome pampa, so this work will try to raise some discussions about this and show the land structure of the campaign. Thus, it was established as a general objective: to understand and discuss possible changes in the land structure of the municipalities of the Western Campaign, due to the insertion of soybean and eucalyptus monocultures, and their impacts on traditional activities, notably cattle and sheep farming. More specifically, it intends to: rescue the historical-geographical formation of the region emphasizing the origins of the great property. Recognize the effects of the introduction and development of monocultures on the agrarian and land structure of municipalities. Identifying the role of ownership in society in regional culture. Because the work requires that several data be used, then at first we will work with the statistical method. That aims to arrive at the induction of the real relation through mass observation (Cavalcante, 2008). Then using the dialectic method, because it is the one closest to the reality of the research. Due to the need to gather information about the study area, this paper will present the methodological procedures divided into three phases. The first stage of this work consisted of the initial and constant orientations, survey and analysis of the bibliographic material, these being the secondary data, if they will be the basis for the construction of the theoretical reference of the research. The second phase will be the collection of data on the INCRA, CAR and IBGE sites, and cross-check and analyze data on the land structure with the number of establishments that the region has. The third phase consists of data analysis and mapping of the land use of the municipalities of the Western Campaign.

Key words: Land structure, agrarian structure, space, territory, monocultures.

LISTA DE MAPAS E GRÁFICOS

Mapa 1 – Campanha Gaúcha e suas microrregiões.....	13
Mapa 2 – Uso do solo do município de Alegrete/RS em 2006.....	45
Mapa 3 - Uso do solo do município de Alegrete/RS em 2017.....	47
Mapa 4 - Uso do solo do município de Barra do Quaraí/RS em 2005.....	51
Mapa 5 - Uso do solo do município de Barra do Quaraí/RS em 2017.....	52
Mapa 6 - Uso do solo do município de Garruchos/RS em 2006.....	55
Mapa 7 - Uso do solo do município de Garruchos/RS em 2017.....	56
Mapa 8 - Uso do solo do município de Manoel Viana/RS em 2006.....	60
Mapa 9 - Uso do solo do município de Manoel Viana/RS em 2017.....	61
Mapa 10 - Uso do solo do município de Itaqui/RS em 2006.....	65
Mapa 11 - Uso do solo do município de Itaqui/RS em 2017.....	66
Mapa 12 - Uso do solo do município de Maçambará/RS em 2006.....	70
Mapa 13 - Uso do solo do município de Maçambará/RS em 2017.....	71
Mapa 14 - Uso do solo do município de São Borja/RS em 2006.....	76
Mapa 15 - Uso do solo do município de São Borja/RS em 2017.....	77
Mapa 16 - Uso do solo do município de São Francisco de Assis/RS em 2006...	82
Mapa 17 - Uso do solo do município de São Francisco de Assis/RS em 2017...	83
Gráfico 1 – Total de área que cada classe representa nos anos analisados.....	87

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura 1 – Percentual de números de imóveis cadastrados X Percentual de área cadastrada.....	38
Tabela 1 – Área X povoamento das microrregiões da Campanha Gaúcha.....	41
Tabela 2 – Número de propriedades X área ocupada em Alegrete/RS.....	44
Tabela 3 – Área que cada elemento ocupa no município de Alegrete em 2006 e 2017.....	48
Tabela 4 – Número de propriedades X área ocupada em Barra do Quaraí/RS..	50
Tabela 5 – Área que cada elemento ocupa no município de Barra do Quaraí/RS em 2006 e 2017.....	52
Tabela 6 – Número de propriedades X área ocupada em Garruchos/RS.....	54
Tabela 7 – Área que cada elemento ocupa no município de Garruchos em 2006 e 2017.....	57
Tabela 8 – Número de propriedades X área ocupada em Manoel Viana/RS.....	59
Tabela 9 – Área que cada elemento ocupa no município de Manoel Viana/RS em 2006 e 2017.....	61
Tabela 10 – Número de propriedades X área ocupada em Itaqui/RS.....	63
Tabela 11 – Área que cada elemento ocupa no município de Itaqui/RS em 2006 e 2017.....	66
Tabela 12 – Número de propriedades X área ocupada em Maçambará/RS....	68
Tabela 13 – Área que cada elemento ocupa no município de Maçambará em 2006 e 2017.....	72
Tabela 14 – Número de propriedades X área ocupada em São Borja/RS.....	74
Tabela 15 – Área que cada elemento ocupa no município de São Borja/RS em 2006 e 2017.....	78
Tabela 16 – Número de propriedades X área Ocupada em São Francisco de Assis/RS.....	80
Tabela 17 – Área que cada elemento ocupa no município de São Francisco de Assis/RS em 2006 e 2017.....	83

Sumário	
1. Introdução	11
2. Entendendo o espaço e o território para discutir a estrutura fundiária	19
2.1 Estrutura fundiária.....	29
3. Estrutura fundiária do Rio Grande do Sul e da campanha gaúcha	38
3.1 Estrutura agrária e fundiária dos municípios que compõem a campanha oriental.....	43
3.1.1 Alegrete.....	44
3.1.2 Barra do Quaraí.....	49
3.1.3 Garruchos.....	53
3.1.4 Manoel Viana.....	58
3.1.5 Itaqui.....	62
3.1.6 Maçambará.....	67
3.1.7 São Borja.....	73
3.1.8 São Francisco de Assis.....	79
3.2 A monocultura e mudança do território na campanha ocidental.....	85
Considerações finais	88
Referências	91

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa trata de um estudo sobre a estrutura fundiária da Campanha Ocidental, dando ênfase às mudanças que ocorreram nas primeiras décadas do século XXI, sobretudo no que diz respeito à introdução e expansão das monoculturas de soja e eucalipto nessa região.

A estrutura fundiária brasileira é concentrada, pois ao longo de sua história, desde o início da conquista portuguesa, com a formação das Capitânicas Hereditárias e a doação das Sesmarias, predominou a grande propriedade rural. Cabe destacar que essa situação histórica nunca foi efetivamente superada, pois o país nunca teve uma política efetiva de reforma agrária.

Por sua vez, não foi diferente na região da Campanha Gaúcha que, por sua história singular, foi um lugar que sempre teve grande concentração fundiária, pois foi formado por Sesmarias, para ocupação e proteção da fronteira devido a conflitos entre as coroas portuguesa e espanhola.

Além da concentração fundiária o território que forma a região é rico em aspectos naturais e culturais, tendo no Bioma Pampa uma especificidade, única no Brasil. Esse bioma proporcionou por muito tempo a possibilidade da criação de gado, o que resultou numa paisagem cultural típica do Gaúcho. Reverbel (1986, p. 15) vai além e fala que “o boi é o pai do gaúcho”. Para ele, sem o boi não haveria a exploração dos rebanhos de gado, a dita idade do couro, a estância e a própria formação do gaúcho.

Outro autor que fala do surgimento do Gaúcho e relação com a paisagem será Crawshaw:

A paisagem cultural que resulta disso é fruto da relação entre esta forma de viver do gaúcho, quer seja ele platino ou brasileiro, “ladrão de gado”, nômade, guerreiro ou peão “domado” de estância. Estas e várias outras podem ser interpretações da figura do gaúcho. De qualquer forma, o pano de fundo deste personagem é sempre a paisagem campestre. (Crawshaw, 2007, p. 244)

Assim a mesma autora defende, que a paisagem que deu origem ao gaúcho só existe sobre a paisagem natural campestre. As duas perdem espaço juntas. Desta forma, o desaparecimento do campo nativo substituído por lavouras atua também na transformação de uma identidade. Em todo o país, o sul-rio-grandense é chamado de gaúcho e caracterizado como figura de pele e

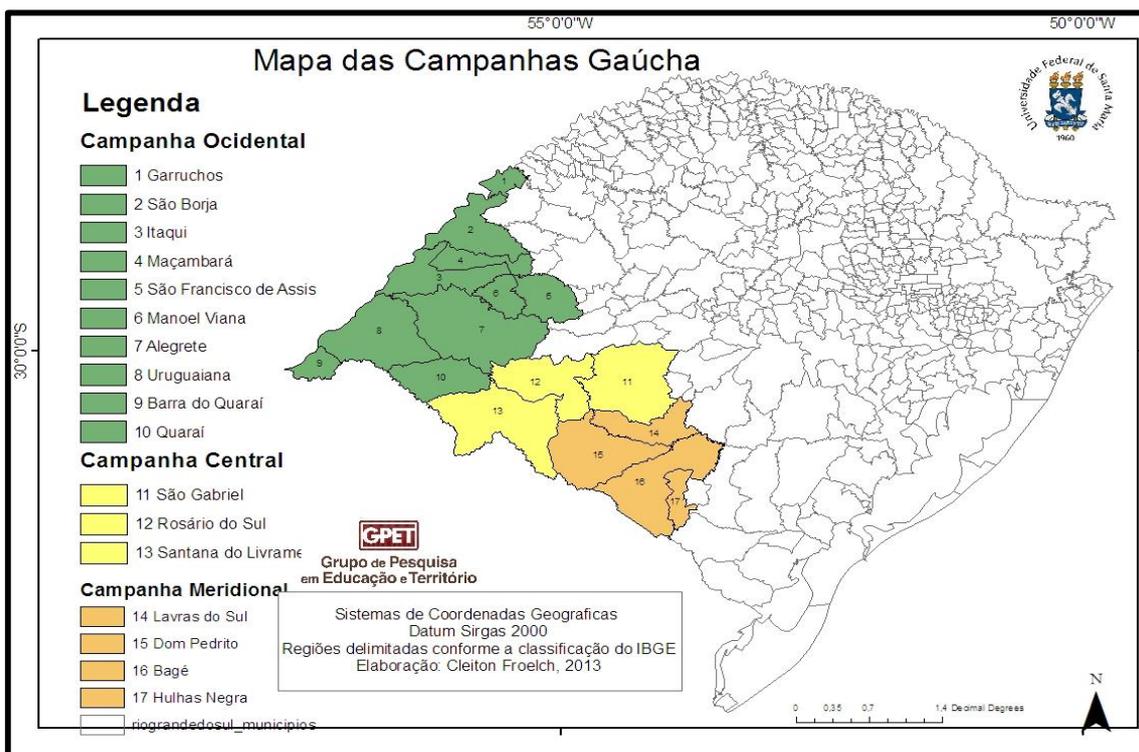
olhos claros, o que pouco se identifica com a real origem do gaúcho original. Isto pode ser considerado um dos sinais do distanciamento entre o sul-rio-grandense e a paisagem do gaúcho (Crawshaw, 2007).

A pesquisa abordará a realidade desse gaúcho, no espaço da Campanha Ocidental, mostrando a estrutura fundiária da região e desse território rico em biodiversidade, cultura, história e pleno de transformações nesses últimos anos.

A Campanha Gaúcha abrange áreas levemente onduladas com campos, na porção sul do Rio Grande do Sul junto às fronteiras brasileiras com o Uruguai, ao sul e com a Argentina, a oeste. Sua extensão varia ao longo do tempo e segundo diferentes propostas de regionalização (Rodrigues, 2007).

Essas diferentes regionalizações foram propostas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o qual delimitou a Campanha Gaúcha em três subdivisões: a Campanha Ocidental, a Campanha Central e a Campanha Meridional (IBGE, 2006). A campanha Ocidental abrange 10 municípios, ocupando uma extensão de 31.125 Km², o que corresponde a aproximadamente 13% do território do Estado do Rio Grande do Sul. (Mapa 1)

Mapa 1: Campanha Gaúcha e suas microrregiões



Porém para esse trabalho não é só importante mostrar a Campanha Ocidental, pois ela está diretamente ligada ao Bioma Pampa, o qual não se restringe ao Estado do Rio Grande do Sul ou ao Brasil, ele se estende para Argentina e Uruguai, tendo uma extensão total de 750 mil Km² (IBGE, 2006). E toda essa área do Bioma será importante para nosso trabalho, pois nesse espaço regional onde se insere o território sul rio-grandense, deu-se o surgimento do Gaúcho e está marcado por marcantes aspectos culturais e socioeconômicos.

Quando falamos do Bioma Pampa, sobretudo na região da Campanha Ocidental, logo nos remetemos aos campos nativos, formados pelas coxilhas onduladas e gramíneas, porém sua vegetação se amplia para matas ciliares, matas de encosta, matas de pau-ferro, formações arbustivas, butiazais, banhados, afloramentos rochosos (Pereira, 2012).

O clima da região é subtropical úmido, com verões quentes. Apresenta temperaturas médias de 19,4°C com mínima absoluta de -5,1°C e máxima de

42,6°C. A precipitação anual é superior a 1300 mm e inferior a 1800 mm, com regimes de chuvas hibernais¹ (Machado, 1950).

A biodiversidade também é uma grande característica da região, tendo mais de 3000 espécies de plantas, com notável diversidade de gramíneas (que ultrapassam mais de 450 espécies), outras como compostas, leguminosas e cactáceas complementam a diversidade de plantas encontradas na região da Campanha Gaúcha (IBGE, 2006).

Além da vegetação presente na região, a Fundação Zoobotânica do Estado do Rio Grande do Sul identificou cerca 500 espécies de aves e mais de 100 espécies de mamíferos terrestres. Abriga espécies endêmicas como o Tuco-tuco (*Ctenomys flamarioni*), o beija-flor-de-barba-azul (*Heliomaster furcifer*); o sapinho-de-barriga-vermelha (*Melanophryniscus atroluteus*) e outras, ameaçadas de extinção como o veado campeiro (*Ozotocerus bezoarticus*), o cervo-do-pantanal (*Blastocerus dichotomus*), o Caboclinho-de-papo-branco (*Sporophila palustris*) e o picapauzinho-chorão (*Picoides mixtus*).

Essa biodiversidade comprova a importância do bioma Pampa. Rico em espécies vegetais e animais destaca-se, também, em todo o país, pela sua diversidade e complexidade, pois neste bioma desenvolvem-se atividades que conferem-lhe uma condição socioeconômica particular. Como sua maior diversidade está nas gramíneas, esta permitiu o desenvolvimento de sua atividade econômica mais tradicional: a pecuária extensiva, desde o início de sua ocupação e povoamento até os dias mais atuais.

Porém o Bioma Pampa vem sofrendo constantes ‘injeções’ de capital externo, via monoculturas de espécies exóticas, e essas são tidas como a solução para os problemas ambientais por tratar-se de plantio de árvores. Este é um exemplo nítido da “mercantilização do meio ambiente”, visto que a preocupação ambiental não passa de slogan publicitário para facilitar a inserção dessas multinacionais e sua busca desenfreada pelo lucro (Figueiró, 2012).

A preocupação de preservar essa paisagem decorre da situação em que se encontram seus principais recursos, pois os números apresentados por Picolli e Schnadelbach (2007 *apud*, Figueiró, 2012), comprovam que de sua vegetação campestre e dos seus banhados característicos, restam apenas 39%. Entre os

¹ Chuvas que ocorrem no inverno.

anos de 1970 e 2005, segundo as autoras (op. cit.), estima-se que 4,7 milhões de hectares de pastagens nativas foram convertidos em outros usos agrícolas, como lavouras e plantações de árvores exóticas.

Esses números decorrem, portanto, das mudanças ocorridas na forma e nos cultivos tradicionais, como a pecuária extensiva sobre os campos nativos, em grande parte substituída, a partir dos anos de 1970, pelos cultivos do arroz, da soja e das árvores, alterando sobremaneira a paisagem da Campanha Ocidental, e dos seus municípios.

A campanha Ocidental, sendo a microrregião maior das três que compõem a campanha Gaúcha, leva aspectos culturais e sociais bastante semelhantes, com as outras duas microrregiões que compõem o todo a Campanha Gaúcha. Porém algumas características físicas serão diferentes, principalmente essa região fazer parte do planalto sul-riograndense, mais especificamente a região que compõem a cuesta de haedo².

Essas características físicas do solo, permitirão que essa região, se destaca em alguns da agricultura, principalmente no cultivo de arroz, onde é apontada pelo IRGA como a região com maior área cultivada, o que também facilita essa região ser banhado pelo rio Ibicuí e pelo Rio Uruguai.

As lavouras de arroz, soja e eucalipto, esses dois últimos introduzido na maioria dos municípios que compõem a Campanha Ocidental nesse século XXI, traz consigo algumas características marcantes, que podemos observar no restante do país que foram cultivados esses produtos agrícolas. Sendo assim esse trabalho pretende discutir conceitos importantes da geografia agrária.

Nesses últimos anos esse território vem sofrendo transformações amplas e profundas, principalmente em decorrência da expansão dos cultivos de soja e de eucalipto. Esse último decorre da ação de empresas estrangeiras que investiram na compra de terras ou no domínio de grandes áreas de produção, por meio do arrendamento, além da influência na definição de políticas públicas de apoio ao desenvolvimento do setor.

A soja, monocultura que se expandiu mais recentemente, decorre das inovações tecnológicas que permitiram seu cultivo em áreas antes consideradas inadequadas. Tal é o caso das sementes transgênicas e do plantio direto na palha, que possibilitou a semeadura sem o revolvimento do solo. A expansão vertiginosa da soja na região decorre de muitos fatores além dos já

mencionados, que serão responsáveis por transformar a região em uma das mais importantes áreas de produção agrícola do estado e do país.

Apesar dos estudos que abordam as mudanças socioeconômicas decorrentes da expansão dos monocultivos estarem presentes na região, são poucos os estudos que tratam especificamente das alterações na estrutura fundiária regional, decorrentes das transformações em curso, sobretudo da expansão das monoculturas da soja e do eucalipto nas últimas décadas.

Para resolver a problemática da pesquisa, foi estabelecido como objetivo geral: analisar as transformações na estrutura fundiária dos municípios da Campanha Ocidental do Rio Grande do Sul, devido à expansão recente das monoculturas de soja e eucalipto, e seus impactos nas atividades tradicionais, notadamente a criação de gado bovino e ovino. Com objetivos específicos pretende-se: (a) resgatar a formação histórica-geográfica da região, reconhecendo os principais momentos de introdução e desenvolvimento do eucalipto e da soja nos municípios da Campanha Ocidental; (b) fazer um levantamento de dados estatísticos, para análise da estrutura fundiária, com dados do INCRA, CAR e IBGE; (c) analisar os impactos territoriais na região através de mapeamento do uso do solo.

Para atingir os objetivos propostos na investigação, foi selecionado algumas abordagens como método, sendo um deles o estatístico. Que tem o intuito de chegar a indução da relação real por meio da observação em massa (Cavalcante, 2008).

Dessa forma, nesse método a observação se compensa e desaparecem acidentalidades individuais, oculta os fenômenos. Sendo assim Cavalcante, fala dos fundamentos e resultados que podemos obter com esse método:

Seu fundamento reside na lei dos grandes números, porque a aproximação do princípio ou causa constante, não cresce em razão direta, mas em proporção à raiz quadrada do número de observações. Com essa relação chega-se, assim, à expressão da efetiva constituição do fenômeno. Operando com grandes números desaparecem as diferenças unitárias e aparece uma fisionomia diversa, uma nova ordem, coletiva, que exprime um conceito de lei. A expressão estatística atenderá à causa, será fixa e constante, se esta for constante; será dada pelas regularidade das variações, se a causa for, mais frequentemente, um conceito de evolução. Isso vai da estequiômetria dos fenômenos sociais. Tudo é ordem. Tudo é fenômeno de expressão da lei. As formas de observação do espaço é congruente à observação estatística que oculta os fenômenos, a

indução da relação do real constitutivo. Trata-se de uma transformação em massa (Cavalcante, 2008, p.18).

O método auxiliou na construção do terceiro capítulo, que apresenta tabelas, sobre a estrutura fundiária dos municípios que compõem a campanha Ocidental. O levantamento de dados referente a estrutura fundiária foi realizado por meio de consulta aos bancos de dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e do Cadastro Ambiental Rural (CAR). Os dados sobre os estabelecimentos rurais foram coletados junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos Censos Agropecuários e demais plataformas on line de pesquisa.

As tabelas apresentadas demonstram informações sobre a estrutura fundiária da Campanha Ocidental. Seus dados foram coletados num trabalho de campo realizado no ano de 2018 no INCRA de Porto alegre. A estratificação das classes utilizada segue parâmetros determinados pelo INCRA, onde: 0-4 módulos fiscais são consideradas pequenas propriedades; de 4-15 módulos fiscais médias propriedades e acima de 15 módulos fiscais grandes propriedades.

Um módulo fiscal também varia de município para município, dependendo sua extensão territorial, a qualidade do solo, relevo, clima, e para ter acesso ao modulo fiscal de cada município basta acessar o Anexo 1 deste trabalho. O trabalho teve também uma entrevista como o engenheiro agrônomo da EMATER de Alegrete, no qual é o escritório principal da região da Campanha Ocidental. Com objetivo de um reconhecimento maior da área estudada, além da explicação como ocorreu a introdução dos novos cultivos e as discussões que permeiam o cultivo de eucalipto e soja.

As datas para a análise de dados, se deu a partir de escolha que melhor representa os cadastros do INCRA e os registros do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), ou seja, de 2005 - 2017. Nos dados apresentados no ano de 2005, estão todos as propriedades cadastradas anteriormente a esse ano, tendo propriedades registradas desde 1991. As propriedades em 2015 são as propriedades registradas pós 2005 até 2015 e as de 2017 são propriedades registradas em 2016 e 2017. Dessa forma a área do município não aumento e sim somente o número de propriedades registradas no INCRA.

Os mapas presentes nesta dissertação foram elaborados utilizando técnicas de geoprocessamento. As imagens da área de pesquisa, foram baixadas do satélite Landsat 5, disponibilizadas no site do Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (INPE). Alguns cuidados na captação das imagens se fizeram necessários. Para melhor visualização e interpretação as imagens não poderiam apresentar coberturas de nuvens, assim as imagens variam de meses, mas com o cuidado de pegar épocas de cultivos iguais, geralmente de dezembro a fevereiro, o que possibilitou ter a mesma interpretação para todos os municípios.

De posse das imagens de satélite, início a fase do georeferenciamento utilizando o programa Arcgis 10.1. A partir deste, consigo montar um mosaico da imagem com o limite do município, permitindo analisar e interpretar a imagem somente naquele município. Esse limite foi retirado da malha cartográfica do Rio Grande do Sul e essa está disponível para todos no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A interpretação e análise das imagens foi realizada com a utilização do Software ENVI, versão 4.3. As imagens abrem na coloração RGB, o que permite abrir vários displays com coloração falsa, possibilitando uma melhor compreensão e análise do que se procura. Por exemplo, para diferenciar eucalipto da vegetação originária local, através da imagem de satélite e coloração RGB, os dois aparecem verdes, mas numa composição de falsa cor, o eucalipto tem uma tonalidade diferente da vegetação, sem contar que o eucalipto é plantado em quadrado, o que facilitando a interpretação.

Após abrir a imagem em diversas composições de cores, link os displays para analisar cada área, abre a ferramenta ROIS, essa vai fazer com que você colete os pontos que corresponda o que você quer representar, como o foco era só eucalipto, classifiquei a imagem em seis categorias, vegetação, eucalipto, solo, solo exposto, água e campo, para cada categoria era mais ou menos coletados 30 a 40 amostras para o programa conseguir fazer uma análise mais corretas.

Terminado as coletas dos pontos, você salva o ROIS, e vai à opção classificação supervisionado, nessa opção o programa irá sozinho classificar sua imagem através dos pontos que você coletou no ROIS, após o termino da classificação passa um filtro na imagem e seu mapa estará pronto.

Para saber a quantidade em área, utilizei o mapa no Arcgis, reclassifiquei a imagem o que gerou um Raster, que serviu para ver os polígonos coletados e quantos pixes da imagem correspondem cada área representada, sequencialmente crio um vetor o qual possui uma tabela anexada, onde adicionei mais uma coluna criando o DOUBLE. A partir destas sequências o programa calcula a área em hectares de cada categoria.

Para entender como se estabelece a estrutura agrária dos municípios da campanha ocidental do Rio Grande do Sul nas primeiras décadas do século XXI, a dissertação estrutura-se em três capítulos. No capítulo 1, "Introdução", apresenta-se o tema da pesquisa, os objetivos e o caminho metodológico adotado. No capítulo 2, "Entendendo o espaço e o território para discutir a estrutura fundiária", discussões teóricas dos conceitos espaço, território e estrutura agrária com base em Santos, Raffestin e Oliveira. O capítulo 3, "Estrutura fundiária do Rio Grande do Sul e da campanha gaúcha", expõe os resultados da estrutura agrária da Campanha Ocidental, a estrutura fundiária dos municípios através das tabelas das propriedades rurais e área que cada classe ocupa, assim como o mapeamento do uso do solo.

2. ENTENDENDO O ESPAÇO E O TERRITÓRIO PARA DISCUTIR A ESTRUTURA FUNDIÁRIA

Espaço, território e territorialidades são importantes conceitos quando se discute estrutura fundiária. Considerando que a sociedade humana é compreendida enquanto processo, ou seja, nunca estará acabada, torna-se fundamental situá-la dentro de um contexto de espaço e tempo. Bem como, problematizar a relação entre processos técnicos e a noção do espaço (Santos, 1996). Neste sentido, este capítulo tem como objetivo apresentar uma revisão teórica desses conceitos.

O geógrafo Milton Santos (1996), apresenta em suas obras o conceito do espaço e as modificações neste provocadas por técnicas. Bem como, fala de cuidados importantes que os geógrafos devem ter em analisar o espaço geográfico. Para Santos (1996), em algum momento do passado, "tempo" e "espaço" coexistiam, mas não se misturavam ao lugar (Santos, 1996). Assim, o espaço existe a partir das condições que ele oferece, por exemplo, para a

comunicação, lazer, circulação, residência. E torna o “tempo” concreto a partir do processo de produção.

O espaço está sujeito a constantes avaliações, por vezes objetivas e tantas outras subjetivas, de cunho individual e/ou coletivo, correspondendo a uma realidade percebida, a partir do olhar objetivo e subjetivo do observado. Bem como, o espaço pode ser do trabalho ou da distância, no qual as técnicas que comandam o trabalho, orientam modificações e são percebidas com o tempo e supõe o lugar. Enquanto o espaço distância supõe o quanto o processo produtivo é adequado a extensão. Assim, o espaço geográfico trabalho e o espaço geográfico distância estão ligados a partir destas manifestações do uso do tempo, tornando a noção de trabalho e dos instrumentos de trabalho fundamentais para as explicações geográficas (Santos, 1996).

Considerando que o espaço é resultado da ação da sociedade nessas formas-objetos e que esta não muda de lugar, mas tem ressignificada a sua função e conseqüente valor sistêmico, Santos (1996) entende que o espaço é um sistema de valores, em constante transformação, tornando-se sempre presente, uma situação única. A sociedade, a partir de seus movimentos, transforma a organização do espaço, cria novos pontos de equilíbrio e atribui novas funções às formas geográficas, tornando o espaço uma síntese, sempre em transformação, entre as formas espaciais e o conteúdo social enquanto resultado dos processos produtivos (Santos, 1996).

Assim, o espaço é o produto histórico, resultante das ações praticadas pelo homem e envolve todos os objetos e as ações que existem naquela extensão e modificam o próprio lugar (Santos, 1996). A dialética do movimento do espaço entre Estado e mercado e o novo e velho descrevem a relação espaço-tempo. O autor supracitado, divide o espaço em territórios sem separá-los. Os territórios estão no espaço geográfico de acordo com Saquet apud Santos (2009). Dessa forma existe diferença entre espaço e território, porém vale frisar que os dois não estão separados. Conforme Saquet destaca:

Tal diferenciação é necessária, porém é fundamental reconhecer que espaço e território não estão separados: um está no outro. O espaço é indispensável para a apropriação e produção do território, consoante já indicamos em Saquet (2000 e 2005), quando tentamos propugnar em favor da trilogia tempo-espaço-território como orientação inicial para uma pesquisa da ciência geográfica. (Saquet, 2009, p.83)

A organização social, que enquadra o espaço a partir de aparatos jurídicos e políticos, e que estabelece relações de domínio, dá origem ao território. O conceito de território não segue os padrões da divisão política e administrativa do Estado Brasileiro (federal, estadual e municipal), justificando assim, a necessidade de programas e projetos planejados de forma específica (Verde, 2004). O conceito de território nos últimos anos, vem ganhando maior atenção principalmente na geografia agrária. No último Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA), realizado em Aracaju/SE, se evidenciou um grande número de trabalhos utilizando o termo território, como mesas redondas que discutiram os amplos territórios do Brasil, em especial o território da soja, que cresce anualmente no Brasil, criando várias desterritorialização e reterritorialização.

De acordo com Quaini apud Saquet (2009) o território é entendido como um produto social resultante das relações espaço-temporais, constituído a partir da política, economia, história e cultura. E se caracterizou por uma concepção relacional de geografia, a partir da relação tempo-espaço e uma perspectiva que permita trabalhar história e geografia juntos, podendo analisar dimensões sociais e incorporar a natureza, apresentando uma abordagem múltipla do território (Saquet, 2009). Nesse sentido a diferenciação entre espaço e território significa diferenciação entre os níveis de organização sócio espacial (Saquet, 2009).

Antes de se criar um município, estado, país, já existia um território, e antes desse território já existia um espaço. Dessa forma, ao “se apropriar do espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator territorializa o espaço” (Raffestin, 2011, p.128). Para Santos a configuração territorial se dá através de variáveis:

Formada pela constelação de recursos naturais, lagos, rios, planícies, montanhas, florestas e também de recursos criados: estradas de ferro e de rodagem, condutos de toda ordem, barragens, açudes, cidades, o que for. É esse conjunto de todas as coisas arranjadas em sistema que forma a configuração territorial cuja realidade e extensão se confundem com o próprio território de um país. (Santos, 1988, p.75-76).

Dessa forma, percebemos que os autores Milton Santos, Raffestein, Quaini, concordam que existem diferenças entre espaço e território. Já Saquet,

diferencia território de espaço geográfico a partir de três características principais:

O território é uma construção coletiva e multidimensional, com múltiplas territorialidades, diferenciando o território do espaço geográfico a partir de três características principais: as relações de poder, as redes e as identidades; processos espaço-temporais que marcam determinadas parcelas do espaço, nas formas área-rede, rede-rede ou área-rede-lugar. Ou, dito de outra maneira, através de manchas e retículos. A formação do território envolve sempre as formas areais (ou manchas) e reticulares (Saquet, 2009, p.80).

No seu trabalho de diálogo com autores para diferenciação de território e espaço, muitas vezes encontra perspectivas que aproximam esses dois conceitos, no entanto, utilizando essas três características, enfatiza três processos ontológicos para diferenciação:

Dessa maneira podemos, finalmente, diferenciar minimamente o território do espaço. Para nós, sucintamente, há pelo menos três processos que, ontologicamente, estão na base desta diferenciação: a) as relações de poder numa compreensão multidimensional, constituindo campos de força econômicos, políticos e culturais ([i-]materiais) com uma miríade de combinações; b) a construção histórica e relacional de identidades; c) o movimento de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR), trabalhado, cada qual a seu modo, por Raffestin (1980/1993, 1984 e 2005) e Sack (1983 e 1986). (Saquet, 2009, p.82).

Essa diferenciação que Saquet faz baseando-se em outros autores é necessária para entender, por exemplo, as relações de poder que atuam no território ou já atuaram formando a Campanha Gaúcha. A construção histórica da Campanha é muito diferente do restante do país por ser única, ter suas especificidades que juntamente com o espaço permitiram tais características. Dessa forma, os argumentos de Saquet são utilizados para diferenciar espaço de território. O autor ainda evidencia a relevância da utilização da trilogia tempo –espaço-território nas pesquisas da ciência geográfica, deve ser utilizada como orientação inicial para pesquisa da ciência geográfica. Assim como, em Milton Santos, noções ampliadas de espaço, o território nasce quando existe diversidade, espacial, ambiental, populacional e cultural (VERDE, 2004).

Fernandes (2008) chama a atenção para existências de diferentes territórios contidos dentro de territórios, ou seja, os territórios estão organizados dentro de diferentes escalas geográficas, desde o local até o internacional.

Portanto, os territórios podem ser múltiplos e a territorialização pode abranger as mais diversas escalas, como um país, um estado, uma região, uma cidade, uma rua, uma casa, um cômodo. Essa abrangência se dá de acordo com a representação da dominação ou de apropriação de determinada territorialização. E por sua vez os processos de territorialização terá relações de poder, conforme LINDNER nos fala:

Assim, ao analisarmos qualquer processo de territorialização nos remetemos a relação entre espaço e poder. As relações de poder são características das sociedades, é por estas relações que os sujeitos ou grupos conquistam seus territórios, sejam eles concretos ou abstratos. Assim, a conquista do território está ligada diretamente ao poder e a identidade, pois toda conquista de um território, toda territorialização é uma relação de poder, e ao se apoderar de determinado espaço, ao territorializar determinado espaço o sujeito ou o grupo lhe confere sua identidade. (LINDNER, 2015, p.18).

E essa relação território-identidade toma forma de um processo em movimento que se constitui ao longo do tempo e tem como principal elemento o sentimento de pertencimento do indivíduo ou grupo com seu espaço de vivência (LINDNER, 2015). Outro autor que enfatiza essa característica de território-identidade, ou até mesmo de caráter de pertencimento é Correa (1996), que explica que o termo território possui significado de pertencimento não necessariamente como propriedade, mas sim pelo caráter de apropriação.

No rural brasileiro, o caráter de apropriação como se refere o autor supra citado, está muito presente. Em decorrência de muitos processos de desterritorialização, devido as prioridades das políticas públicas voltadas para o campo, acontecem significativa perda do território, descritas por LINDNER:

A desterritorialização é entendida como a perda do território apropriado ou vivido em razão de processos capazes de desfazer um território e a reterritorialização conseqüentemente representa a criação de novos territórios, seja pela reconstrução parcial de um antigo território, seja por meio de recriação em outros lugares de um novo território, porém que contenha características do antigo território. (LINDNER. p.21)

No momento em que pessoas, grupos, saem ou perdem o território em que viviam, essas pessoas irão criar outro território, muitas vezes levando as características do antigo. Bem como, estas pessoas podem demorar para adquirir características e culturas do novo lugar. Esse processo de recriação se

chama reterritorialização. Dessa forma o processo territorialização - desterritorialização – reterritorialização (T-D-R), estarão ligados, conforme Saquet nos fala:

No movimento, simultaneamente à desterritorialização, dá-se a reterritorialização. São processos intimamente ligados na mobilidade força de trabalho. No primeiro, há a perda do território inicialmente apropriado e reconstruído, [...] e no segundo, uma reprodução de elementos do território anterior, em algumas das suas características. O velho é recriado no novo, num movimento concomitante de descontinuidade e continuidade de separações. Os processos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (T-D-R) não estão desligados: condicionam-se mutuamente. A territorialização está na desterritorialização, e vice-versa; concomitantes e articuladas. (SAQUET, 2009, p.214)

Contudo, percebemos que a territorialização gera mudanças nos sujeitos. Como esses sujeitos são agentes atuantes no território, conseqüentemente passam a gerar transformações neste. Por exemplo, a chegada de famílias de pequenos agricultores familiares em um território tradicional do latifúndio gera diversas transformações territoriais, seja na configuração espacial das propriedades, seja nas características culturais do local, que passa a agregar novas formas espaciais e diversificar a cultura (LINDNER, 2015).

Outra influência muito grande, que modifica, cria e recria territórios no Brasil, está atrelado a Globalização, a partir do poder que as empresas estrangeiras exercem sobre a população. Furtado, alerta sobre isso:

Os brasileiros receberam forte influência do modo de pensar estrangeiro, com “[...] o crescente papel da indústria transnacional da cultura, instrumento de modernização dependente”. Com isso, “O processo de globalização da cultura tende a acelerar-se”. Numa primeira análise, todos os brasileiros seriam contagiados com este fenômeno, porém, a massificação de pensamento, planejada pelo poder econômico mundial, não influenciou a todos com a mesma intensidade pretendida, sendo assim, a homogeneização cultural não teve o sucesso completo esperado (Furtado, 1999, p.66).

Outro autor que corrobora com a ideia de Furtado é Galvão que analisa o território, considerando a influência exercida pelas relações externas, conforme ele aborda a seguir:

Compreendemos o território como um espaço apropriado por atores que criam materialidades, símbolos, significados e identidades, estabelecendo relações de poder, de subordinação e de

interdependência. Ele não é constituído apenas localmente, mas também através de relações externas, formando redes de comunicação e circulação. (Galvão, 2015, p. 70)

Além da influência de vários fatores, internos e externos, Raffestein (2003) pode caracterizar o território em pelo menos quatro níveis e situações distintas e complementares: a) território do cotidiano; b) das trocas; c) de referência e, d) território sagrado. O território do cotidiano corresponde à territorialização de nossas ações de todos os dias, através do qual garantimos a satisfação das necessidades; há relações entre os indivíduos e lugares. “O território do cotidiano é, ao mesmo tempo, aquele da tensão e da distensão, aquele de uma territorialidade imediata, banal e original, previsível e imprevisível (...), território dos fatos de crônica (...).” “(...) O cotidiano é vivido simultânea, territorial e linguisticamente. É o habitar por excelência, riqueza e pobreza, banalidade e originalidade, potência e impotência, ao mesmo tempo” (Raffestein, 2003, p.6-7).

O território das trocas também é cotidiano, mas envolve uma articulação entre o regional, o nacional e o internacional, num movimento perpétuo caracterizado pela descontinuidade (ruptura) temporal, espacial e linguística. Já o território de referência tem um caráter predominantemente histórico e imaginário, é material e imaterial (memória individual e/ou coletiva); é o território a que se habitou ou se conhece através de leituras e lembranças, que podem ser afetivas ou conflituosas. Por fim, o território sagrado está ligado diretamente à atuação das igrejas (religiões) e às ações políticas como ocorre em Jerusalém e Roma ou como aconteceu através da implantação do fascismo, do stalinismo e do nazismo. São campos de força estabelecidos historicamente por relações de controle e influência política e/ou sagrada (Saquet, 2009, p. 84-85). Uma grande heterogeneidade é percebida nesses múltiplos territórios, construídos pelos humanos, que assumem papel de figuras centrais, através de relações de poder, símbolos, conflitos, identidades, construindo processos históricos, de nível material e imaterial.

Saquet também destaca a relação de heterogeneidade e homogeneidade:

Assim, reconhecer as características de heterogeneidade e homogeneidade do real é fundamental numa concepção renovada e histórico-crítica do território e da territorialidade. Fundamental tanto para nossos estudos acadêmicos e científicos como para o ensino e

para a elaboração, através de iniciativas parceiras, de projetos alternativos de desenvolvimento, ou seja, de valorização dos lugares, das diferenças e dos ritmos, dos saberes locais, da recuperação e preservação da natureza, enfim, de valorização da vida com o máximo de autonomia e qualidade possíveis em detrimento da mercantilização, da globalização perversa e excludente, da concentração da riqueza e da centralização política e decisória. (Saquet, 2009, p.85)

Vários autores discutem a temática e procuram compreender como surgem outras territorialidades. Reconhecendo que a heterogeneidade da sociedade, antes de ser um impedimento deve ser o mote da alteridade brasileira (VERDE, 2004).

Indissociável do conceito de território, a territorialidade explica o sentido e a direção do fazer-se território. Para Soja (1971) territorialidade consiste no âmbito da conotação política da organização do espaço pelo homem, como um fenômeno comportamental associado com a organização de territórios claramente demarcados, ou ainda, do espaço em esferas de influência que são considerados por seus ocupantes, como exclusivos e distintos. Para o autor, a forma como o Ocidente se estabeleceu enquanto propriedade privada da terra, é exemplo da territorialidade humana.

Contemplando o conceito de Soja, Menezes afirma:

Nessa concepção, o mais geográfico dos modelos seria aquele determinado por inclusões e exclusões. No âmbito individual, o conceito ocidental de propriedade da terra seria uma das ilustrações mais claras da noção de territorialidade. E numa escala maior, teríamos como exemplo as gangues, os bairros étnicos e o sistema moderno de Estados-Nações. Nessas escalas a territorialidade apresentaria como característica o senso de identidade espacial, senso de exclusividade e a compartimentação da interação humana no espaço. (Menezes, 2015, p.38).

A complexidade da sociabilidade humana, abrangendo diversas escalas tanto geográficas quanto sociais, e a conseqüente territorialidade dos grupos humanos pode ser estruturada, segundo Soja, por três básicos ingredientes: um sentido de identidade espacial, um sentido de exclusividade e uma compartimentação da interação humana no espaço (1971, p. 34).

Raffestin considera que a territorialidade é mais do que uma simples relação homem-território, argumentando que para além da demarcação de parcelas individuais existe a relação social entre os homens. Dessa forma, a territorialidade seria "um conjunto de relações que se originam num sistema

tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema" (RAFFESTIN, 1993, p.160). Considerando-se a dinâmica dos fatores envolvidos na relação, seria possível a classificação de vários tipos de territorialidade, desde as mais estáveis às mais instáveis.

Suas contribuições sobre a territorialidade procedem da perspectiva de uma problemática relacional. Segundo Raffestin (1993), a partir desta perspectiva, a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral.

Ainda sobre Raffestin, Menezes comenta o que seria a territorialidade para o primeiro autor:

Para esse autor, a territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais, é substancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a face vivida do poder. Na sua concepção a vida é tecida por relações e a territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema. (Menezes, 2015, p.39).

Em Raffestin (1993) a concepção de territorialidade leva-nos ao entendimento que, por intermédio de um sistema de relações materiais e/ou imateriais, os homens vivem, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial. Viver por intermédio de relações o processo e o produto territorial mediatiza em seguida as relações entre si, uns com os outros.

Na visão deste autor quer se trate de relações materiais ou imateriais todas são consideradas relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza quanto as relações sociais. E nesse contexto, onde todas as relações são marcadas por um poder inevitável e, de algum modo, inocente, os atores, buscando modificar, sem se darem conta disso, se auto modificam também (Menezes, 2015).

Outro autor que irá trazer conceitos será Sack (1986), que entende a territorialidade como um comportamento humano espacial. Uma expressão de poder que não é nem instintiva e nem agressiva, apenas se constitui em uma estratégia humana para afetar, influenciar e controlar o uso social do espaço,

abarcando escalas que vão do nível individual ao quadro internacional. Ou seja, "a tentativa de um indivíduo ou grupo para afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, e para delimitar e impor controle sobre uma área geográfica. Essa área será chamada de território" (p. 19).

Sack admite que o território é um lugar que está sob o controle de uma autoridade, acatando a concepção de Soja (1971) de que se trata de um espaço organizado politicamente. Desse modo, Sack (1986) evidencia a questão da acessibilidade a recursos como uma propriedade da territorialidade, porquanto "é uma estratégia para estabelecer diferentes graus de acesso". A territorialidade se manifesta, então, como um tipo de delimitação espacial, onde vigora uma forma de comunicação, que evidencia controle de acesso tanto ao conteúdo interno quanto à entrada/saída externa.

Saquet (2009), analisa a obra de Sack, no qual afirma:

Robert Sack faz uma abordagem crítica não marxista do território e da territorialidade humana, centrada nas relações de comando-ordem-poder e no estabelecimento da comunicação. A territorialidade corresponde às ações humanas, ou seja, à tentativa de um indivíduo ou grupo para controlar, influenciar ou afetar objetos, pessoas e relações numa área delimitada. Esta área é o território e, para Robert Sack, pode acontecer que ocorra o não-território, onde não há delimitação e efetivação de relações de controle e influência por certa autoridade (Saquet, 2009, p.86).

Na sua obra Sack, assim se manifesta a respeito da territorialidade e as relações espaciais humanas:

[...] a territorialidade aponta para o fato de que as relações espaciais humanas não são neutras. As pessoas, simplesmente, não interagem no espaço e se movem através do espaço como bolas de bilhar. Ao invés disso, a interação humana, o movimento e o contato são também questões de transmissão de energia e informação, para afetar, influenciar e controlar as ideias e ações de outros e seus acessos às fontes. As relações espaciais humanas são resultados da influência e poder. A territorialidade é a forma espacial primária do poder (SACK, 1986, p. 31).

Vale ressaltar a colocação de Menezes sobre esse ponto descrito:

Embora concebendo que a territorialidade é uma base de poder, Sack (1986), não associa territorialidade como parte de um instinto, nem tampouco associa o poder exclusivamente com agressividade. O poder pode ou não ser territorial. Ou seja, nem toda relação de poder é territorial ou inclui uma territorialidade. (Menezes, 2015, p.42)

Dessa forma cada território é constituído de territorialidades, que lhes dão formas e significados. Relações e práticas sociais estabelecidas no cotidiano entre os próprios atores, com a natureza e com outros territórios, configuram a territorialidade que transforma também o território, pois é construída e vivenciada, no tempo e no espaço, por um grupo social específico, e traduz ao território características próprias, objetivas e subjetivas, sua identidade cultural (Galvão, 2015).

Corroborando com essa ideia, Dematteis conclui que:

A territorialidade não é o resultado do comportamento humano sobre o território, mas o processo de construção de tais comportamentos, o conjunto de práticas e dos conhecimentos dos homens em relação à realidade material, a soma das relações estabelecidas por um sujeito com o território (a exterioridade) e com os outros sujeitos (a alteridade). (DEMATTEIS 2008, p.34)

Com base no contexto apresentado compreende-se que a territorialidade se (re)constrói no espaço tempo a partir de distintas dinâmicas e suas especificidades, devido à sua exterioridade, que é a cultura, processos históricos, e com alteridade, no qual você vai lidando com outras pessoas, com diferentes pensamentos, diferentes modos de pensar. Enfim para diminuir os problemas presentes tanto em espaços urbanos quanto rurais, considera-se essencial que as políticas públicas sejam elaboradas levando em consideração a heterogeneidade presente nos territórios e suas territorialidades

2.1 ESTRUTURA FUNDIÁRIA

Os sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área, acrescidos da ação dos homens compõem a configuração territorial. Nesta configuração a realidade vem da materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima. A configuração territorial, ou configuração geográfica, tem, pois, uma existência material própria, mas sua existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais (SANTOS, 1996). Desde o surgimento do latifúndio no Brasil, as técnicas foram se modificando com o passar dos anos, o campo se modernizando, porém as desigualdades surgidas com esse modelo, não foram causadas somente por fenômenos técnicos.

A estrutura fundiária do país passou por diferentes fases em momentos, cada período com uma característica própria e marcante, as quais se materializam de distintas formas no espaço rural. Esse espaço, permanece e mantém relações de poder, sendo que os objetos alteram formas de produção mas não o resultado. Santos definirá da seguinte forma a relação de objetos com o espaço:

Sem dúvida, o espaço é formado de objetos; mas não são os objetos que determinam os objetos. É o espaço que determina os objetos: o espaço visto como um conjunto de objetos organizados segundo uma lógica e utilizados (acionados) segundo uma lógica. Essa lógica da instalação das coisas e da realização das ações se confunde com a lógica da história, à qual o espaço assegura a continuidade (Santos, 1996, p.24).

A continuidade do espaço referido por Santos (1996) contempla a continuidade da história agrária do país, a qual se apresenta de forma desigual e contraditória. Ao analisar a história dos latifúndios, percebe-se que inúmeros objetos foram introduzidos com o passar dos anos, porém o espaço do latifúndio pouco se modificou. Os latifúndios foram trabalhados por mão de obra escrava, por imigrantes europeus e atualmente são explorados por diferentes sujeitos em aceleradas técnicas de produção. Assim se torna necessário analisar as diferentes técnicas inseridas no meio rural, para poder entender a relação entre o espaço geográfico agrário, e as técnicas, conforme explica Santos:

De fato, dizemos nós, não há essa coisa de um meio geográfico de um lado e de um meio técnico do outro. O que sempre se criou a partir da fusão é um meio geográfico, um meio que viveu milênios como meio natural ou pré-técnico, um meio ao qual se chamou de meio técnico ou maquínico durante dois a três séculos, e que hoje estamos propondo considerar como meio técnico-científico-informacional (Santos, 1996, p.24).

O meio técnico-científico-informacional, proposto pelo autor supracitado quando relacionado ao espaço do latifúndio brasileiro, remete ao o que ocorreu com a Revolução Verde, onde o próprio latifúndio se fortaleceu, expandindo suas áreas pelo acesso à diversos benefícios e instrumentos de políticas agrícola ofertadas pelo Estado. O mesmo fenômeno excluiu os que a priori não tinham condições de implantar a modernização tecnológica. Desta forma, a

concentração fundiária ampliou as desigualdades no campo, ocasionando inclusive problemas urbanos pelo êxodo rural.

O latifúndio desde o seu surgimento foi um resultado do fator político, sendo assim a unidade de mando, sediada em cada metrópole era utilizada para impor normas comerciais rígidas às colônias, uma regulação em circuito fechado, com os equilíbrios permanentemente recriados pela força de normas rígidas de comércio (SANTOS, 1996).

Ao longo da história, desde o início da conquista portuguesa, com a formação das Capitanias Hereditárias e a doação das Sesmarias, a estrutura fundiária brasileira é concentrada, com predomínio de latifúndios. Para Fernandes (2008) essa situação histórica nunca foi superada, pois o país não teve uma política efetiva de reforma agrária. Segundo Ariovaldo (2007) os latifúndios, desde a economia colonial mantêm a capacidade de criar e se recriar em atividades capitalista e não capitalista. Sendo assim o campesinato e o latifúndio devem ser entendidos a partir de lógicas capitalistas e não de fora deste (Oliveira, 2007).

Neste contexto, a circulação e o consumo de mercadorias são considerados processos especificamente capitalistas. Enquanto a etapa de produção e distribuição aconteciam por relações não especificamente capitalistas (Oliveira, 2007). De acordo com Oliveira (2007) as atividades capitalistas ficavam mais restritas às pessoas dos países independentes e em geral as pessoas que moravam nos países europeus.

Já nas relações não capitalistas no qual ao autor usa para descrever o modo de produção, serve o exemplo para os países que foram colônias, em geral países dos continentes Africano, Ásia e América, no qual nesses lugares serviram como interesses comerciais, transformando-os em colônias dos impérios capitalistas, extraíndo, assim, excedentes para a realização da acumulação primitiva do capital (OLIVEIRA, 2007).

Dessa forma o processo de colonização, terão a relação com o capitalismo bem específico, e manterão atividades que não são ligadas ao capitalismo. No continente americano Oliveira trás o exemplo da produção comunitária, essa se mantendo ainda na economia colonial. Para exemplificar o autor OLIVEIRA trouxe o exemplo do povo inca que foram dominados pelos espanhóis:

No Brasil, diferente do continente europeu que teve a passagem do feudalismo para o capitalismo, a agricultura começou a ser desenhada a partir do capitalismo concorrencial, no qual sua principal característica foi à circulação e o consumo de produtos (Oliveira, 2007). Os incas, por exemplo, realizavam o comércio na base de trocas simples, pois desconheciam a moeda. A única contribuição ao Estado era a mita ou o cuatequil, trabalho cedido para quantos afazeres e obras existissem no império, tanto para serviço e utilidade do imperador, como da nação; por exemplo, os trabalhos destinados às coisas da guerra, serviços para a nobreza, cuidados dos templos e o trabalho nas minas por conta do imperador. (Oliveira, 2007. p. 23)

Segundo o autor esse processo de dominação dos povos indígenas se deu através da manutenção da estrutura comunitária, destinando-se os excedentes aos espanhóis. Assim, durante a economia colonial, os povos indígenas da América viram-se explorados através da apropriação do excedente pela via fiscal ou pela via de suas relações com o monopólio comercial ou ainda pelo aparelho eclesiástico e das ordens religiosas (OLIVEIRA, 2007).

Também vale destacar que durante a economia colonial, além da estrutura comunitária, outro pilar de produção foi baseado no trabalho escravo, Oliveira explica na sua obra como aconteceu esses dois pilares na economia colonial:

A economia colonial, portanto, fundou-se em dois pilares: de um lado, a articulação com as formas comunitárias, primitivas ou despóticas, submetidas ao comércio internacional; de outro, a produção, nas colônias, de produtos tropicais (açúcar, café etc.) baseada no trabalho escravo, visando à exportação para a Europa em processo de industrialização. O comércio detinha, pois, a determinação hegemônica sobre as relações de produção nesse período. Essa economia definiu-se por essa determinação da circulação sobre a produção e, sobretudo pelo fato de que as mercadorias tropicais produzidas não eram as únicas mercadorias dessa economia, mas também o trabalhador escravo o era (Oliveira, 2007. p. 23).

A economia colonial pautada nesses dois pilares fez surgir um grande problema na estrutura da sociedade e na estrutura fundiária no país. Proporcionando uma grande desigualdade social, no qual durante todo esse tempo principalmente no campo, o capitalismo conseguiu manter essa relação mesmo com as atividades não capitalistas. Na obra “O Cativo da terra”, de José de Souza Martins, aborda-se a transição do fim da escravidão para o trabalhador livre, e são as diferentes formas nos quais os grandes proprietários irão conseguir manter seu poder durante todos esses anos. Martins destaca na

sua obra que as mudanças que ocorrem da escravidão para o trabalho livre é uma forma de preservar a estrutura criada na economia colonial:

A contradição que permeia a emergência do trabalho livre se expressa na transformação das relações de produção como meio para preservar a economia colonial de exportação, isto é, para preservar o padrão de realização do capitalismo no Brasil, que se definia pela subordinação da produção ao comércio. Tratava-se de mudar para manter. (Martins, 1979. p.13)

Sendo assim, ressaltamos que nessa mudança ocorrida, o capitalismo apresentou várias facetas de personificação, no período do capitalismo comercial, o lucro estava na circulação dos produtos (café, cana-de-açúcar, ouro, etc.), e sabe-se que o lucro não só na fase do capitalismo comercial, mas em todas as outras é o principal objetivo dele. As estratégias de personificação são as mais variadas possíveis, e cada lugar terá um modo diferente para cumprir o objetivo do capitalismo.

Nas grandes fazendas de café, Martins destaca que o “fazendeiro entrava na teia de relações produzidas por sua mercadoria tropical, como negociante”. Além da venda de café, deveriam negociar o escravo que entra como mercadoria, portanto, antes de ser o produtor direto, ele tem que ser objeto de comércio. Por isso, tem que produzir lucro já antes de começar a produzir mercadoria e não apenas depois, quando começa a trabalhar (MARTINS, 1979).

No momento que o tráfico negreiro em 1850 é proibido esse fazendeiro de café, terá que achar outras formas para manter o lucro das suas fazendas, mesmo que a forma de produção tenha sido alterada, pois quando se trata de trabalhador livre, falando juridicamente tem duas pessoas com mesmo direito, o trabalhador e o patrão (MARTINS, 1979).

Neste momento da história do latifúndio, esse mesmo perderá algumas características primitivas e adquirindo outras, para continuar sua expansão e moldar nova estrutura produtiva. Sendo assim, mesmo com o fim do tráfico negreiro o latifúndio continuará se expandindo e mantendo sua posição de domínio no país. Para isso Guimarães cita na sua obra a melhora da produção um ano após a Lei Aurea:

Antes de findo o século XIX passava a São Paulo a liderança da expansão cafeeira, com uma produção que superava a de todos os

demais Estados reunidos. As exportações brasileiras haviam-se elevado de 5,6 milhões em 1888 a quase 10 milhões em 1889, o que constituía uma prova de que a abolição da escravatura, ao invés de causar o desmoronamento da “grande lavoura”, só tinha contribuído para expandi-la. Estava, portanto, demonstrada, por fatos incontestáveis, a superioridade do latifúndio cafeeiro do ciclo não escravista sobre seu antecessor, o latifúndio cafeeiro do ciclo escravista (Guimarães, 1968. p.93)

O exemplo mencionado por Guimarães demonstra as diversas faces de que o capitalismo e o latifúndio utilizam para manter seus domínios sobre o espaço. Esse domínio extra econômico é diretamente influenciado pelas políticas direcionadas pelo Estado na promoção e ampliação das áreas de cultivo destinadas a atender as demandas do mercado externo. No mais, há de se compreender que as mudanças atuais em curso da agricultura são da natureza local/global, atendem aos interesses de desenvolvimento do modo capitalista de produção em nível mundial.

O surgimento das pequenas propriedades, será ocasionada pela política de estado, pela qual incentivam a imigração estrangeira. Esses imigrantes também deveriam servir como mão de obra nas fazendas de café, porém nesse período aumentará o número de posses, ocasionando o surgimento das pequenas propriedades, em contrapartida o estado que incentiva essa vinda de imigrantes se unirá com o latifúndio para frear o aumento das pequenas propriedades como podemos notar na citação de Guimarães:

Já nos referimos neste trabalho à astuciosa “invenção”, que foi a “parceria! De Vergueiro lançada em 1847, e de passagem tratamos a Lei de Terras promulgada quase ao mesmo tempo, em 1850. Essas foram as duas pedras angulares sobre as quais se susteve a imigração estrangeira dirigida para os latifúndios (Guimarães, 1968. p.133)

A lei de Terras de 1850 esta entre os antecedentes agrários que fornecem elementos para comprovar a opção do capitalismo pelo latifúndio. A partir desta, a terra passa a ter valor mercantil, todo acesso passou a ocorrer via compra dificultando a permanência das pequenas propriedades, a estrutura agrária não se altera. Os principais objetivos da Lei podem ser observadas na sequência:

1) Proibir as aquisições de terras por outro meio que não a compra (Art.1º) e, por conseguinte, extinguir o regime de posses; 2) Fica o Governo autorizado a vender as terras devolutas em hasta publica, ou fora dela, como e quando julgar mais conveniente, fazendo previamente medir, dividir, demarcar e descrever a porção das mesmas terras que houver de ser exposta à venda (Art. 14º). 3) Os estrangeiros que comprarem terras, e nelas se estabelecerem, ou vierem a sua custa exercer qualquer indústria no país, serão naturalizados querendo, depois de dois anos de residência pela forma por que o foram os da colônia de S, Leopoldo, e ficarão isentos do serviço militar, menos do da Guarda Nacional dentro do município. (LEI Nº601, 1850).

É preciso entender a elaboração da Lei de Terra como um instrumento político, idealizado e regulamentado por uma elite agrária que visava não oportunizar o acesso à terra para uma população que já realizava práticas de agricultura. Dentro deste contexto, estão uma diversidade de sujeitos, entre os quais se evidenciam os índios, os escravos africanos e os imigrantes europeus. Evitar que os escravos libertos tivessem acesso à terra possibilitava a disponibilidade de mão de obra tanto para áreas rurais quanto urbanas. Todo este processo ocasionou profundas desigualdades no espaço agrário, as quais ainda estão presentes na contemporaneidade.

Neste contexto, fica evidenciado que até o final do século XIX, a opção pelo latifúndio e as diretrizes estabelecidas na Lei das Terras impossibilitavam o acesso à terra. Esse processo começa a se alterar, de forma incipiente, no início do século XX, ocasionado segundo Guimarães (1968), por uma crise no latifúndio cafeeiro, o qual:

Já amoldado às novas condições criadas à sua volta pelo florescimento da revolução industrial, batido pelos catastróficos efeitos da primeira crise de superprodução, incapaz de oferecer resistência a tamanhos abalos, começa a fracionar-se (Guimarães, 1968. p. 149).

Mesmo com o crescimento das pequenas propriedades, há de se compreender que a opção pelo latifúndio é ante de tudo política, as bases estabelecidas são sólidas, ainda que ocorressem problemas o Estado oferecia aportes possibilitando sua permanência evitando a fragmentação (GUIMARÃES, 1968). O mesmo autor ainda coloca os anos a partir de 1933 que o sistema latifundiário passa pela fase da aceleração, no qual novamente o Estado dará o

aporte suficiente para o latifúndio não fragmentar, mesmo que esse se torne mais um estorvo do que propriamente contribui para o desenvolvimento nacional.

Sendo assim, a crise da superprodução do café, faz com que o sistema latifundiário do país decaia, mas permite que ele se reorganize, incorporando relações especificamente capitalistas de produção. Novas técnicas de organização e de produção surgirão, fazendo com que num primeiro momento se perdesse uma parte do seu território, mas melhorando sua produtividade (GUIMARÃES, 1968).

Essas relações se ampliam principalmente a partir dos anos de 1950, novas técnicas surgem, modificando as dinâmicas do campo brasileiro, porém as estruturas permanecem semelhantes. Guimarães descreve da seguinte forma essas novas relações e estratégias do latifúndio:

Para dominar mais da metade do nosso território agrícola, a classe latifundiária absorve e controla muito mais da metade da renda gerada no setor agrário, recebe muito mais da metade do crédito agrícola, e controla de fato a política de crédito agrícola; determina e orienta a política de armazenagem e de transporte, a política de preços agrícolas e, em decorrência, a dos preços em geral; influi poderosamente sobre política governamental de distribuição de favores e facilidades, e canaliza para si as subvenções e outros recursos que deveriam encaminhar-se para os setores mais necessitados da agricultura (GUIMARÃES, 1968. p. 203).

A modernização chega com muita força no espaço rural brasileiro, fazendo com que o emprego do capital se amplie. As modificações que ocorrem no processo de produção, principalmente ligadas a mecanização e créditos para produção acarretou sérios problemas, principalmente sociais, exemplo desses são o êxodo rural, a degradação do meio ambiente, a erosão do solo e a concentração da propriedade da terra (TAMBARA, 1983).

A partir do século XX, haverá extinção do instituto sesmeiro, e simultâneo passa a ser o reconhecimento da posse como a legítima forma de ter acesso à terra, sendo assim perde o privilégio de casta que havia tornado por tanto tempo indivisível o monopólio territorial. Perde-se o domínio absoluto sobre o trabalhador com a extinção da escravatura, avanço das pequenas propriedades se perde o controle do mercado de mão-de-obra livre (GUIMARÃES, 1968). Motivos suficientes para enfraquecimento do sistema latifundiário, porém na prática isso não ocorre, o sistema latifundiário ainda mantém até hoje o controle

da economia agrária, e até certo modo o controle da economia nacional (GUIMARÃES, 1968).

Ariovaldo de Oliveira destaca que entre os fatores que permitem a expressividade do sistema latifundiário na economia nacional está a mundialização do capitalismo monopolista [...] a ordem é produzir em "qualquer lugar do mundo" onde as possibilidades de redução de custo e acesso ao patamar tecnológico vigente seja possível. Sua hegemonia se deu pelo processo de consolidação dos oligopólios internacionais denominados empresas multinacionais, sejam elas cartéis, trustes ou monopólios industriais e/ou financeiros, criando novas territorialidades no campo brasileiro.

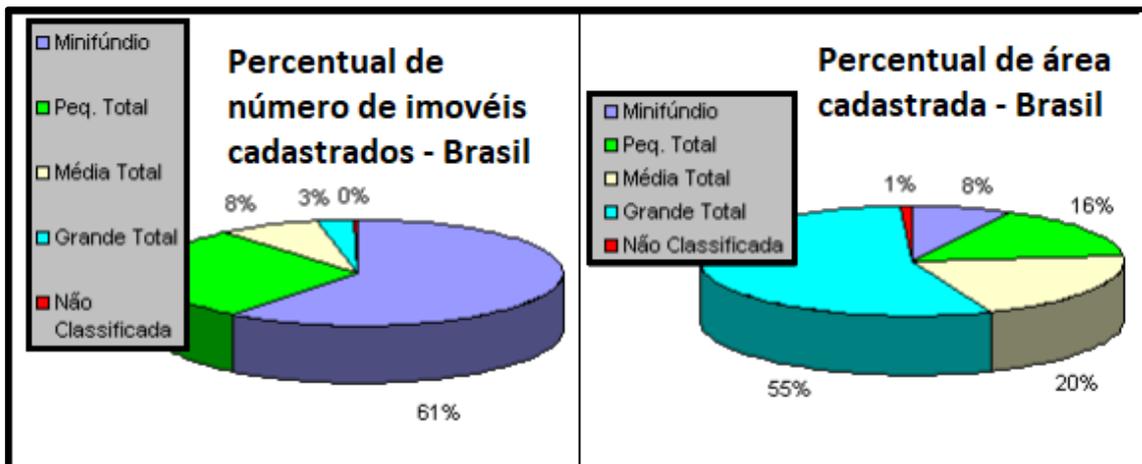
Assim a agricultura brasileira, se modifica e entra no processo do capitalismo monopolista, o qual esse é explicado por Oliveira, dessa maneira:

A agricultura sob o capitalismo monopolista mundializado, passou a estruturar-se sobre três pilares: na produção de commodities, nas bolsas de mercadorias e de futuro e nos monopólios mundiais. Primeiro, visou transformar toda produção agropecuária, silvicultura e extrativista, em produção de mercadorias para o mercado mundial. Portanto, a produção de alimentos deixou de ser questão estratégica nacional, e, passou a ser mercadoria a ser adquirida no mercado mundial onde quer que ela seja produzida. As principais commodities são: soja, milho, trigo, arroz, algodão, cacau, café, açúcar, suco de laranja, farelo e óleo de soja entre outras. No Brasil acrescenta-se também, etanol e boi gordo (OLIVEIRA, 2012. p.6).

No mais, é preciso observar, que o "capitalismo está em expansão tanto no campo quanto na cidade, ditando a lei da reprodução crescente e ampliada" (MARTINS, 1983). A tendência do capital é a de tomar conta progressivamente de todos os ramos e setores da produção.

A mundialização da agricultura, e todo o processo histórico apresentado anteriormente possibilitou que o sistema latifundiário seja extremamente concentrado. O último relatório do INCRA, apresenta dados que corroboram com esta realidade (Figura1).

Figura 1: Percentual de nº de imóveis cadastrados X Percentual de área cadastrada.



FONTE: Relatório do INCRA, 2015

O minifúndio, que representa 61% dos imóveis cadastrados, ocupa, tão somente, 8% desta área. Já a grande propriedade, que representa 3% dos imóveis cadastrados, ocupa 55,0% desta mesma área. Esses dados revelam que a concentração fundiária no Brasil é expressiva, mostrando que o latifúndio tendo a minoria dos imóveis cadastrados, possuem o percentual maior das áreas, fruto da ocupação e políticas adotadas no país.

Dessa forma esse capítulo, mostrou conceitos importantes, sobre o espaço, território e estrutura fundiária, as modificações e permanência de uma estrutura fundiária concentrada, a partir de distintos contextos históricos. O próximo capítulo apresenta discussões acerca da estrutura fundiária do Rio Grande do Sul e dos municípios que compõem a Campanha Ocidental e o papel da soja e eucalipto.

3. ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL E DA CAMPANHA GAÚCHA

Ao analisar a dimensão territorial do Estado do Rio Grande do Sul, nota-se que a porção norte do estado tem municípios muito menores que os municípios da Campanha Gaúcha. O processo de formação destas duas regiões é diferenciado, o norte do estado colonizado majoritariamente por imigrantes alemães e italianos e seus descendentes, e a Campanha Gaúcha ocupada por

militares luso-espanhóis por meio das doações de sesmarias (FARINATTI, 2010).

Porém, a ocupação da região da campanha não ocorreu somente pela ocupação europeia, cerca de sete mil anos antes do presente três culturas bem definidas ocupavam o espaço sul-rio-grandense: as Tradições Umbu, Humaitá e a dos sítios do litoral norte do Rio Grande do Sul (FARINATTI, 2010).

Segundo o mesmo autor, a Tradição Umbu se assemelha a figura do gaúcho, sobretudo quanto ao estilo de domaçaõ dos animais, visto que, esses são caracterizados pela caça com uso de algumas ferramentas, que mais tarde o gaúcho usaria para domar o gado xucro. Farinatti descreve assim a tradição Umbu:

Típica de ambientes abertos, é caracterizada por apresentar pontas de projétil e bolas de boleadeira. A esta tradição estão associados indícios de caça relativamente abundantes: vestígios de mamíferos, aves, peixes, répteis, crustáceos e moluscos foram encontrados nos sítios arqueológicos em vários locais do Estado. Os sinais de coleta de vegetais são bem menos expressivos para esta Tradição e geralmente associados a frutos de butiá e jerivá (Farinatti, 2010. p. 99).

A caça que ocorria predominante na campanha, praticamente acabará com a ocupação europeia na região, sendo substituída por outros produtos visando à exportação.

A ocupação da porção subtropical da América pelos portugueses se deu a partir do início do século XVI, ou seja, tardiamente em relação às regiões litorâneas do Brasil colonial (CHELOTTI, 2009). Essa ocupação tardia se dá pelo tratado de Tordesilhas, em 1494, que definiu a região sob domínio dos Espanhóis.

Assim, o interesse Português começa só nos anos de 1700, como Chelotti explica:

Somente nos anos de 1700 é que o governo português começou a ocupar a faixa litorânea a oeste, doando sesmarias e incentivando a colonização com açorianos. Dessa forma, evidenciam-se duas frentes bem distintas de ocupação territorial; a oeste pelos jesuítas com caráter religioso e a leste pelos açorianos visando expandir o domínio português na região (CHELOTTI, 2009).

A ocupação dos jesuítas a oeste não foi só de caráter religioso, também transmitiram aos indígenas as técnicas de criação de gado e desenvolvimento

da agricultura. Enquanto a leste os açorianos criaram charqueadas principalmente em Pelotas e Rio Grande.

A disputa pela fronteira meridional, que aconteceu entre Portugal e Espanha, demorou cerca de um século, acabando em torno dos anos de 1800, o qual a coroa Portuguesa ficaria com essa porção de território. Mas isso não significou paz imediata. A solução encontrada pela Coroa foi doar terras para os militares que lutaram ao seu lado, garantindo assim a ocupação daquela porção do território. Assim Farinatti explica a importância dos militares e o desenvolvimento das atividades econômicas por eles praticados:

Os comandantes militares ocupavam uma posição chave no sistema que articulava as necessidades militares do Estado, as possibilidades de expansão da economia pecuária e os interesses particulares da população. A conquista e a ocupação estável das terras disputadas com os espanhóis, a partir de 1801, possibilitaram a reprodução de um sistema agrário extensivo, através da expansão sobre uma área de fronteira aberta: neste caso, como em muitos outros no Brasil, mas talvez de forma mais espetacular, tratou-se de uma fronteira aberta à força. A conquista militar do território, que congregou combates e negociação com grupos ali já instalados (como o caso dos guaranis que auxiliaram os luso-brasileiros na tomada dos Sete Povos), foi a forma pela qual se abriu aquela fronteira. Esse fato contribui para que a realidade socioeconômica construída, nesse espaço, estivesse imbricada com as questões da guerra e da hierarquia militar (Farinatti, 2010. p. 214).

Após o sucesso dos militares, em reconquistar aquele território, os comandantes tinham ingerência sobre as doações de terras, repartição de gado, recrutamento de combatentes, abastecimento das tropas, passagem de animais e mercadorias pela fronteira, além da política regional. Todos esses fatores tinham implicações diretas na economia pecuária e na vida social (FARINATTI, 2010).

Isso permitiu que nessa porção do estado surgisse grandes patrimônios fundiários e a fronteira meridional do Brasil foi, tradicionalmente, associada à doação de sesmarias pela coroa Portuguesa, no processo de conquista das fronteiras de Rio Pardo e Rio Grande. O senso comum historiográfico ainda identifica, de modo muito mecânico, a estrutura agrária emergente do processo de ocupação da fronteira como um resultado imediato das doações de sesmarias (FARINATTI, 2010).

Esse processo gerou profundas desigualdades, as quais ainda repercutem atualmente. Ao analisar a densidade demográfica das regiões da

Campanha Gaúcha percebe-se que as três microrregiões possuem uma extensão territorial considerável, porém pouco habitada, se considerada a média brasileira, conforme mostra a Tabela 1.

Tabela 1: Área X Povoamento das Campanhas Gaúchas

Área	Área total em Km ²	habitantes por km ²
Campanha Ocidental	31.125,50	11,7
Campanha Meridional	14.260,60	12,19
Campanha Central	17.299,20	10,69
Brasil	8.515.767,05	23,73

Fonte: IBGE, 2010

Três períodos foram importantes para a formação e a política territorial lusitana realizada no Rio Grande do Sul e na Campanha Gaúcha. O primeiro período, da implementação da política de sesmarias e a formação das estâncias, pode ser entendido como o momento de apropriação política propriamente dita da natureza local. Neste momento, a natureza não é concebida como recurso, mas como espaço da efetivação do poder imperial (GONÇALVES, 2012).

O segundo período corresponde a fase na qual as articulações do atual Rio Grande do Sul com o restante do território brasileiro viabilizaram a exploração dos recursos localmente existentes. Foi quando houve a expansão das propriedades pastoris, de efetivação da posse dessas terras, demarcação de propriedades rurais e exploração do gado mais rentável economicamente, ainda que de forma extensiva (GONÇALVES, 2012).

Num terceiro período, mais atual, é quando a terra adquire valor significativo, especialmente porque o Estado está efetivamente ocupado. Certas áreas, como a Campanha gaúcha, revelam os efeitos de um momento histórico que se encaminha para a “abertura” pelos grandes proprietários à possibilidade de desenvolvimento de outras atividades agrícolas. Trata-se da introdução, particularmente, da cultura do arroz e, em parte, a da soja, através de outras formas de relações de trabalho, entre as quais, o arrendamento (GONÇALVES, 2012).

Dessa forma, o segundo período está relacionado diretamente à pecuária extensiva, que por muito tempo será a principal atividade econômica na região,

e que também refletirá nas estruturas da sociedade que repercutem até os anos de 1950. Frágoso a respeito da pecuária extensiva, que no primeiro momento estava ligado ao mercado charqueador, assim se manifesta:

à pecuária extensiva em larga escala, na fronteira, estava ligada aos mercados charqueadores do litoral do Rio Grande do Sul e, menos intensamente, a Montevideu. Seus mercados remotos eram as regiões de plantation abastecidas via portos de Salvador, Recife e, sobretudo, Rio de Janeiro. A posição subalterna dessa economia no contexto do mercado interno brasileiro exigia que, para ser viável, ela devesse reproduzir-se a baixos custos (FRAGOSO, 1998. p. 52).

A sustentação das charqueadas e especialmente da pecuária extensiva como autor acima descreve, esta diretamente associada aos baixos custos, ou seja, mão de obra escrava, baixo preço da terra e manejo da vegetação natural que servia de alimentação para o gado. Farinatti explica sobre esse baixo preço da produção e algumas alianças que os proprietários da terra deveriam fazer:

Como se tratava de uma produção extensiva, os principais fatores de sua reprodução estavam na incorporação de terras e mão de obra. Os baixos custos das terras estiveram garantidos, na primeira metade do século XIX, pela possibilidade do recebimento de sesmarias (até 1822), da ocupação (legítima ou não) e da compra a preços pouco elevados. Porém, se é verdade que todas essas formas de apropriação não exigiam recursos financeiros tão vultosos, quanto viria a ser o caso da compra de terras a altos preços na segunda metade do Oitocentos, também é verdade que eles impunham um outro tipo de recursos de investimentos, sobretudo, no caso daqueles que pretendiam acumular vastas extensões de campos. A informação sobre terras disponíveis, o recebimento de doações da Coroa, a ocupação, a permanência e a garantia dos direitos sobre a terra dependiam do estabelecimento de alianças, tanto no âmbito local como da capitania/província (FARINATTI, 2010, p.48).

O âmbito dessas alianças envolvia principalmente os filhos daqueles que eram os titulares das terras. Para manter um relativo acordo entre os agregados os filhos tinham no casamento uma forma de continuar a aliança dos estancieiros, assim a união das famílias aumenta os seus recursos financeiros e suas propriedades fundiárias. Também Farinatti (2010), nos fala que os casamentos entre parentes era um expediente comum, assim como o casamento entre cunhados, quando um dos cônjuges falecia. Nesse caso a herança recebida pelo viúvo(a) permanecia na família do(a) falecido(a), que herdava a herança, evitando com isso que ela fosse para uma outra pessoa que não era da família num casamento futuro.

As estratégias das elites agrárias são reinventadas com o passar dos anos, visto que algumas dificuldades foram impostas, como o final do tráfico atlântico de cativos e a valorização do preço da terra, mas isso não modifica substancialmente a estrutura social da Campanha Gaúcha (Grandes proprietários e os pequenos proprietários trabalhando na estância dos grandes proprietários) (Fariinatti 2010).

A esses pequenos proprietários Chelotti chama de camponês fronteiriço, e explica a seguinte relação com os grandes proprietários:

A apropriação dessa paisagem natural por portugueses e espanhóis ocorreu por interesse, pois eles formaram as estâncias e se dedicaram à criação da pecuária de corte. Ao mesmo tempo em que, nos seus arredores, formaram-se pequenas propriedades exploradas por camponeses que auxiliavam no trabalho da estância. Estabeleceu-se, então, uma forte ligação no âmbito das relações sociais entre o estancieiro e o camponês fronteiriço. (CHELOTTI, 2009 p. 57)

Em relação ao terceiro período de apropriação das terras da Campanha, conforme definido por Suertegaray e Silva (1998), corresponde aos dias atuais, que tem suas características formadas a partir de 1950, quando descendentes de imigrantes alemães e italianos migraram para a região em busca de terras para o cultivo do arroz irrigado. Assim, passaram das mãos de seus tradicionais proprietários (luso-brasileiros) para as mãos dos agricultores (de origem teuto-italiana). A partir dessa mudança, algumas estâncias passaram a adotar nova racionalidade produtiva, consorciando lavoura-pecuária. (CHELOTTI, 2009).

3.1 Estrutura agrária e fundiária dos municípios que compõem a Campanha Ocidental.

A partir da análise dos dados dos municípios da Campanha Ocidental, do INCRA, assim como pelas tabelas e mapas de uso do solo, percebe-se que as áreas ocupadas para a agricultura estão crescendo em todos os municípios, porém a estrutura fundiária se mantém concentrada. Na sequência apresenta-se dados que possibilitam compreender a estrutura agrária de todos os municípios que compõem a região da Campanha Ocidental.

3.1.1 Alegrete

No município de Alegrete como pode ser observado na tabela 2, entre os anos de 2005, 2015 e 2017, o número de propriedades em relação ao percentual não sofre significativas alterações, pois o número das pequenas propriedades (0 > 4 Módulos fiscais) são predominantes.

Ao analisar a área que cada classe representa, nota-se que as grandes propriedades abrangem um área superior a 50% do território rural de Alegrete. No ano de 2005 haviam 187 propriedades acima de 15 módulos fiscais (consideradas como grandes propriedades), as quais ocupavam uma área de 184.902 hectares do município, em 2017 já somavam 483 propriedades, ocupando uma área correspondente à 435.916 hectares. A classe das pequenas propriedades, compostas por até 4 hectares, no ano de 2005 representavam 1.934 propriedades, ocupando uma área de 55.915 hectares, em 2017 são 4.603, em uma área de 145.999. Ainda que tenha ocorrido uma ampliação no número de pequenas propriedades é significativa a desigualdade entre os segmentos e a concentração de terras.

Tabela 2: Número de Propriedades X Área ocupada em Alegrete

Classe por Módulos Fiscais	Número de propriedades					
	2005	%	2015	%	2017	%
0 > 4 MF	1.934	76,8	4.263	75,2	4.603	74,6
4 > 15 MF	397	15,7	947	16,7	1.083	17,5
Acima de 15 MF	187	7,4	453	7,9	483	7,8
Total	2.518	100	5.663	100	6.169	100

Classe por Módulos Fiscais	Área (ha)					
	2005	%	2015	%	2017	%
0 > 4 MF	55.915	17	109.308	15,8	145.999	18,9
4 > 15 MF	88.061	26,7	178.400	25,7	218.060	28,3
Acima de 15 MF	184.902	56,3	406.845	58,5	435.916	52,8
Total	328.878	100	691.551	100	769.975	100

Fonte: INCRA

Org: FROELICH, C.L. 2018

No mapa a seguir, que representa o mapa do uso do solo em 2006, a categoria solo (cor vermelha), que representa a área agrícola do território

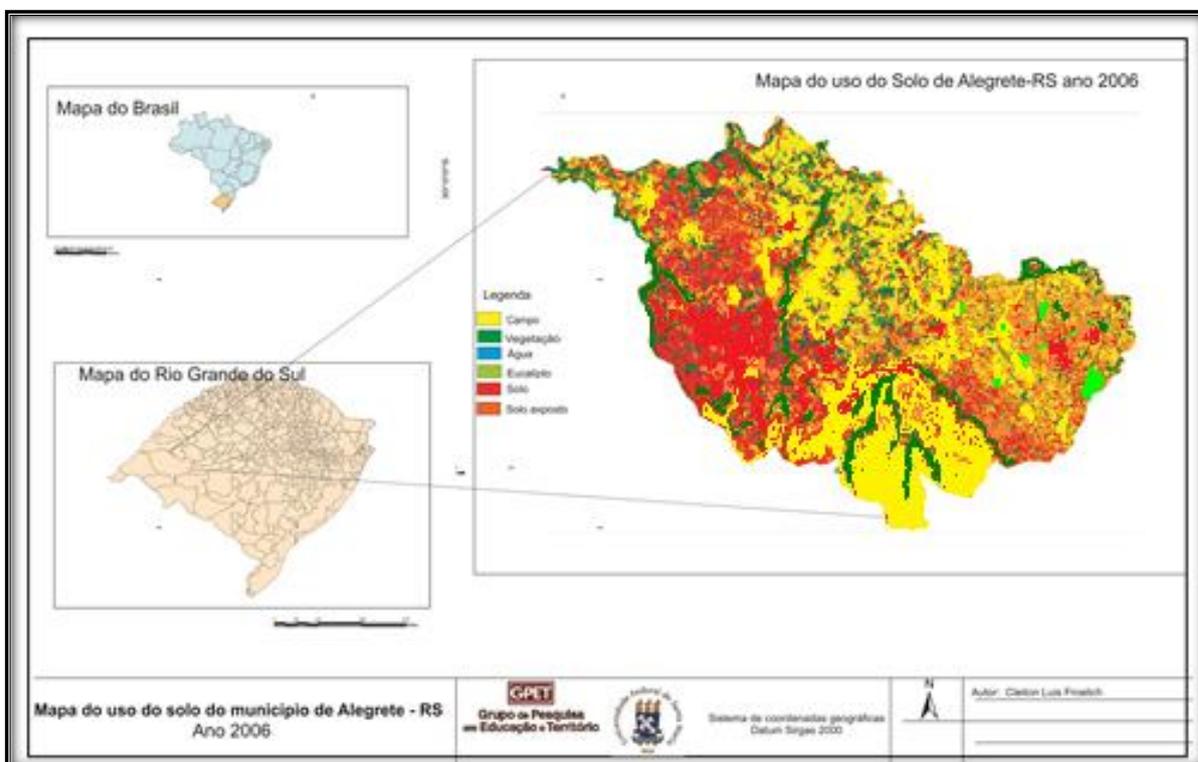
alegretense, terá sua maior concentração nas porções sul e oeste do município, onde se localizam os melhores solos.

O solo exposto (representado pela cor laranja) tem sua concentração na porção leste e sul do município, juntamente com a área agrícola representada pela cor vermelha.

A silvicultura representada pela cor verde fraco tem sua concentração maior na porção leste e norte do município. Ainda na parte leste estão presentes os areas de Alegrete, neste espaço, até no ano de 2000, o preço da terra era baixo, o que facilitou a compra da terra pela empresa Stora Enzo para o cultivo, lembrando o mato de eucalipto em maior escala é a plantação da CEE.

A vegetação representada pela cor verde forte, esta concentrada na área onde que possui as matas ciliares.

Mapa 2: Uso do solo do município de Alegrete em 2006



O mapa 3 a seguir demonstra o uso do solo no município de Alegrete no ano de 2017, representando o momento atual, portanto, o solo (vermelho), novamente terá um aumento da sua área, além de manter sua área predominante ao sul e oeste do município, porém com um expressivo aumento

ao leste, área que a silvicultura tinha se inserido, denotando uma competição entre ambos pelo espaço. Grande número de produtores desistiu da silvicultura e plantou soja. Por mais que se tenha a presença dos areais, a soja de várzea mostrou bons resultados e adaptabilidade ao solo.

O solo exposto (laranja) laranja apresentou uma diminuição da sua área em relação aos períodos anteriormente mapeados, mas o predomínio segue na porção leste do município.

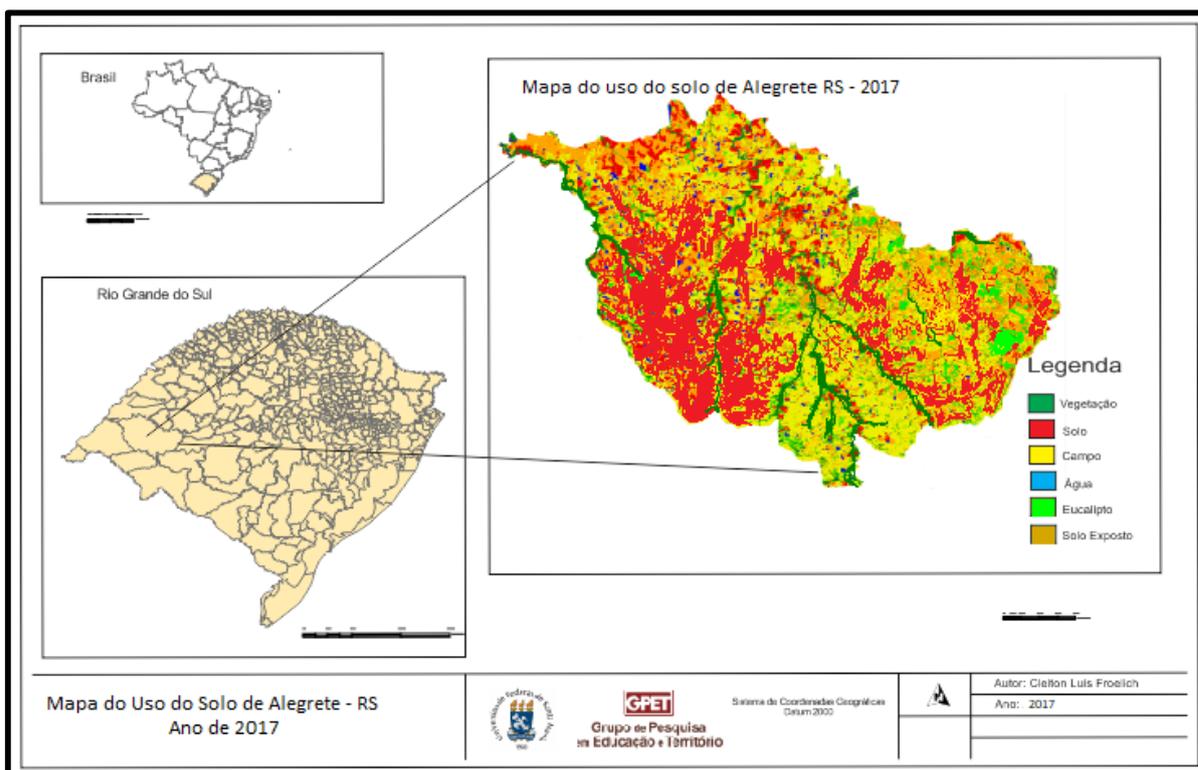
A água (azul) novamente apresentará um aumento da sua área se comparar aos mapa de uso do solo de 2006. O campo (amarelo) novamente sofreu uma sensível diminuição em sua área, sua concentração ocorre no norte do município, e na Reserva Ecológica do Ibirapuitã, localizada no sul do município.

A silvicultura (verde fraco) aumentou na sua área em relação a 2006, sua concentração continua sendo na porção leste do município, agora muito mais evidente que no mapa anterior, pois a quase totalidade da área ocupada pelas lavouras plantadas (em torno de 20 mil hectares) pela Stora Enzo se concentra ali e outras áreas mais isoladas ao norte do município.

A vegetação (verde forte) representada pela cor verde se mantém praticamente a mesma área de 2006, porém com uma diminuição no norte do município.

A imagem retirada do satélite Lansat 8, foi do mês de maio de 2017, tentando manter o mesmo período de 2006, novamente o mesmo mês não pode ser empregado em relação aos mapas anteriores devido a presença de nuvens.

Mapa 3: Uso do solo do município de Alegrete em 2017.



A partir dos dois mapas apresentados percebe-se as transformações no uso do solo do município de Alegrete. A diminuição dos campos, característico do Bioma Pampa e o aumento das áreas agrícolas, sobretudo destinadas à silvicultura, e cultivo de soja e arroz são fenômenos presentes.

Na tabela a seguir podem-se analisar os índices de cada elemento que compõe o mapa do uso do solo, permitindo visualizar a variação no período de cada um dos elementos nele representados.

Tabela 3: Área que cada elemento ocupa no município de Alegrete em 2006 e 2017.

Elemento	Área 2006 (ha)	Área 2017 (ha)
Vegetação	37.015	28.715
Eucalipto	8.500	20.521
Água	18.801	20.221
Solo	105.854	132.023
Solo Exposto	28.365	90.174
Campo	581.860	488.741
Área Total	780.395	780.395

Org: FROELICH.C.L., 2018.

Fonte: IBGE, 2017.

Na tabela 3, podemos ver alternância em algumas categorias e dessa forma mudanças no espaço agrário do município de Alegrete. Nota-se que a maioria dos aspectos naturais tiveram uma diminuição, com exceção da água que aumentou cerca de 2 mil hectares, passando de 18.801 hectares em 2005 para 20.221 hectares em 2017. A vegetação em 11 anos teve uma redução de 8.300 hectares da sua área, passando de 37.015 hectares em 2006 para 28.715 hectares em 2017. O campo que é o bioma predominante na região e consequente no município continua sendo a categoria predominante, porém tem uma redução de 93 mil hectares, passando de 581.860 hectares em 2006 para 488.741 hectares em 2017. Essa área reduzida de campo, passa a ser absorvida pelos novos cultivos de soja, arroz e eucalipto.

Por sua vez percebemos que as categorias que representam cultivos de monoculturas, como arroz, soja e eucalipto tem um crescimento na sua área. O solo no qual representa as lavouras de arroz, soja e demais cultivares tiveram um crescimento de 27 mil hectares no período analisado, onde sua área era de 105.854 hectares em 2005, em 2017 passa a ser 132.023 hectares. O eucalipto teve um crescimento de 12 mil hectares, passando de 8.500 hectares em 2005 para 20.521 hectares em 2017, lembrando que a empresa Stora Enso será a maior responsável pelo crescimento desse cultivo.

O solo exposto também tem um crescimento na sua área passando de 28.365 hectares em 2005 para 90.174 hectares em 2017, essa categoria vai englobar a cidade, os bancos de areias que aumentaram no município, e lavouras que estão passando pelo processo de colheita ou plantio.

Visto as áreas que cada categoria representa, percebe-se que o campo é a maior categoria, porém em 11 anos é o que teve a área mais reduzida, apresentando um crescimento muito grande de monoculturas, tendo uma mudança na paisagem física e cultural do município, sem contar os graves problemas sociais e ambientais que as monoculturas deixam por onde passam.

3.1.2 Barra do Quaraí

O município de Barra do Quaraí, localizado no extremo sul do Estado do Rio Grande do Sul, tem seu principal produto agrícola o arroz, seguido pela pecuária extensiva e a soja nos últimos anos. Por sua vez é um município que possui uma estrutura fundiária desigual.

A tabela 4, apresenta os dados da estrutura fundiária nos anos de 2005, 2015 e 2017. Neste município, no ano de 2017, as pequenas propriedades representam mais de 50% das propriedades, enquanto as grandes correspondem à 25%. Ao analisar a área que cada classe representa, nota-se que as grandes propriedades abrangem uma área superior de 80% do território rural de Barra do Quaraí, enquanto as pequenas ocupam 5,3% da área total. Ao considerar o número de propriedades no ano de 2005, as pequenas somavam 60, chegando a 143 em 2017. Por sua vez, aquelas acima de 15 hectares eram 22, se ampliando para 68 em 2017.

Tabela 4: Número de propriedades X Área ocupada no município de Barra do Quaraí.

Classe por Módulos Fiscais	Número de propriedades					
	2005	%	2015	%	2017	%
0 > 4 MF	60	53,5	137	53,1	143	52,6
4 > 15 MF	30	26,7	54	20,9	61	22,4
Acima de 15 MF	22	19,8	67	26	68	25
Total	112	100	258	100	272	100

Classe por Módulos Fiscais	Área (ha)					
	2005	%	2015	%	2017	%
0 > 4 MF	4.958	5,7	5.499	4,8	5.611	5,3
4 > 15 MF	11.152	11,7	13.431	13,1	15.151	14,3
Acima de 15 MF	78.363	82,4	83.363	81,9	84.611	80,2
Total	95.014	100	102.053	100	105.373	100

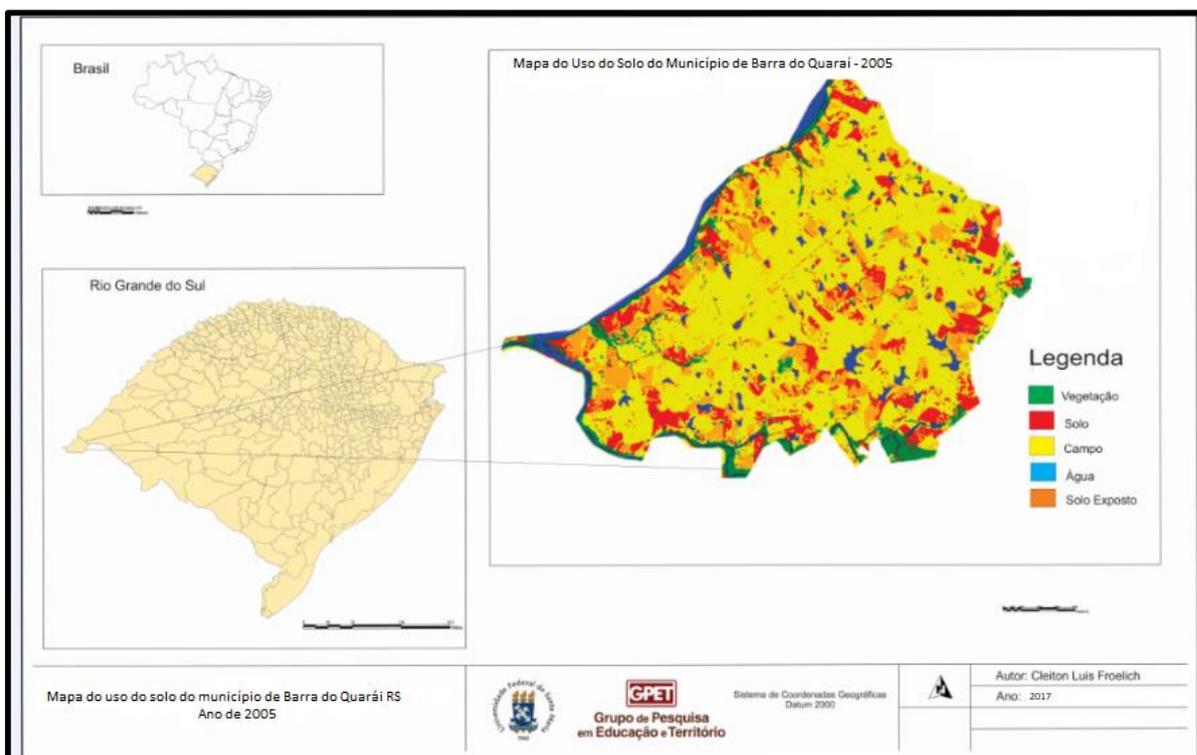
Fonte: Incra, 2018
Org: FROELICH, C.L.

A tabela mostra uma disparidade muito grande em relação as áreas que cada classe representa. Nos mapas do uso do solo do município de Barra do Quaraí nota-se que teve uma mudança muito grande em relação ao ano de 2005 à 2017, onde o campo nativo perdeu seu espaço para a categoria de solo que é soja, arroz ou demais cultivares, e silvicultura.

No mapa 4, em 2006, pode-se perceber que o predomínio é do campo, representada pela cor amarela. Já o solo e solo exposto, terão uma maior concentração na porção oeste do município, com grande predomínio da lavoura de arroz, devido ao rio Uruguai cruzar nessa região, cujas várzeas possibilitam o cultivo desse produto que requer irrigação.

A cor azul representa a água, terá sua maior representatividade na porção oeste do município, devido ao Rio Uruguai já citado acima, auxiliando ao município principalmente na produção de arroz, porém vale destacar que a mata ciliar que o rio deveria conter é quase nula, devido ao desmatamento para o uso da lavoura.

Mapa 4: Uso do solo do município de Barra do Quaraí em 2005.

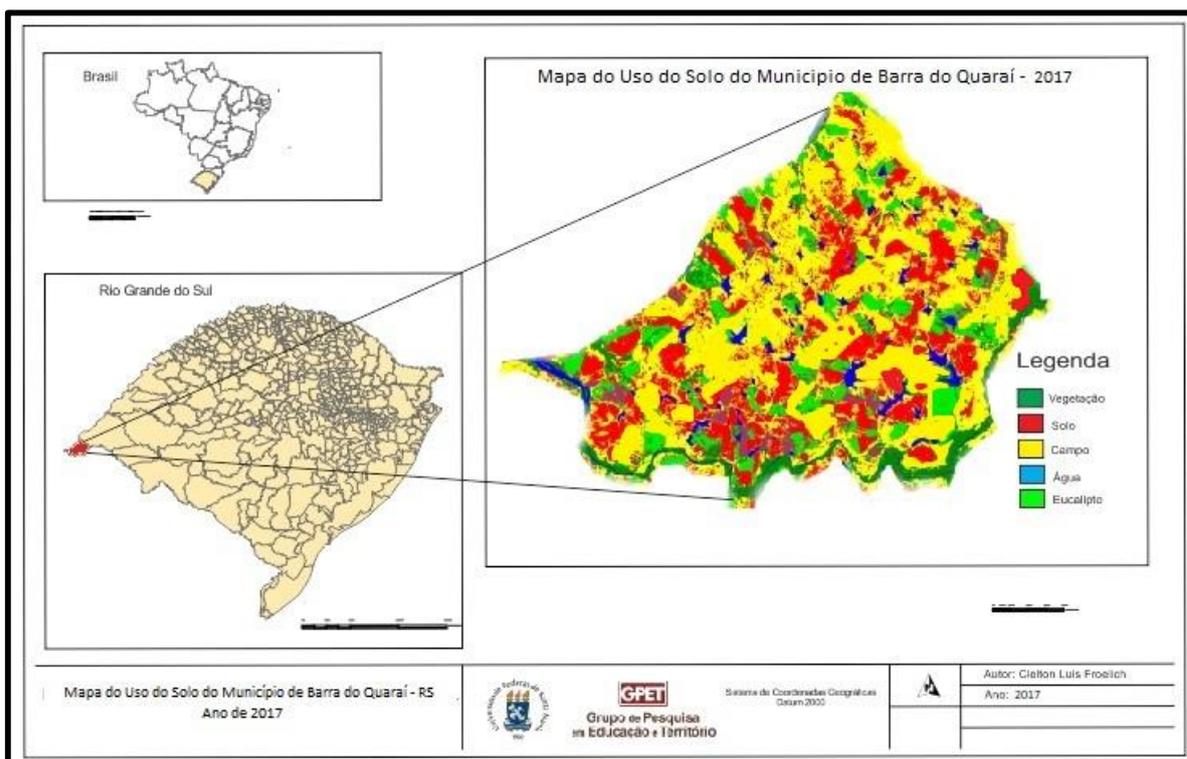


Já no mapa 5 é possível observar uma realidade, do município de Barra do Quaraí em 2017, mostra uma realidade bastante diferente do ano de 2005, onde a categoria solo e silvicultura cresceram muito em 2017. O campo em amarelo que predominava na parte central do município, agora passa a ser predominado pelo solo na cor vermelho e a silvicultura da cor verde claro.

Também se nota que os açudes cresceram no município, representado pela cor azul, podemos perceber que esses crescem e são rodeados por lavouras e silvicultura, estratégia para irrigação e melhor crescimento do eucalipto e pinus, visto que esses cultivos necessitam de água para acelerar seu crescimento.

Enquanto que a vegetação representada pela cor verde forte, somente se encarrega pela matas ciliares do rio Quaraí e desagua no Rio Uruguai, vale destacar que o rio Uruguai não parece nesse mapa devido a imagem de lansat 8 ser diferente do lansat 5, dessa forma o recorte ficou de fora da classificação água.

Mapa 5: Uso do solo do município de Barra do Quaraí em 2017.



Nos dois mapas percebe-se que a estrutura agrária do município de Barra do Quaraí teve um aumento das categorias que representam as monoculturas. Na tabela 5 é possível observar quanto que cada categoria vai ocupar de área e quanta modificação teve ao longo dos anos analisados.

Tabela 5: Área que cada elemento ocupa no município de Barra do Quaraí em 2005 e 2017.

Classes	Área em 2005 (ha)	Área em 2017 (ha)
Vegetação	6.403	5.842
Eucalipto	—	1.550
Água	5.318	6.126
Solo	13.688	33.526
Solo Exposto	20.186	3.721
Campo	60.020	54.850
Área total do Município	105.615	105.615

Na tabela 5 acima, percebemos que a categoria que possui a maior área é o campo, comparando os anos essa categoria começa a ter uma redução de sua área em 6 mil hectares do seu total, sendo que em 2005 ocupava 60.020 hectares em 2017 passa para 54.850 hectares.

Porém a mudança mais significativa no município de Barra do Quaraí, está nas categorias do solo exposto e solo, no qual o solo exposto terá uma redução de 17 mil hectares e o solo um aumento de 20 mil hectares nos anos analisados, essa mudança bastante significativa é devido a diferença de meses no qual as imagens dos satélites foram extraídas para confecção dos mapas. Dessa forma a maior parte da área do solo exposto em 2005 representava lavouras que estavam em fase de plantio ou colheita, em 2017 essa categoria somente representara área urbana e bancos de areias do município. Enquanto que o solo será a representação de lavouras, dentro dessas o destaque para os cultivos de arroz e soja.

O eucalipto é outra monocultura que tem uma plantação considerável no município, visto que em 2005 não havia plantio da monocultura no município em 2017 haverá 1.550 hectares plantadas. A vegetação por sua vez terá uma redução de sua área de 9%, passando de 6.403 em 2005 para 5.842 hectares em 2017. A água terá um aumento de 15% de sua área, passando de 5.318 hectares em 2005 para 6.126 hectares em 2017, esse aumento se dá pela criação de açudes, utilizados para irrigação das lavouras de soja e arroz, e lembrando que a maior área da categoria água corresponde ao rio Uruguai.

3.1.3 Garruchos

Na análise da estrutura fundiária do município de Garruchos na tabela 6, podemos perceber algumas semelhanças com os municípios analisados anteriormente, em 2005 o município apresentava 425 propriedades pequenas e somente 25 propriedades grandes, no total de 556 propriedades, segundo cadastro do Incra.

As propriedades pequenas em 2005 apresentavam 76,4% do total, enquanto que as grandes só representavam 4,6 % do total das propriedades. Em 2017 segundo o cadastro do INCRA, o número de propriedades crescem no município, as pequenas propriedades sobem para 1005 que corresponde a

79,9%, enquanto que as grandes passam a ser 46, representando 3,7% do número total de 1265 propriedades registradas em 2017.

No que se refere a área que cada classe representa, as pequenas propriedades contemplavam um área de 24.114 hectares em 2005, ampliando a área para 24.274 hectares em 2017. As propriedades grandes ocupavam uma área de 29.597 hectares em 2005, e em 2017 reduz sua área para 28.710 hectares. Referente ao percentual que cada classe representa na área, as três classes se mantêm equilibradas, as pequenas propriedades representam 29,2%, as médias propriedades 36,4% e as grandes propriedades 34,4%. Mostrando assim que as grandes propriedades representam somente 3,7% do número total das propriedades elas abrangem uma área maior que as 1005 propriedades pequenas.

Tabela 6: Número de propriedades X Área ocupada no município de Garruchos.

Classe por Módulos Fiscais	Número de propriedades					
	2005	%	2015	%	2017	%
0 > 4 MF	425	76,4	922	80,3	1005	79,4
4 > 15 MF	106	19	184	16	214	16,9
Acima de 15 MF	25	4,6	42	3,7	46	3,7
Total	556	100	1.148	100	1.265	100

Classe por Módulos Fiscais	Área (ha)					
	2005	%	2015	%	2017	%
0 > 4 MF	24.114	28,9	24.194	29	24.274	29,2
4 > 15 MF	29.535	35,4	30.395	36,4	30.395	36,4
Acima de 15 MF	29.597	35,6	28.710	34,6	28.710	34,4
Total	83.246	100	83.299	100	83.379	100

Fonte: INCRA, 2018

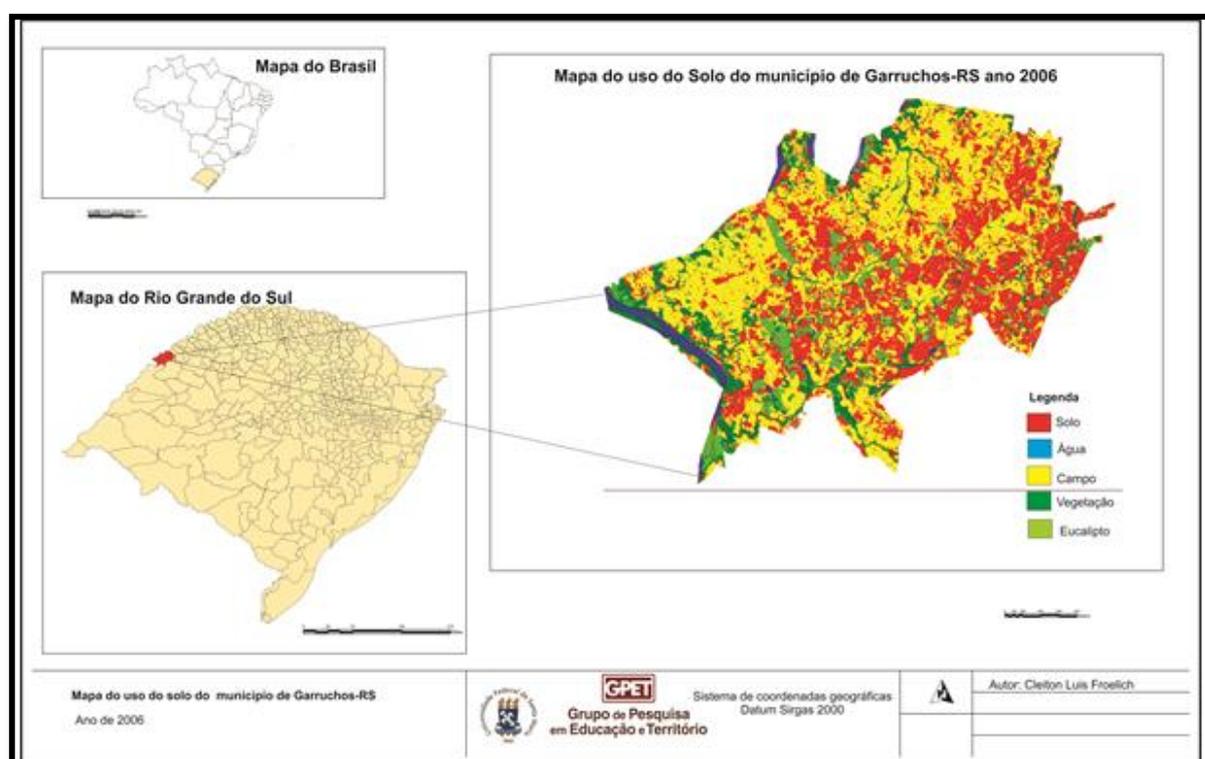
Org: FROELICH, C.L.

Na tabela 6 acima percebemos a concentração de área para as grandes propriedades, mostrando um desequilíbrio no município, mas característico da região onde se situa. O município nos últimos anos também fez aumentar suas lavouras de arroz, silvicultura e soja, monoculturas que facilitam a concentração fundiária.

Os dois mapas apresentados sequencialmente demonstram o solo e silvicultura crescendo no município, no mapa 6 do uso do solo de Garruchos em 2006, percebemos que o campo nativo representado de amarelo se concentra na porção oeste e sul do município. Enquanto que o solo (agricultura), representado pela cor vermelha está concentrado na porção leste e centro do município.

A silvicultura representado pela cor verde fraco, está em menor porção em 2006, tem sua concentração na porção central e leste do município. Enquanto que a mata nativa, representada pela cor verde forte, está nas matas ciliares de rio, sendo o principal rio Uruguai que banha as margens Oeste e metade da margem sul.

Mapa 6: Uso do Solo do município de Garruchos no ano de 2006.



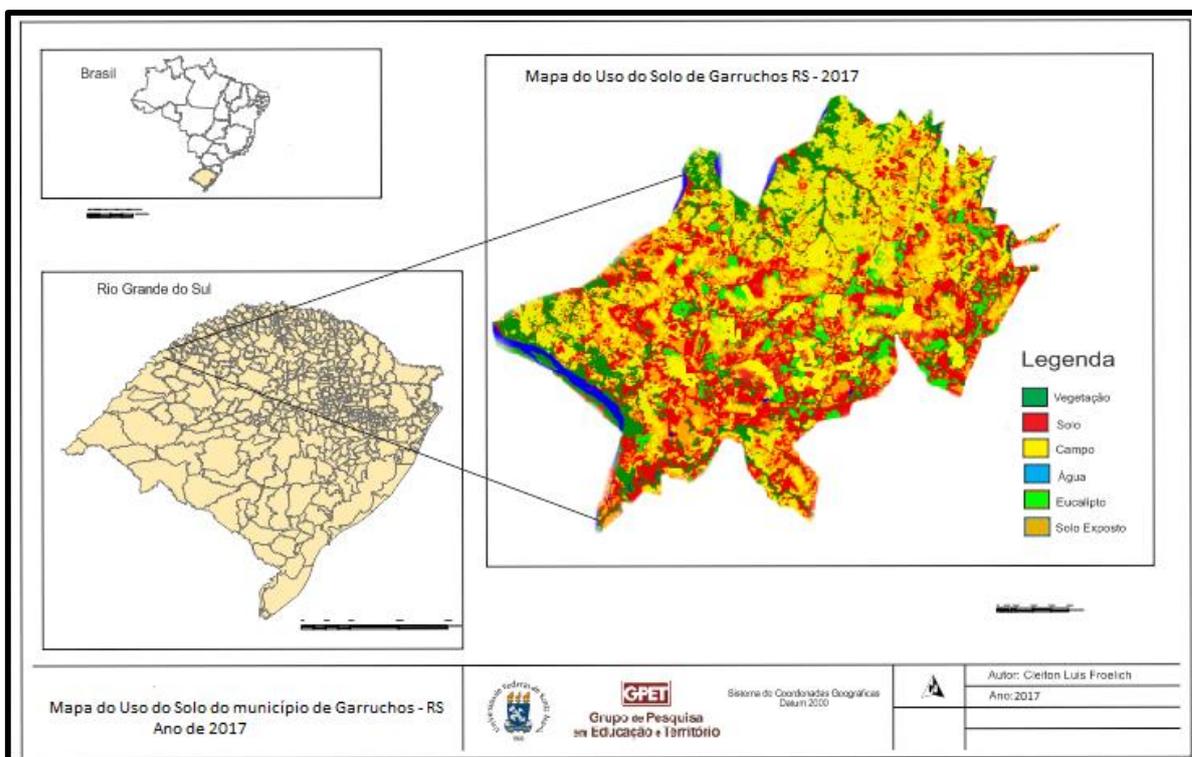
No mapa de 2017, percebe-se algumas mudanças, como a intensificação do solo exposto, do solo agrícola e da silvicultura, e uma redução do campo nativo representado pela cor amarela. O solo exposto, essa nova categoria colocada no mapa de 2017, representa lavouras que passaram por um processo de plantio ou colheita, além da parte mais a leste do município ter áreas com

processo de desertificação, onde a areia oriunda do arenito, predomina no solo prejudicando o campo nativo e lavouras.

A categoria solo teve um aumento significativo, onde representa também lavouras, percebemos que elas avançam na região central e oeste do município. O avanço da agricultura nessa área será acompanhada pela expansão da silvicultura, onde podemos ver uma avanço bastante grande em 12 anos.

Novamente percebemos igual aos demais municípios, o desmatamento do campo natural da região, concentrando sua área mais na parte norte e noroeste do município, onde ali predomina a atividade da pecuária leiteira, sendo a terceira atividade mais desenvolvida no município, perdendo somente para a soja e o arroz, primeiro e segundo respectivamente, segundo dados do IBGE. A água (azul), e vegetação (verde escuro), não terão uma mudança grande, onde água terá sua representação maior pelo rio Uruguai e vegetação sendo mata ciliar.

Mapa 7: Uso do solo do município de Garruchos no ano de 2017



Nos mapas 6 e 7, representando respectivamente os anos de 2006 e 2017 podemos perceber que a estrutura agrária segue as mudanças de outros

municípios analisados, monoculturas ocupando áreas maiores e biomas naturais diminuindo suas áreas, como podemos ver na tabela 7 abaixo as áreas que cada categoria ocupa no município.

Tabela 7: Área que cada elemento ocupa no município de Garruchos em 2006 e 2017.

Classes	Área em hectares em 2006	Área em hectares em 2017
Vegetação	10.036	5.561
Água	2.710	3.361
Solo	19.480	24.785
Solo Exposto	-	5.924
Eucalipto	100	1.002
Campo	57.658	49.251
Área total do município	89.984	89.984

Org: FROELICH.C.L, 2018.
Fonte: IBGE, 2017.

A partir da análise da tabela 7 torna-se possível observar que a vegetação perde de 2006 a 2017 praticamente 50% da sua área, isso se dá pela mata ciliar que ocupava as margens do rio Uruguai dar espaço as lavouras, principalmente de arroz que necessitam da irrigação oriunda das águas do mesmo rio. A água categoria por sua vez teve um crescimento 10% na sua área, isso se dá pelo surgimento de açudes na sua maioria servindo para irrigação de lavouras.

A categoria solo também teve um crescimento na sua área de 27%, passando de 19.480 hectares em 2006 para 24.785 hectares em 2017, o aumento de hectares nessa categoria tem muito a ver com o aumento da produção de soja no município. Nos resultados preliminares do censo agropecuário de 2017 do IBGE, consta que foram plantadas cerca de 14.000 mil hectares de soja, sendo que em no censo agropecuário de 2006 consta apenas 6.330 hectares, um aumento de 7.670 hectares para esse cultivo. A categoria solo exposto que não consta no mapa de 2006, em 2017 aparecerá com 5.924 hectares, englobando o perímetro urbano da cidade, alguns bancos de areia que surgem no município, além de algumas lavouras passar pelo processo de cultivo ou colheita.

O eucalipto teve um crescimento de 10 vezes da área que era em 2005, passando de 100 hectares para 1.002 hectares em 2017, tendo a maior parte dessa área cultivada por produção independente de produtores, sem contrato com empresas (EMATER). A categoria campo, representa o bioma pampa, é que ocupa a área maior no município, porém com uma redução de 15% da sua área nos anos analisados, passando de 57.658 hectares em 2005 para 49.251 hectares em 2017. Uma amostra que em 11 anos podemos perceber que o bioma pampa começa a ter uma redução e a substituição das monoculturas.

3.1.4 Manoel Viana

A estrutura fundiária do município de Manoel Viana pode ser observada a partir da tabela 8. O município possuía em 316 propriedades pequenas em 2005, e sobe para 793 propriedades em 2017, representando 78% e 76,9% respectivamente do total das propriedades do município. As grandes propriedades representavam 13 propriedades em 2005 e passa para 56 propriedades grandes em 2017, correspondendo 3,3% e 5,5% do total das propriedades do município em 2005 e 2017 respectivamente.

Quanto a relação de área que cada classe representa, notamos que as pequenas propriedades ocupavam 15.003 hectares em 2005 e passam para 33.911 hectares em 2017, correspondendo o total de 29,7% em 2005 e 24,9% da área total das propriedades agrícolas segundo o INCRA. As grandes propriedades possuíam 15.692 hectares em 2005 onde representava 31,3% da área total das propriedades, e sobe para 61.464 hectares em 2017 onde subiu para 45,1% a representação da área total das propriedades.

Dessa forma percebemos que o número das propriedades e área das três classes cresceram, onde o número das propriedades praticamente triplicaram, mas mantém seu percentual em participação de cada categoria. Em relação a área percebemos que a área também cresce, porém na porcentagem que cada classe representa na área total do município, as pequenas propriedades passam a representar 25,9% em 2017, 3% a menos que em 2005 quando representava 29,7%. Nas médias propriedades também tem uma diminuição de 9% de 2005 á 2017 da representação na área total. Enquanto que as grandes propriedades terão um crescimento na área e na porcentagem, onde representavam em 2005, 31,3% da área total passam a representar 43,8% em 2017.

Tabela 8: Número de propriedades X Área ocupada no município de Manoel Viana-RS.

Classe por Módulos Fiscais	Número de propriedades					
	2005	%	2015	%	2017	%
0 > 4 MF	316	78	654	78,9	793	76,9
4 > 15 MF	76	18,7	139	16,7	182	17,6
Acima de 15 MF	13	3,3	35	4,4	56	5,5
Total	405	100	828	100	1.031	100

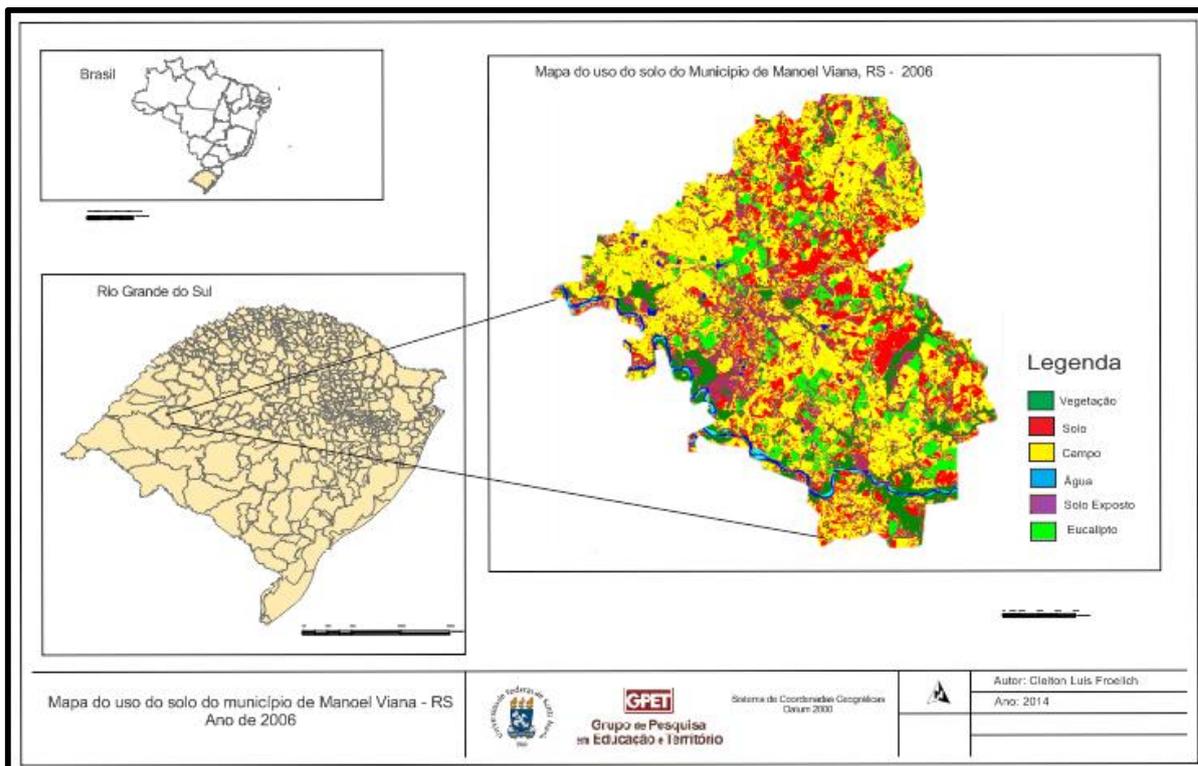
Classe por Módulos Fiscais	Área (ha)					
	2005	%	2015	%	2017	%
0 > 4 MF	15.003	29,7	33.658	29,2	33.911	24,9
4 > 15 MF	19.685	39	36.438	31,6	40.727	30
Acima de 15 MF	15.692	31,3	45.157	39,2	61.464	45,1
Total	50.380	100	115.253	100	136.102	100

Fonte: INCRA, 2018
Org: FROELICH.C.L.

No mapa 8 a seguir do uso do solo do município de Manoel Viana/RS, podemos perceber que em 2006, o campo (amarelo) está mais na porção leste, norte e central do município. Já o solo (vermelho), que representa lavouras tem sua maior concentração na área central do município. O solo exposto (roxo), encontra mais na porção central do município, onde são lavouras que passaram por colheita ou plantio, e regiões que são bancos de areias, e que passa pelo processo de desertificação, característico do pampa.

A silvicultura (verde claro) ela também aparece na região mais central e oeste do município, as áreas onde parece matas maiores de silvicultura, são as empresas multinacionais que plantaram, principalmente Stor Enzo (Emater de Manoel Viana, 2017). A vegetação (verde escuro), tem seu maior destaque na matas ciliares do Rio Ibicuí, principalmente na parte sul do município. A água (azul), representa o rio Ibicuí citado anteriormente, fica na porção sul do município, e na região mais central podemos perceber alguns açudes, tanto o rio como os açudes tem como principal objetivo a irrigação de agricultura, e o principal produto agrícola do município que é o arroz (IBGE).

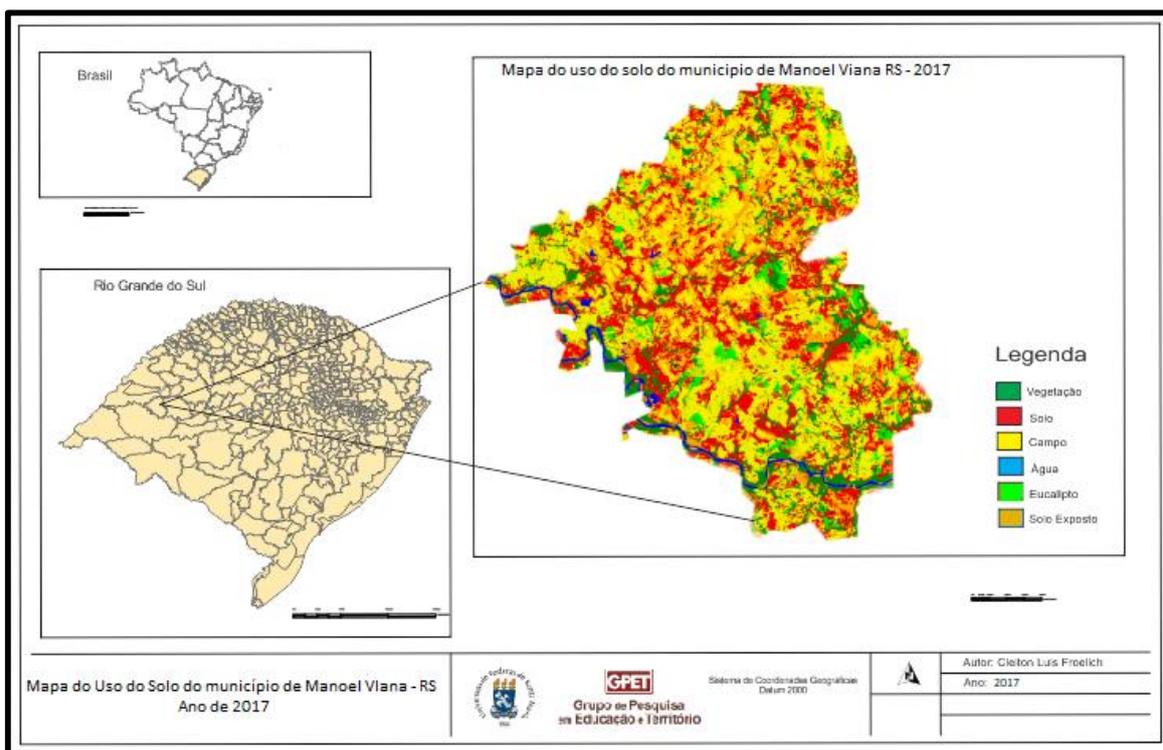
Mapa 8: Uso do Solo do município de Manoel Viana/RS em 2006.



No mapa 9 a seguir, podemos perceber que o uso do solo do município de Manoel Viana no ano de 2017 comparado ao de 2006, há um aumento no solo (vermelho) e solo exposto (marrom), onde tem sua expansão mais para o oeste e norte do município, onde em 2005 havia um predomínio de campo nessa região. O campo (amarelo), por sua vez tem uma diminuição na sua área se concentrando na região central do município.

Na vegetação (verde forte), percebemos que as suas áreas também há uma diminuição na mata ciliar, onde percebemos que ela deu espaço para agricultura, sendo dessa forma bem explícito o desmatamento e o desrespeito do ser humano com a natureza, já a silvicultura terá um aumento na sua área, tendo na região central do município um maior destaque. À água (azul) vai manter sua maior representatividade com o rio Ibicuí e açudes, não tendo muita mudança na sua área em que relação ao aumento e diminuição da sua área.

Mapa 9: Uso do solo do município de Manoel Viana/RS em 2017.



Nos mapas 8 e 9 vistos anteriormente, correspondendo aos anos de 2006 e 2017 respectivamente, percebe-se que a uma mudança principalmente no avanço áreas nas categorias que possuem monoculturas, e a redução de área nas categorias que representam vegetação e biomas naturais do município. Na tabela 9 abaixo pode-se analisar o quanto de área que cada categoria representa no município de Manoel Viana.

Tabela 9: Área que cada categoria ocupa no município de Manoel Viana/RS em 2006 e 2017.

Classes	Área em hectares em 2006	Área em hectares em 2017
Vegetação	17.489	15.642
Eucalipto	1.165	665
Água	4.046	4.482
Solo	36.894	45.415
Solo Exposto	5.527	7.852
Campo	73.498	65.013
Área total do Município	139.069	139.069

Org: FROELICH.C.L, 2018.

Fonte: IBGE, 2017.

Na tabela 9 acima a vegetação tem uma diminuição de 11% no período analisado, cerca de 2 mil hectares, passando de 17.489 hectares em 2006 para 15.642 hectares em 2017. E a diminuição da categoria olhando os mapas 8 e 9 percebemos que é na mata ciliar e quem ocupa essa área é a categoria solo. O solo por sua vez terá um aumento de 23% da sua área, passando de 36.894 hectares em 2006 para 45.415 hectares em 2017, praticamente 10 mil hectares a mais. Essa quantidade se deve pelo cultivo de soja no município, no qual o Censo agropecuário de 2017 do IBGE aponta para uma área plantada de 31 mil hectares, enquanto que no censo agropecuário de 2006 mostra uma área de 13 mil hectares.

Água é uma categoria que apresenta leve aumento da sua área, passando de 4.062 hectares em 2006 para 4.482 hectares em 2017, cerca de 400 hectares, sendo que a maior parte da área dessa categoria é representada pelo rio Ibicuí que cruza o município. O solo exposto cresceu cerca de 40%, essa categoria engloba o perímetro urbano do município, mas principalmente os bancos de areias. O eucalipto terá uma redução de 50% da sua área, essa redução corresponde a área que era plantada por empresas multinacionais e até mesmo nacionais, no qual passou o ciclo de 10 anos, cortaram e não continuaram com a plantação no município, os outros 50% que ficaram, correspondem ao plantio feito por produtores independentes.

O campo como nos demais municípios corresponde a maior categoria do município, mas tem uma redução de 11%, passando de 73.498 hectares em 2006 para 65.013 hectares em 2017. Nessa categoria se concentra a pecuária extensiva com o crescimento da pecuária leiteira no município (IBGE).

3.1.5 ITAQUI

O município de Itaqui, na sua estrutura fundiária como podemos ver na tabela 10 a seguir, percebemos um crescimento dos números das propriedades nas três classes. As pequenas propriedades cresceram de 715 propriedades em 2005 para 1.067 em 2017, um crescimento de 35% em números de propriedades. As médias propriedades passaram de 172 propriedades em 2005 para 485 propriedades em 2017, um crescimento de 282%. As grandes propriedades cresceram de 158 propriedades em 2005 para 370 propriedades

em 2017, um crescimento de 233% em número de propriedades. Na porcentagem que cada classe representa no número total das propriedades, as pequenas representam mais da metade das propriedades, porém um decréscimo em relação de 2005 a 2017, onde passam de 68,4% para 55,5% respectivamente. Já as médias e grandes propriedades têm um crescimento na porcentagem, as medias passam de 16,4% em 2005 para 25,2% em 2017. As grandes propriedades passam de 15,8% em 2005 para 19,3%, do total das propriedades.

Tabela 10: Número de Propriedades X Área ocupada no município de Itaqui/RS.

Classe por Módulos Fiscais	Número de propriedades					
	2005	%	2015	%	2017	%
0 > 4 MF	715	68,4	1.028	61,1	1.067	55,5
4 > 15 MF	172	16,4	355	21,1	485	25,2
Acima de 15 MF	158	15,8	299	17,8	370	19,3
Total	1.045	100	1.682	100	1.922	100

Classe por Módulos Fiscais	Área (ha)					
	2005	%	2015	%	2017	%
0 > 4 MF	16.433	8,5	24.665	8,4	32.434	9,6
4 > 15 MF	32.588	16,9	59.936	20,4	62.834	18,7
Acima de 15 MF	143.052	74,6	208.099	71,2	240.107	71,7
Total	192.073	100	292.700	100	335.375	100

Fonte: INCRA, 2018.
Org: FROELICH.C.L.

Já sobre área que cada classe representa no município, todas classes terão crescimento, porém classe com maior área será as grandes propriedades, onde passam de 143.052 hectares em 2005 para 240.107 hectares em 2017, um crescimento de 77%. As médias propriedades terão um crescimento de 98%, onde possuíam 32.588 hectares em 2005, em 2017 passam a ter 62.834 hectares. As pequenas propriedades terão um crescimento de 100%, onde possuíam 16.433 hectares em 2005, em 2017 terão 32.434 hectares. Enquanto a porcentagem que cada classe representa na área total do município, as grandes propriedades mantêm praticamente inalterados, tendo 74,6% em 2005, em 2017 terão 71,7%, uma redução de 3% na representação da área total. As

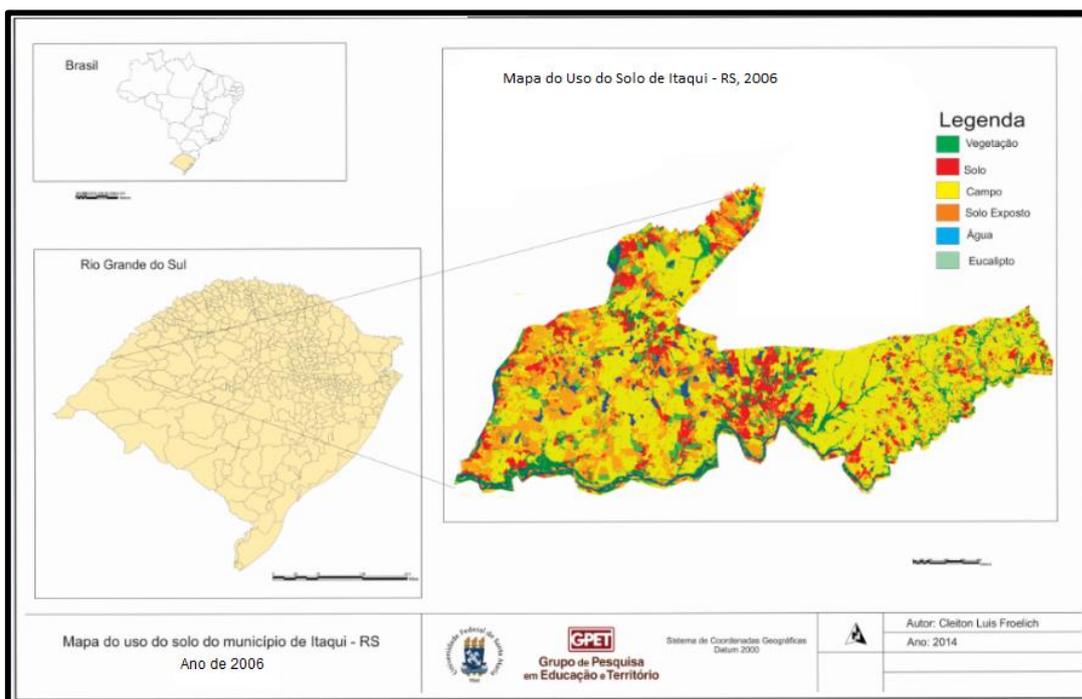
médias propriedades terão uma porcentagem maior na área total comparada 2005 e 2017, onde passa de 16,9% para 18,7%. As pequenas propriedades terão um leve aumento na porcentagem na área total, passando de 8,5% em 2005 para 9,6% em 2017, subindo 1,1% na área total.

O município mostra uma concentração bastante elevada, visto que o número de propriedades pequenas são três vezes superiores as grandes propriedades, porém quanto à área as grandes propriedades ocupam uma área de 10 vezes superior as pequenas propriedades.

No mapa 10 a seguir, do uso do solo do município de Itaqui em 2006, o campo (amarelo) terá sua maior concentração na parte leste do município, e algumas áreas maiores na parte central e norte do município. Na parte central do município percebemos um cultivo bastante grande de silvicultura (verde claro), onde se alastra para a parte oeste do município.

Juntamente com a silvicultura, na região central do município, o solo (vermelho) que representa a agricultura, sendo o principal produto agrícola plantado em 2005 será o arroz. Esse fato também explica ter bastantes açudes na região onde se concentra a agricultura, além de açudes, a água (azul) terá sua representação no sul do município pelo rio Ibicuí.

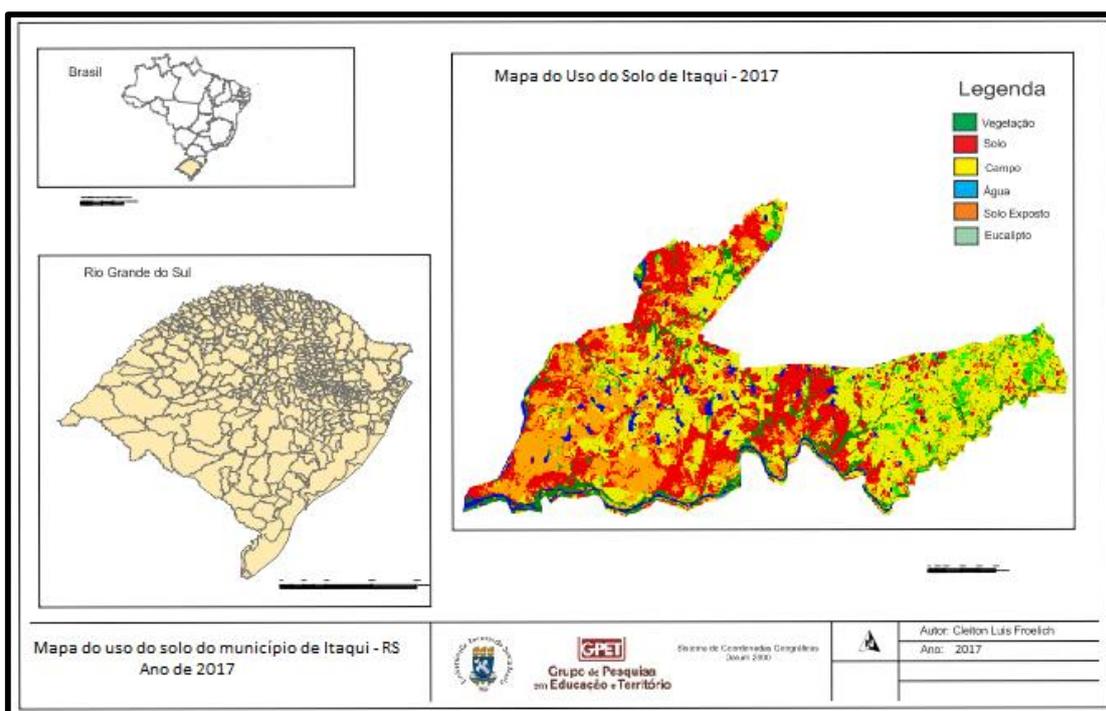
Mapa 10: Uso do solo do município de Itaqui/RS em 2006



No mapa 11 a seguir, do uso do solo de Itaqui de 2017, percebemos uma grande mudança principalmente na diminuição da silvicultura (verde claro) na parte central e oeste do município e um crescimento maior na parte leste do município. A explicação dada pela Emater do município é que as empresas multinacionais que tinham concentrada a plantação na região central do município não tiveram o lucro esperado e acabaram fazendo a colheita e vendendo ou arrendando as terras que obtiveram. E o crescimento da silvicultura na porção leste do município se dá pelos agricultores independentes, no qual não fizeram contratos com as empresas.

Substituindo a silvicultura na região central do município vem o solo exposto (marrom), que representa lavouras recém plantadas ou colhidas, nesse caso mais específico a soja (EMATER), onde teve um crescimento bastante significativo no município. Outra categoria que cresce será o solo (vermelho), onde é a maior parte é o cultivo de arroz. Nas áreas de solo, podemos perceber um aumento também nos açudes, representado pela categoria água (azul), aumentando o processo da agricultura irrigada. As matas ciliares representadas pela vegetação (verde forte), continua a margem do Rio Ibicuí, com leve redução na sua área.

Mapa 11: Uso do Solo do município de Itaqui/RS em 2017



Nos mapas 10 e 11 vistos anteriormente, podemos perceber algumas mudanças, principalmente no aumento da área de solo e solo exposto e uma diminuição na categoria campo. Na tabela 11 a seguir podemos ver o quanto cada categoria ocupa de área no município.

Tabela 11: Área que cada categoria ocupa em hectares no município de Itaqui/RS em 2006 e 2017

Classes	Área em hectares em 2006	Área em hectares em 2017
Vegetação	22.909	15.675
Eucalipto	673	1.373
Água	18.658	19.596
Solo	61.111	75.803
Solo Exposto	49.687	62.905
Campo	187.365	169.051
Área total do Município	340.403	340.403

Org: FROELICH.C.L., 2018.
Fonte: IBGE, 2017.

Na tabela 11 acima, percebemos que a vegetação reduz sua área em 32%, no qual passa de 22.909 hectares em 2006 para 15.675 hectares em 2017, essa redução se observarmos nos mapas 10 e 11, nota-se que a mata ciliar que se concentrava no mapa 10 ao redor do rio Ibicuí que corta o município, reduz no mapa 11 e aumenta as categorias solo e solo exposto. Essas duas categorias apresentam aumento de área nos anos comparados, o solo responsável principalmente pelas lavouras, teve um aumento de 23% na sua área passando de 61.111 hectares em 2006 para 75.803 hectares em 2017. O solo exposto aumentou 30% sua área passando de 49.687 hectares em 2005 para 62.905 hectares em 2017.

A categoria que representa o eucalipto terá um aumento de 50% na sua área passando de 673 hectares em 2006 para 1.373 hectares em 2017, um aumento mais ao leste do município como se vê no mapa 11, principalmente pelo plantio independente de produtores (EMATER). A água tem um aumento de 10%, onde passa de 18.658 hectares em 2006, para 19.596 hectares em 2017, a maior porcentagem dessa categoria é devido o rio Ibicuí cruzar o município, porém o aumento nessa categoria se dá pelo aumento de açudes, que servem para irrigação de lavouras.

O campo que é a categoria do bioma natural do município é o predominante em área, porém a uma redução na sua área, cerca de 10%, passando de 187.365 hectares em 2006 para 169.051 hectares em 2017. Essa diminuição passa que a pecuária extensiva que é a principal atividade econômica agropecuária no município decaiu, no censo agropecuária de 2006 constava 450 estabelecimentos com pecuária, porém no censo agropecuária preliminar de 2017, esse número baixa para 330 (IBGE, 2017).

3.1.6 MAÇAMBARA

No município de Maçambara, percebemos que a sua estrutura fundiária tem o maior número de propriedades pertencendo a classe das pequenas propriedades, tendo um crescimento de 305 propriedades em 2005, passando para 652 propriedades pequenas em 2017. As pequenas propriedades no município em 2005 representavam 59,8% do total das propriedades, e praticamente mantém esse número em 2017 que passou para 60,1%, um aumento de somente 0,3%. As médias propriedades terão um crescimento no

seu número de 136 propriedades em 2005, passa para 307 em 2017, em questão do percentual do total das propriedades teve um crescimento de 1,6%, passando de 26,7% em 2005 para 28,3% em 2017. As grandes propriedades tiveram um aumento no número total de propriedades de 69 em 2005 para 125 propriedades em 2017, já no percentual de participação total, a uma queda 1,9% passando de 13,5% em 2005 para 11,6% em 2017.

Tabela 12: Número de propriedades X Área ocupada no município de Maçambará/RS

Classe por Módulos Fiscais	Número de propriedades					
	2005	%	2015	%	2017	%
0 > 4 MF	305	59,8	592	61,9	652	60,1
4 > 15 MF	136	26,7	244	25,6	307	28,3
Acima de 15 MF	69	13,5	119	12,5	125	11,6
Total	510	100	955	100	1.084	100

Classe por Módulos Fiscais	Área (ha)					
	2005	%	2015	%	2017	%
0 > 4 MF	8.481	9,9	17.962	11,8	19.727	11,9
4 > 15 MF	22.457	26,4	39.506	26	41.811	25,2
Acima de 15 MF	54.276	63,7	94.294	62,2	103.814	62,9
Total	85.214	100	151.762	100	165.352	100

Fonte: INCRA, 2018
Org: FROELICH.C.L.

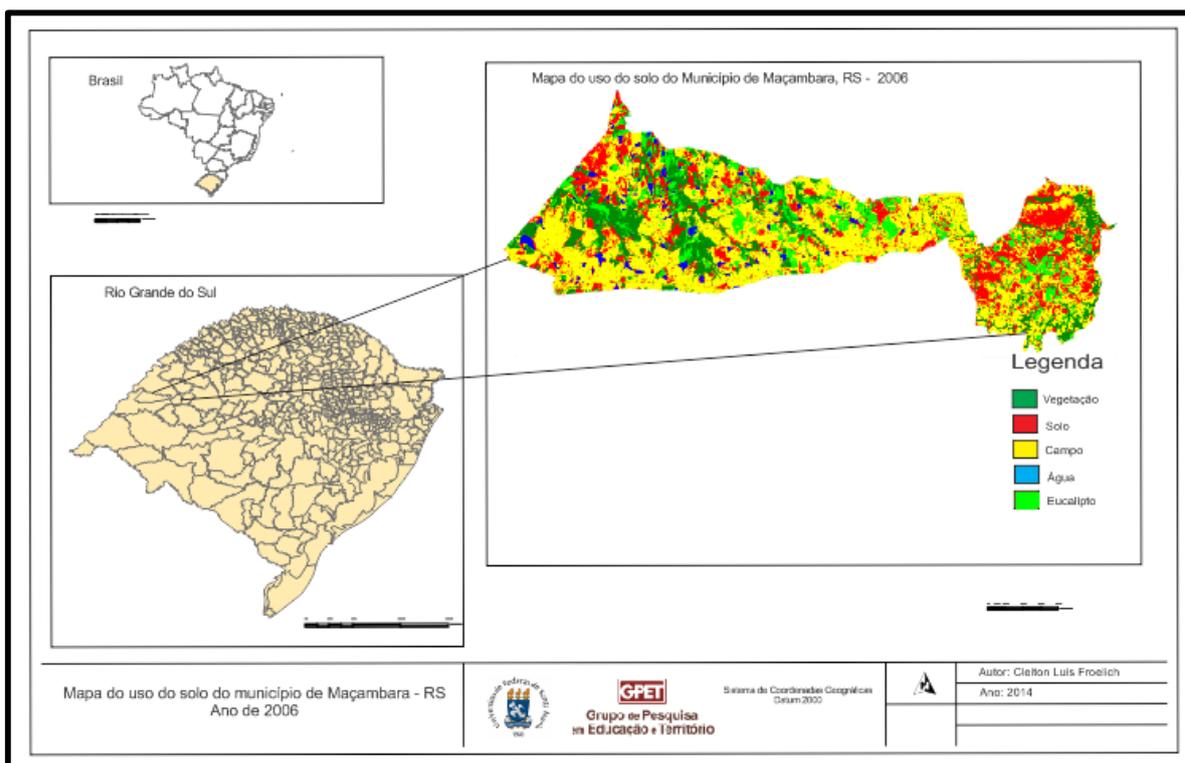
Já em relação a área que cada classe representa, as pequenas propriedades ocupavam uma área de 8.481 hectares em 2005 e sobe para 19.727 hectares em 2017, dessa forma dobrando sua área, porém o percentual da participação total na área, a classe das pequenas propriedades representava 9,9% em 2005 e em 2017 vai representar 11,9%, um crescimento de 2%. As médias propriedades tiveram um crescimento de área, onde em 2005 eram 22.457 hectares em 2017 sobe para 41.811 hectares, e um decréscimo de 1,2% na representação da classe na área total do município, passando de 26,4% em 2005 para 25,2% em 2017. As grandes propriedades tiveram sua área aumentada de 54.276 hectares em 2005 para 103.814 hectares em 2017, tendo dobrado sua área, enquanto a porcentagem que a classe das grandes propriedades representam, é a que predomina no município, representando

63,7% da área total do município em 2005 em 2017 terá uma redução de 0,8%, porém manterá 62,9% da área total.

Analisando o mapa 12 a seguir, o uso do solo do município de Maçambará, percebemos que o campo (amarelo) em 2006 representava a maior área no município, ocupando principalmente as áreas mais central e sul do município. Na porção leste do município se concentrou o solo (vermelho), nessa região vai ter o predomínio de lavouras de arroz, já o solo na região oeste e central do município além de lavouras de arroz, também terá lavouras de soja, trigo e alguns outros cultivos em pequena escala (Emater). Na porção leste e central do município também percebemos, que a silvicultura (verde fraco) tem uma área considerável, visto que as maiores plantações de eucalipto e pinus foi feita pela empresa Stor Enzo.

A água (azul) terá uma representatividade menor no município, visto que o mesmo não tem um rio de grande porte que passa pelo município, dessa forma a categoria está representada em açudes e pequenos riachos. O município não portado de um rio de grande porte a vegetação (verde forte), também não terá uma representação grande, pois essa vegetação no bioma pampa é típica de mata ciliar.

Mapa 12: Uso do Solo do município de Maçambará/RS em 2006.



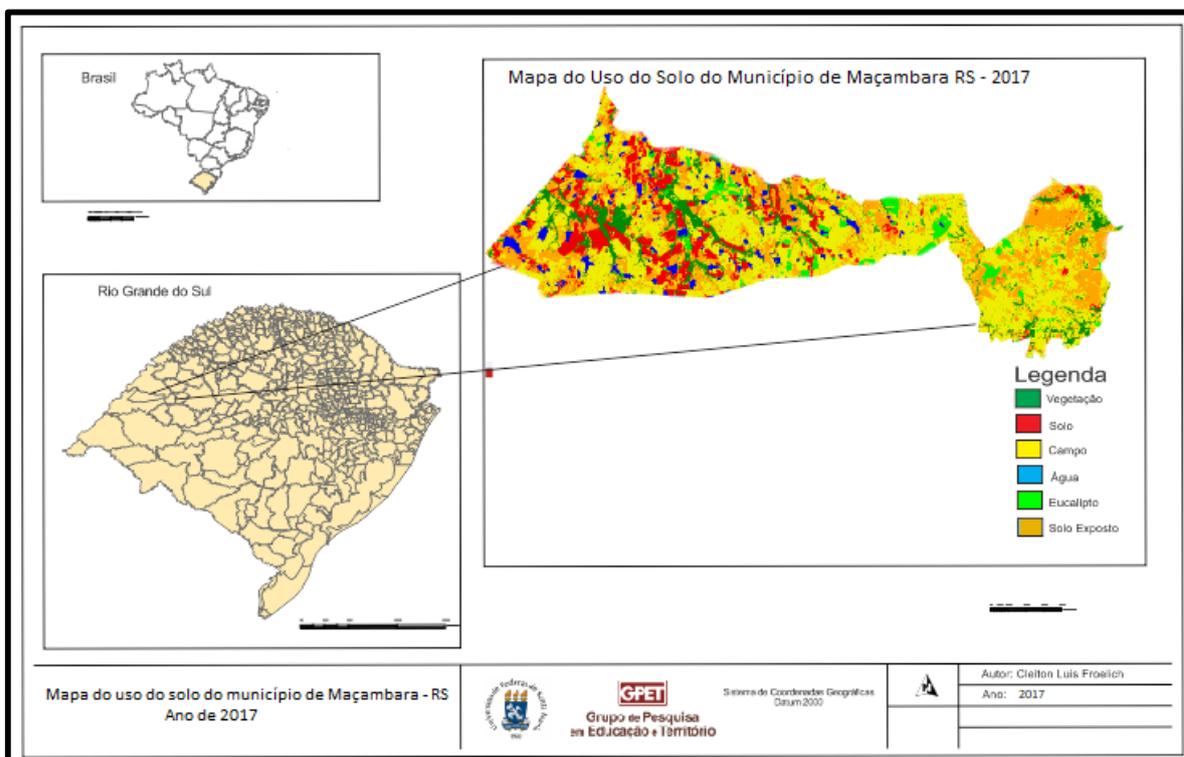
No mapa 13 a seguir do ano de 2017, podemos ver algumas alterações, principalmente no solo (vermelho), no qual tem uma diminuição da sua área, e onde tinha solo no mapa de 2006 acima, agora existe a nova categoria solo exposto (marrom). Na maioria dos demais municípios a categoria solo exposto significa áreas com desertificação, porém no caso de Maçambará a imagem de satélite para confeccionar o mapa foi retirada em março, época de colheita de arroz no município, dessa forma as lavouras da região leste do município que em 2006, tinham o predomínio de arroz, continua sendo predominado pela lavoura de arroz em 2017, porém já colhida. Essa característica se amplia para a parte central e oeste do município, e as áreas de solo presente em 2017, são lavouras de outros cultivares o principal sendo a soja.

Percebemos também que em 2017, diminui a área da silvicultura (verde fraco), onde passado o ciclo de 10 anos do eucalipto e pinus, as empresas que tinham plantação nessa área resolveram fazer o corte da madeira e não plantar mais o cultivares na região, dando mais espaço para a soja. A vegetação (verde forte) que em 2006 já era pequena devido o município não ter uma rede

hidrográfica e dessa forma não possuir mata ciliares, em 2017 essa área diminuiu perdendo espaço para outras categorias.

A água (azul), teve um crescimento na parte mais oeste do município crescendo o número de açudes no município. O campo (amarelo) também mostrou um decréscimo na sua área, principalmente na região do município.

Mapa 13: Uso do solo do município de Maçambará/RS em 2017.



No município de Maçambará, percebemos que a principal mudança na sua estrutura agrária se dá através do crescimento das categorias solo e solo exposto, onde teve uma avanço na parte oeste e sul do município. Na tabela 13 abaixo podemos ver o quanto cada categoria ocupa em hectares no município de Maçambará.

Tabela 13: Área que cada elemento ocupa no município de Maçambará/RS em 2006 e 2017

Classes	Área em hectares em 1994	Área em hectares em 2017
Vegetação	10.181	6.927
Eucalipto	1.455	2.225
Água	6.866	7.952
Solo	62.272	50.772
Solo Exposto	-	30.773
Campo	87.506	69.631
Área total do Município	168.280	168.280

Org: FROELICH.C.L, 2018.
Fonte: IBGE, 2017.

Na tabela 13 acima, percebemos que a estrutura agrária do município de Maçambará, terá uma redução da vegetação em cerca de 32%, no qual reduziu sua área de 10.181 hectares em 2006 para 6.927 hectares em 2017, essa redução é nas matas ciliares, no qual a categoria solo ocupa esse espaço.

O eucalipto é a categoria com menor área, porém se tratando de uma monocultura, tem uma área considerável, e tem um crescimento de área nos anos analisados, ocupando em 2017 uma área de 2.225 hectares, 55% a mais que ocupava em 2005 quando essa categoria ocupava uma área de 1.455 hectares. A categoria água também tem um crescimento de 20% na sua área, o que representa os açudes que foram construídos, esses com objetivo de irrigação das lavouras, principalmente de soja e arroz.

Nas categorias solo e solo exposto, apesar que a categoria solo diminuiu sua área em 2017 comparado ao ano de 2005. Isto se dá pelo fato que as imagens utilizados na confecções dos mapas 12 e 13, são de períodos do ano diferente, sendo assim a área que aumentou no solo exposto na sua maioria pertencia a categoria solo. Na prática boa parte da categoria solo exposto são lavouras que em 2017 estava passando por processo de plantio ou colheita.

O campo que pertence ao bioma natural do município, tem sua área reduzida em 20%, de 87.506 hectares em 2005 passa a ser 69.631 hectares em 2017, essa substituição se dá principalmente por lavouras de soja e arroz, o

censo agropecuária preliminar de 2017 mostra que nesse ano a soja ocupou uma área de 27 mil hectares compara 9 mil em 2006 (IBGE, 2017).

3.1.7 São Borja

O município de São Borja, na tabela 14 a seguir tem na sua estrutura fundiária, um crescimento no número de propriedades de 1.803 em 2005 para 3.351 em 2017, dobrando o número de propriedades registradas no INCRA. A divisão desses números de propriedades por classe, mostra que as pequenas propriedades são que mais detém propriedades em todos os anos registrados, em 2005 era 1.301 pequenas propriedades, passando para 2.339 propriedades em 2017, um aumento de 1.000 propriedades no cadastro do Incra. Na porcentagem que essas pequenas propriedades representam no total das propriedades, em 2005 elas representavam 72,1 % e em 2017 elas representam 69,8%, uma diminuição de 2,3% na representação do total das propriedades.

As médias propriedades tiveram um aumento da suas propriedades, crescendo de 336 propriedades em 2005, para 648 propriedades em 2017, uma aumete de 312 propriedades. Em 2005 as médias propriedades representavam 18,6% do total das propriedades do município e tiveram um crescimento na participação para 19,3%, um crescimento de 0,7%. As grandes propriedades tiveram um aumento de 198 em número de propriedades, em relação a 2005 e 2017. E 2005 as grandes propriedades eram 166, e em 2017 passa a ser 364 propriedades. Na porcentagem de participação no total das propriedades elas tiveram um aumento 1,6% no período analisado, passando de 9,3% em 2005 para 10,9% em 2017.

Analisando a tabela 14 a seguir, percebemos que o número das pequenas propriedades é 7 vezes maiores que as grandes propriedades, mostrando um número muito superior, porém mesmo as pequenas propriedades serem predominantes, as áreas que cada classe possui a uma inversão desses números.

Tabela 14: Número de propriedades X Área ocupada das propriedades no município de São Borja/RS

Classe por Módulos Fiscais	Número de propriedades					
	2005	%	2015	%	2017	%
0 > 4 MF	1.301	72,1	2.183	71,1	2.339	69,8
4 > 15 MF	336	18,6	563	18,4	648	19,3
Acima de 15 MF	166	9,3	323	19,5	364	10,9
Total	1.803	100	3.069	100	3.351	100

Classe por Módulos Fiscais	Área (ha)					
	2005	%	2015	%	2017	%
0 > 4 MF	27.091	12,8	45.826	14,7	54.690	16
4 > 15 MF	53.188	25,1	76.265	24,5	87.520	25,6
Acima de 15 MF	131.140	62,1	188.543	60,8	199.272	58,4
Total	211.419	100	310.634	100	341.482	100

Fonte: INCRA, 2018
Org: FROELICH.C.L

Na tabela anterior, percebemos que área de classe cresce, como a área total das propriedades no município, em 2005 eram 211.419 hectares, passando para 341.482 hectares em 2017, conforme dados do INCRA. As pequenas propriedades tiveram sua área dobrado de 2005 a 2017, onde passaram de 27.091 hectares para 54.690 respectivamente. Mesmo sendo a classe com menor hectares, a sua representação cresceu 3,2% nos anos analisados, no qual passa de 12,8% em 2005 para 16% em 2017.

As medias propriedades, também aumentam sua área no período analisado, passando de 53.188 hectares em 2005 para 87.520 hectares em 2017, um aumento de 30.000 hectares. A sua porcentagem de participação na área total das propriedades, tem um acréscimo de 0,5% nesse período, passando de 25,1% em 2005 para 25,6% em 2017. As grandes propriedades tiveram um aumento na sua área, de 131.140 hectares em 2005 para 199.272 em 2017, um aumento de 68.132 hectares nesse período. Essa classe é responsável pela maior participação de porcentagem na área total do município, tendo um decréscimo de 3,7% no período analisado, passando de 62,1% em 2005 para 58,4% em 2017.

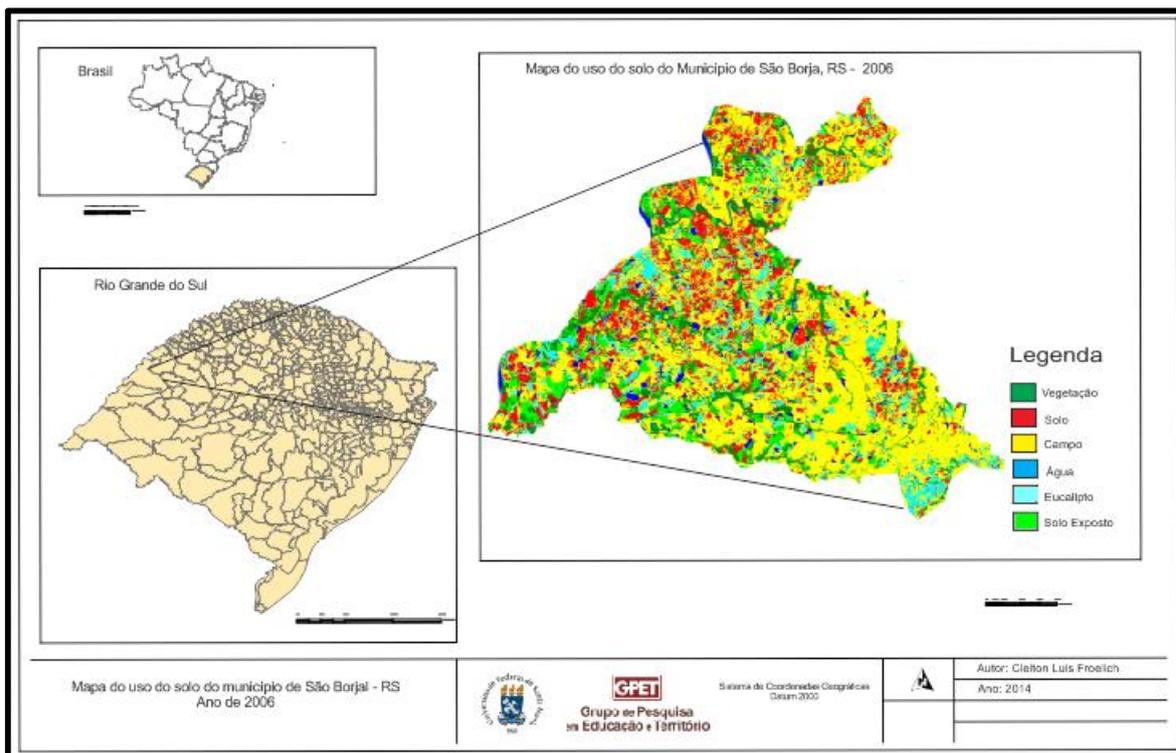
Dessa forma podemos ver, que segundo os dados do INCRA, há um crescimento nos registros das propriedades do município, a área das três classes dobraram sua extensão, porém a estrutura não há uma alteração significativa nesses anos, e por sua vez mostra que é concentrada, pois as pequenas propriedades são 7 vezes maior que as grandes propriedades quando referimos ao número de propriedades, porém apresentam uma área 5 vezes menor que as grandes propriedades.

No mapa 14 a seguir, sobre o uso do solo do município de São Borja em 2006 o campo (amarelo), predominava na parte mais central e oeste do município. Na região oeste do município a predomínio da categoria solo (vermelho), devido ao rio Uruguai, sendo assim terá predomínio das lavouras de arroz e soja.

A silvicultura (turquesa claro), também tem uma área significante na região central do município, também vale destaque para o lado leste, onde é maior área de silvicultura do município, essa da empresa multinacional Stora Enzo. A vegetação (verde forte) também terá algumas áreas na região, porém está mais a oeste do município, principalmente nas matas ciliares do rio Uruguai.

A água (azul), está concentrada na porção oeste, no rio Uruguai que faz fronteira com o país vizinho a Argentina, o rio como os demais municípios que fazem fronteira com a Argentina, serve como a principal fonte de irrigação para as plantações de arroz. O solo exposto (verde fraco), também terá algumas áreas, representando na maioria lavouras recém passadas pelo processo de colheita ou plantação.

Mapa 14: Uso do solo do município de São Borja/RS em 2006.



No mapa 15 a seguir, mostra o uso do solo do município em 2017, onde comparado ao mapa acima mostrou algumas mudanças, o campo (amarelo), ao contrário de quase todos os municípios não terão uma redução muito grande na sua área, isso pode ser explicado pelo fato da pecuária leiteira ter crescido nos últimos anos no município, sendo a terceira atividade agrícola praticada no município (IBGE).

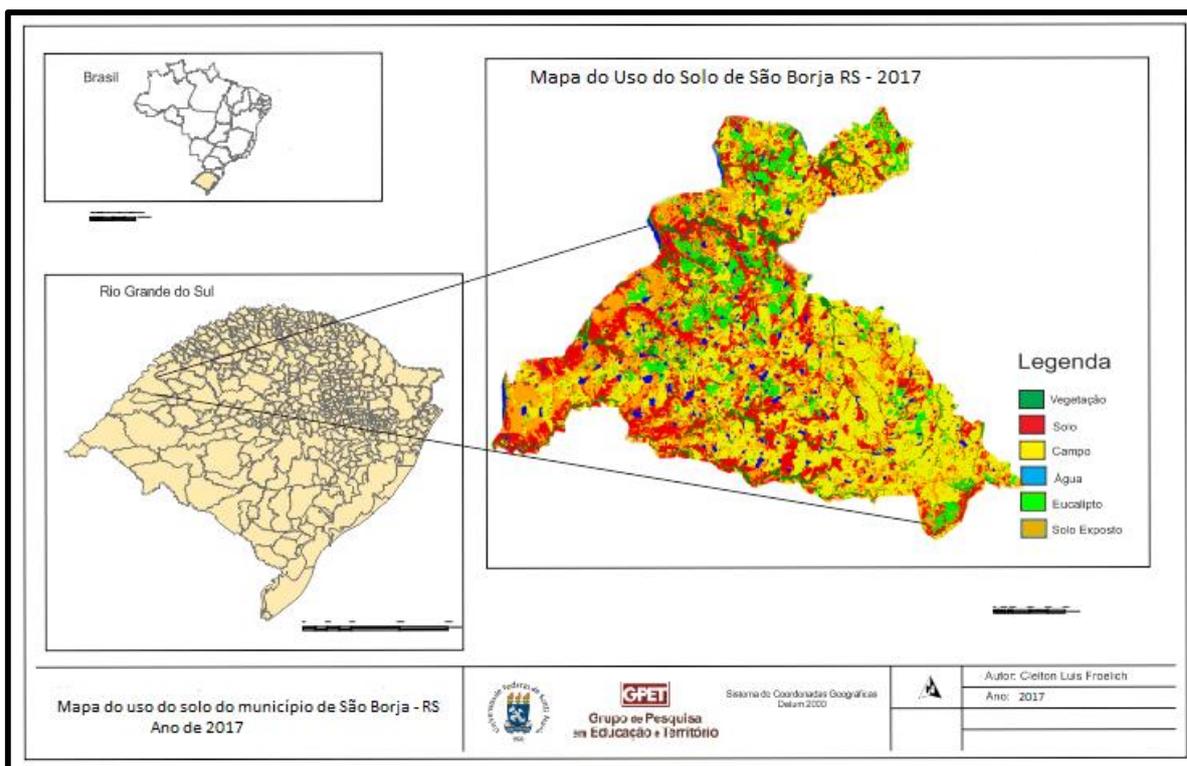
A silvicultura (verde fraco), continua crescendo sua área, principalmente na região central e oeste do município, a maioria dessas áreas de silvicultura serão feitas por proprietários individuais sem contrato com empresas, porém as áreas do leste do município essas irão pertencer a empresas entre a principal a Stora Enso (EMATER).

O solo exposto (marrom), essa categoria terá um crescimento na sua área, mas também por sua maioria representará as lavouras de arroz, visto que a imagem de satélite foi retirada do mês de março, época de colheita do cultivo e dessa forma o solo aparece exposto, algumas áreas de solo exposto mais na região oeste do município será predominadas bancos de areias. O solo (vermelho) serão os demais cultivares plantados no município, sendo a soja o

principal produto desde 2010, sendo plantado principalmente na região central do município.

A água (azul), continua tendo sua principal área na porção oeste do município, representado pelo rio Uruguai, e alguns açudes na região oeste e central. A vegetação (verde forte), tem uma diminuição da sua área, decaindo a mata ciliar do rio Uruguai e algumas áreas centrais que antes em 2006 existiam, deixam esse espaço para o solo (agricultura).

Mapa 15: Uso do Solo do município de São Borja/RS em 2017



Nos mapas 14 e 15 percebemos, que as área de solo e solo exposto cresceram em área no mapa que representa 2017, principalmente na parte mais oeste do município, enquanto que o campo reduz porém é a principal categoria do município. Na tabela 15 abaixo, terá área em hectares que cada categoria representa nos dois mapas do município.

Tabela 15: Área que cada elemento ocupa em hectares no município de São Borja/RS em 2006 e 2017.

Classes	Área em hectares em 2006	Área em hectares em 2017
Vegetação	17.916	14.445
Eucalipto	3.749	4.600
Água	10.848	12.423
Solo	81.338	120.133
Solo Exposto	48.169	25.254
Campo	199.580	184.745
Área total do Município	361.600	361.600

Org: FROELICH.C.L, 2018.
 Fonte: IBGE, 2017.

Na tabela acima a vegetação terá uma redução de 20% em comparação de 2006 para 2017, no qual era 17.916 hectares em 2006 em 2017 será 14.445. Como nos demais municípios a mata ciliar dá espaço as categorias solo e solo exposto, principalmente na porção oeste de São Borja, região costeira ao rio Uruguai, que serve para irrigação para as lavouras.

O eucalipto terá uma aumento de 30%, será a categoria que ocupa a menor área do município, ocupando 4.600 hectares em 2017, 900 hectares a mais que em 2006 que era 3.749 hectares, esse aumento se deu principalmente por produção independente de produtores rurais (EMATER).

A categoria água terá um aumento de 20% na sua área, onde ocupava 10.848 hectares em 2006, passa para 12.423 hectares em 2017, boa porcentagem dessa área se dá pelo Rio Uruguai que passa na porção oeste do município, e o crescimento nessa área se dá pela criação de açudes que servem para irrigação no município.

As categorias solo e solo exposto, terão um aspecto bem semelhante ao município analisado anteriormente de Maçambará, devido as imagens de satélite que serviram para confecção dos mapas serem de períodos do ano diferentes, o solo exposto terá uma diminuição da sua área, pois como em 2006 área que representa a diferença são lavouras que estavam em fase de colheita ou plantio e em 2017 essa diferença será somada na categoria solo pois são lavouras desenvolvidas. Em 2017 a categoria solo exposto terá uma área de 25.254

hectares, no qual representam bancos de areias, perímetro urbano e algumas lavouras em fase plantio ou colheita. O solo terá um crescimento de 50%, passando de 81.338 hectares em 2006, para 120.133 hectares em 2017, soma-se a esse aumento as 23 mil hectares do solo exposto, e mais 20 mil hectares novas de lavouras.

O campo que representa o bioma natural do município, terá uma diminuição da sua área passando de 199.580 hectares em 2006 para 184.745 hectares em 2017, uma diminuição de 15 mil hectares ao longo de 11 anos. Apesar que a pecuária ainda ser um produto forte na economia agrária do município, o que vem crescendo na pecuária é a leiteira, dessa forma se torna mais intensiva e em menores área de campo (IBGE).

3.1.8 São Francisco de Assis

O município de São Francisco de Assis, tem uma característica bastante peculiar comparado aos demais municípios analisados até aqui, é o único município que possui a maior área pertencente a classe das pequenas propriedades. Uma explicação dada pelo INCRA, é que o município apresenta uma área com bastante relevo irregular pertencendo os rebordo do planalto, e um dos municípios que mais sofre com os bancos de areias na região, dois fatores que dificultam a produção agrícola, sendo assim as piores áreas para cultivo ficam para os pequenos proprietários e as mais férteis para os grandes proprietários.

Na tabela 16 abaixo, mostra que o número total de propriedades no município cresceram 2.077 propriedades, passando de 2.712 em 2005 para 4.789 propriedades em 2017. As pequenas propriedades representam a maioria das propriedades, onde em 2005 representavam 2.510 propriedades, ou seja 92,5% das propriedades daquele ano. Em 2017 elas cresceram para 4.374 propriedades, representando 91,3% do total das propriedades do município, analisando a porcentagem teve um decréscimo de 1,2% de 2005 a 2017.

As médias propriedades também tiveram um aumento no número de propriedades nos anos analisados, passando de 182 propriedades em 2005 para 352 propriedades em 2017. A classe teve um aumento na porcentagem na participação do total das propriedades, tendo um aumento de 0,6%, passado de

6,7% em 2005 para 7,3% em 2017. As grandes propriedades triplicaram o número de propriedades no período analisado, passando de 20 propriedades em 2005 para 60 propriedades em 2017, apesar das grandes propriedades triplicar o seu número de propriedades em São Francisco de Assis será o município com menor número de propriedades nessa classe. A porcentagem que essa classe representa é bastante baixa, sendo 0,8% em 2005 para 1,4% em 2017, um crescimento de 0,6%.

Tabela 16: Número de propriedades X Área ocupada pelas propriedades no município de São Francisco de Assis/RS.

Classe por Módulos Fiscais	Número de propriedades					
	2005	%	2015	%	2017	%
0 > 4 MF	2.510	92,5	3.921	91,9	4.374	91,3
4 > 15 MF	182	6,7	295	6,9	352	7,3
Acima de 15 MF	20	0,8	50	1,2	63	1,4
Total	2.712	100	4.266	100	4.789	100

Classe por Módulos Fiscais	Área (ha)					
	2005	%	2015	%	2017	%
0 > 4 MF	70.476	52	113.576	50,2	118.000	48,7
4 > 15 MF	47.545	35	66.040	29,2	76.040	31,4
Acima de 15 MF	17.573	13	46.454	20,6	48.067	19,9
Total	135.594	100	226.070	100	242.107	100

Fonte: INCRA, 2018.
Org: FROELICH.C.L.

Na tabela 16 acima, a área total das propriedades também terá um crescimento, passando de 135.594 hectares em 2005 para 242.107 hectares em 2017. A classe com maior área como dito anteriormente será a classe das pequenas propriedades, onde em 2005 tinha 70.476 hectares passa para 118.000 hectares em 2017. Essa classe será responsável pela participação da metade da área total das propriedades do município, onde em 2005 era 52% da área total em 2017 terá um decréscimo de 3,3% passando para 48,7% da área total.

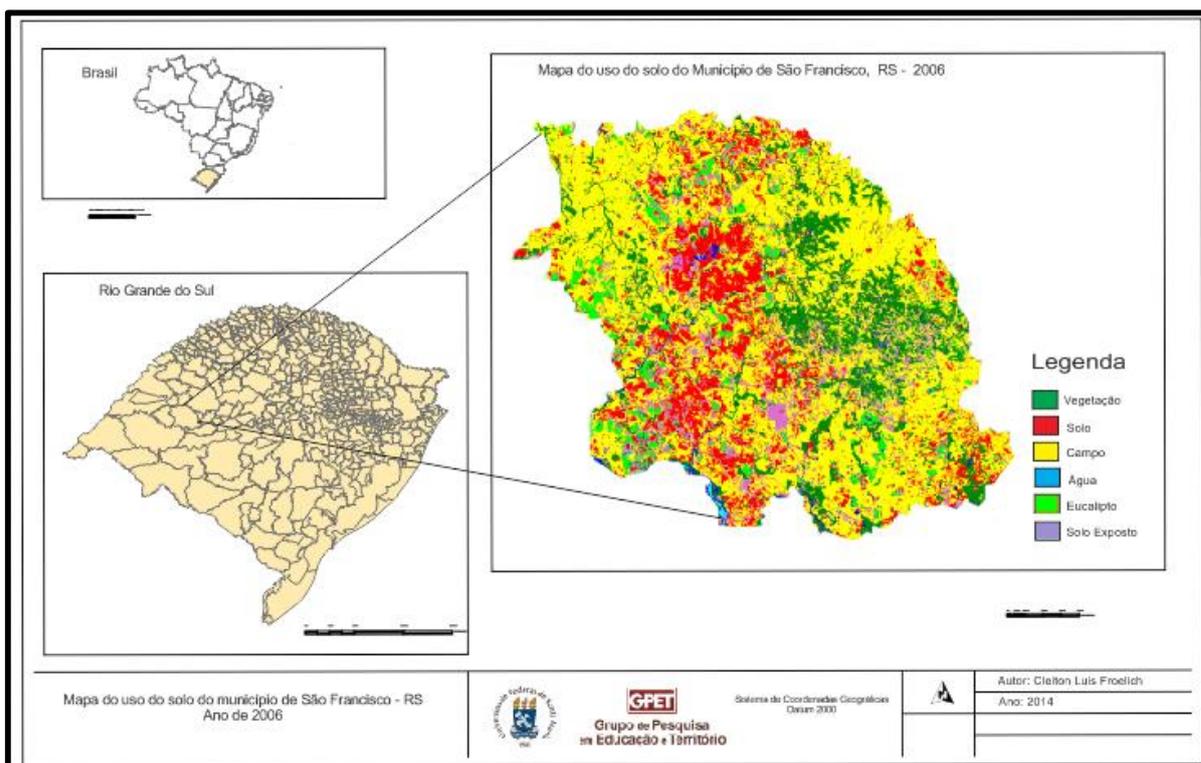
As médias propriedades eram 47.545 hectares em 2005, responsável por 35% da área total, em 2017 as medias propriedades sobem para 76.040 hectares

representando 31,4% do total da área das propriedades. A classe das grandes propriedades terá um aumento significativo na área nos anos analisado visto o número de propriedades dessa classe, em 2005 as grandes propriedades ocupavam uma área de 17.513 hectares, 13% da área total, e em 2017 a área era de 48.067 hectares, tendo um aumento na representação da área total, subindo para 19,9%.

No mapa 16 a seguir do uso do solo do município de São Francisco de Assis em 2005, podemos perceber que existem bastante bancos de areias esses representados pela categoria solo exposto (roxo), principalmente na área central do município, nessa mesma área pode-se perceber uma grande área de vegetação (verde forte), essa área vai ser onde podemos encontrar o relevo irregular, da borda do planalto, sendo assim uma área que não será de plantação de produtos agrícolas, somente utilizado para rebanhos bovino, ovino e equino, devido ter algumas áreas de campo. Também nessa região central terá o solo (vermelho), onde atravessa o município de norte a sul, nessa área existe melhores solos e onde se concentra os cultivos de arroz, soja, trigo e demais cultivares, também é área que possuem as grandes propriedades (EMATER).

O campo (amarelo), tem sua área bastante espalhado pelo município principalmente as regiões do leste e oeste do município. A silvicultura (verde claro), encontra-se mais na porção centro-sul do município, não tendo uma área de grande destaque visto que a maioria dos plantios de eucalipto e pinus será por conta de proprietários individuais sem contrato com empresas de celulose. A água (azul) terá sua representação em açudes localizado nas regiões onde possui o solo de agricultura e ao sul onde terá alguns trechos que o rio Ibicuí atravessa.

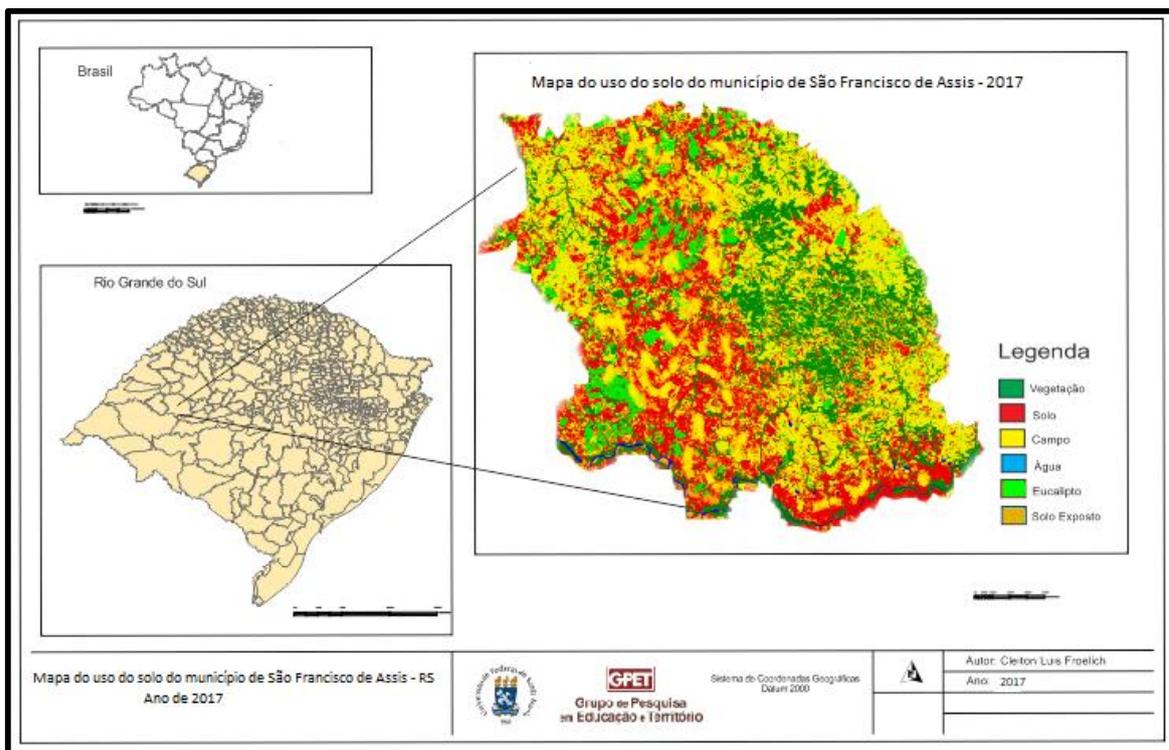
Mapa 16: Uso do Solo do município de São Francisco de Assis/RS em 2006



No mapa 17 abaixo do uso do solo do município de São Francisco de Assis em 2017, podemos perceber algumas mudanças comparado ao mapa acima de 2006, principalmente na faixa central, onde o solo (exposto) tem uma intensificação de sua área, essa categoria continua cortando o município de Norte a Sul, devido ao aumento das lavouras de soja e arroz no município (IBGE). Vale salientar a área da vegetação (verde forte), que manterá seu destaque na faixa central, pertencendo a borda de planalto, porém na região mais ao sul podemos ver que tem umas que diminuem pois aumento o solo nessa área, sendo a maioria plantação de arroz para aproveitar o rio Ibicuí (EMATER). Outra categoria que terá aumento será a silvicultura (verde claro) onde terá um aumento na região central, destacando que sua maior parte será plantada por produtores sem contratos com grandes empresas de celulose.

A água (azul) continua na região central com predomínio de açudes, e na região sul com o rio Ibicuí. O solo exposto (marrom), também tem destaque seus bancos de areia na parte central do município, tendo uma aumento na região oeste e sul do município. O campo (amarelo) também continua espalhado no município, porém terá uma diminuição na área central do município.

Mapa 17: Uso do Solo do município de São Francisco de Assis/RS em 2017



Nos dois mapas 16 e 17 percebemos que as mudanças se dão mais na região central do município, onde as categorias do solo e solo exposto começam a ganhar destaque, dentro dos municípios analisados o município de São Francisco é o município com relevo mais irregular, não permitindo um avanço tão significativo de lavouras. Na tabela 17 abaixo podemos ver o quanto cada categoria ocupou de área nos dois mapas.

Tabela 17: Área que cada elemento ocupa no município de São Francisco de Assis/RS em 2006 e 2017.

Classes	Área em hectares em 2006	Área em hectares em 2017
Vegetação	31.111	25.526
Eucalipto	2.159	8.519
Água	3.769	4.258
Solo	47.251	60.781
Solo Exposto	31.450	29.831
Campo	135.060	121.885
Área total do Município	250.800	250.800

Org: FROELICH.C.L, 2018.

Fonte: IBGE, 2017

A vegetação terá um decréscimo na sua área de 20% nos anos analisados, onde em 2006 ocupava uma área de 31.111 hectares em 2017 passa a ocupar uma área de 25.526 hectares em 2017, 6 mil hectares a menos. Podemos perceber nos mapas que onde existia vegetação em 2006 agora existe solo ou solo exposto.

O Eucalipto terá um aumento na sua área, praticamente quadruplicando sua área nos anos analisados, passando de 2.159 hectares em 2006 para 8.519 hectares em 2017, um crescimento bastante elevado, junto com Alegrete é o município com maior área plantada do cultivo, porém o lucro esperado, pois na maioria das plantações do cultivo no município foi de forma independente por produtores rurais, e ao longo desses anos não teve o retorno esperado, causando prejuízos financeiros sem contar o dano ambiental que o cultivo trás. (EMATER). A categoria água também terá um crescimento na área nos anos analisados, cerca de 500 hectares a mais, 3.769 hectares em 2006 passando para 4.258 hectares em 2017.

O solo terá um aumento de 30%, que corresponde a cerca de 12 mil hectares a mais, e esse acréscimo se dá pela plantação de soja, onde consta no censo agropecuária preliminar de 2017, o cultivo de 44.450 hectares, 4 vezes maior que aparece no censo agropecuário de 2006. O solo exposto praticamente manteve sua área, tendo o perímetro urbano e bancos de areias com maior destaque.

O campo, terá uma redução de 10%, passando de 135.060 hectares em 2006 para 121.885 hectares em 2017, mostrando que a pesar do relevo bastante irregular, as tecnologias vão facilitar para introdução de novas lavouras, dentro delas a soja.

Os municípios analisados, em todos eles terão uma semelhança muito grande na estrutura agrária, no qual o bioma natural que é o campo, terá sua área reduzida, juntamente com o campo outra categoria que diminuirá será a vegetação, responsável pela mata ciliar. O município que apresentou menor redução nesses aspectos foi Manoel Viana, onde teve redução tanto na vegetação como no campo menos de 10% de 2006 para 2017.

Nos mapas como na análise do Censo agropecuário de 2006 e o preliminar de 2017, percebemos que os cultivos de monoculturas estarão cada vez mais presente nesses municípios, sendo os dois principais a soja e o eucalipto. O arroz também é uma monocultura que ocupa uma área considerável da região até mais que o eucalipto, mas esse já foi introduzido na região desde os ano de 1970.

3.2 A MONOCULTURA E MUDANÇA DO TERRITÓRIO DA CAMPANHA OCIDENTAL

Os cultivos de arroz, soja e eucalipto são as monoculturas introduzidas a partir dos anos 2000 na Campanha Ocidental gaúcha. As mesmas ocasionaram consequências na organização do espaço e território da região.

Os novos cultivos fará com que terá novas dinâmicas econômicas num território que concentrava suas atividades econômicas na pecuária extensiva. Essa atividade foi desenvolvida na sua maioria nas grandes propriedades, que por sua vez exercerão a relação de poder na região. O território conforme o autor Haesbaert, exerce esse poder da seguinte forma:

O território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço, “desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’” (Haesbaert, 2004:95-96).

Dessa forma o território da campanha Gaúcha, terá nas grandes propriedades uma apropriação também cultural e simbólica. Os latifúndios na região será uma marca bastante cultural da região, mas só se prevalecer devido a dominação política e econômica, a sua origem se dá através das Sesmarias, grandes fazendas de charque, e as políticas públicas brasileiras que beneficiaram as grandes propriedades no Brasil.

Nos últimos anos, as dinâmicas capitalistas, farão com a dominação sobressai a apropriação, o que para Lefebvre o ideal seria as duas caminhar juntas, e ante mesmo a segunda sobrepor a primeira. No caso da campanha as grandes propriedades e a pecuária extensiva, uma marca cultural da região, com as novas relações capitalistas darão espaço para novos cultivos e simplesmente

se transformarão em mercadorias capitalistas, trazendo consigo problemas ambientais, acentuando problemas de desigualdade sociais e modificando a paisagem.

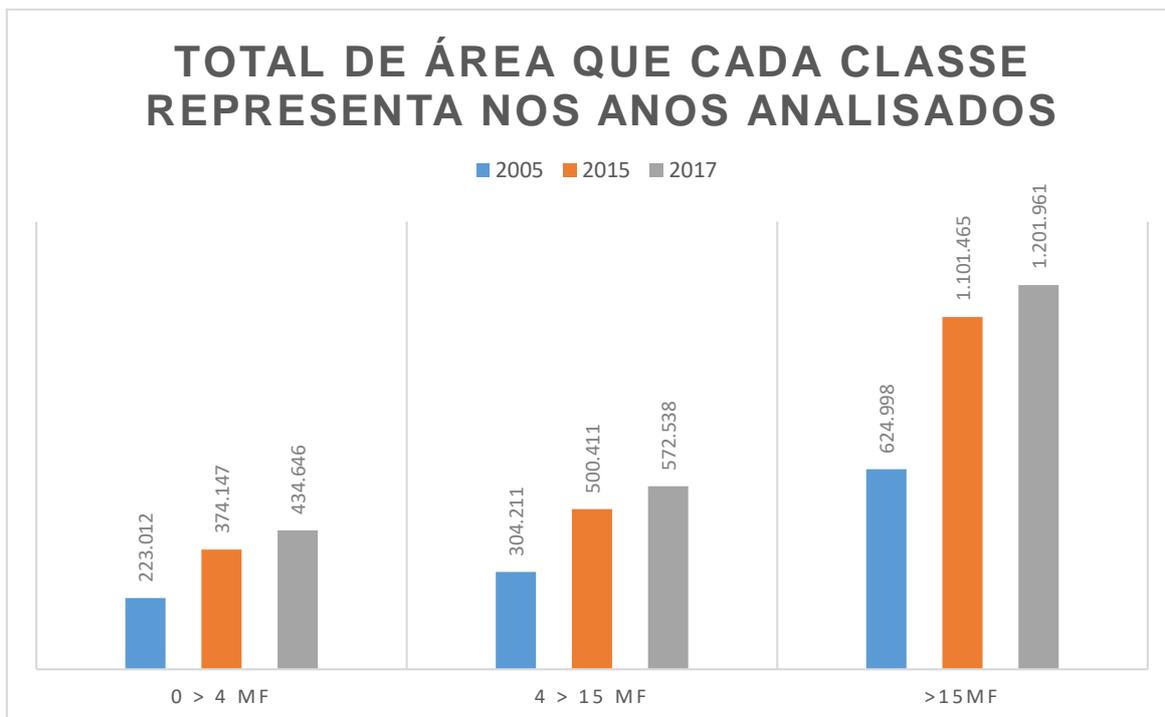
Os cultivos de arroz, soja e eucalipto são as monoculturas introduzidas a partir dos anos 2000 na Campanha Ocidental gaúcha. As mesmas ocasionariam consequências ambientais e mudanças na paisagem na qual pode ser caracterizada como um sistema complexo refletindo interações entre três ambientes: o natural, o cultural e o econômico (BRYANT et. al., 1982). Conforme o autor, o ambiente natural constitui suporte para as necessidades humanas e potencial recurso econômico e cultural.

Na dimensão econômica os recursos naturais e humanos são utilizados para a satisfação das necessidades humanas, enquanto a dimensão cultural é constituída pelas organizações e interações políticas e sociais e pela herança cultural (GONÇALVES, 2012; p.43).

Sobre a análise da estrutura fundiária dos municípios da Campanha Ocidental, percebemos que está extremamente concentrada, onde apenas o município de Garruchos apresenta uma diminuição da área das grandes propriedades quando comparado 2005, 2015 e 2017, porém mesmo com a diminuição da área ao longo desses anos, as grandes propriedades ainda ocupam no município uma área maior.

Outro município que apresenta números diferentes é São Francisco de Assis, esse apresenta uma área maior para as pequenas propriedades, justificada pelo coordenador da Emater da região isso se explica pois o município apresenta uma característica física bem marcante, com solo e relevo irregulares. Onde as terras agricultáveis do município estão no poder dos grandes proprietários.

No gráfico 1 abaixo podemos perceber com bastante clareza a estrutura fundiária da campanha ocidental e o quanto ela está concentrado, as grandes propriedades são 3 vezes maiores que as pequenas propriedades.



Fonte: INCRA
Org: FROELICH.C.L, 2018

A partir do gráfico é possível visualizar que as propriedades com até 4 módulos fiscais ocupavam uma área de 434.646 hectares, enquanto que grandes propriedades em 2017 representam uma área de 1.201.961 hectares, uma desigualdade bastante grande, mesmo que as monoculturas entraram na região nos últimos anos.

Ainda que tenha ocorrido um crescimento no registro, continua intacta, isso mostra que as políticas de reforma agrária tem sido ineficaz em toda a história dos municípios da Campanha Ocidental, e podemos dizer na história do Brasil.

As culturas de arroz, soja e eucalipto inseridas na Campanha Gaúcha vem no decorrer do século XXI modificando relações econômicas, sociais e culturais. O uso desenfreado dos recursos naturais, o abandono das atividades tradicionais em detrimento de atividades vinculadas às demandas do mercado externo afetam diretamente o Bioma Pampa e as pequenas propriedades.

Considerações Finais

O espaço da Campanha Ocidental Sul-rio-grandense está passando por um período de transformação, mesmo que o latifúndio permaneça como um marco dessa região, as relações que haviam no passado já estão modificadas no presente.

Percebeu-se que o território, anteriormente utilizados com a pecuária extensiva, passa a ser ocupado para o cultivo da soja, eucalipto e pecuária intensiva, as relações com o espaço se alteram a inserção destas atividades. A chegada de empresas estrangeiras de celulose e dos frigoríficos mudaram o fluxo econômico da região, que no entanto manteve aspectos de desigualdade e segregação. Ou seja, muda-se a base econômica, mas a estrutura agrária pouco se altera.

As novas tecnologias e monoculturas inseridas na região, enraizadas num processo histórico, tanto brasileiro quanto regional e municipal, faz com que a estrutura fundiária da região continue concentrada nas grandes propriedades, e observando o momento atual nas políticas públicas voltadas para o campo permanecerá por um bom tempo, com agravamento nos quadros sociais e ambientais.

No âmbito do desenvolvimento agrário e econômico, a região da Campanha Ocidental começa a ter várias mudanças na sua paisagem rural, decorrentes da introdução da monocultura de árvores e seus impactos sobre as atividades tradicionais.

Esse impacto se dá no momento em que resgatamos a formação histórico-geográfica da região, mostrando quais foram os marcos dessa história e características atreladas à figura do gaúcho. A campanha na sua história foi uma região conquistada através de batalhas entre a Coroa Portuguesa e Espanhola, e sua principal consequência foi praticamente o extermínio da população indígena. Porém essa população foi importante para a formação da figura do gaúcho, as técnicas com a pecuária apropriada pelo gaúcho, vestimentas, o chimarrão todas essas culturas da marca do gaúcho tem sua origem na comunidade indígena.

A apropriação da pecuária, a domesticação do gado xucro que vivia solto, e as características naturais da Campanha Gaúcho facilitou o desenvolvimento da

pecuária extensiva, porém ela começou a sofrer uma decadência em meados de 1990, e sofreu sua pior crise em 2000, as técnicas ultrapassadas e mercados mais modernos como da Argentina e Uruguai fez com que essa prática apresentasse uma grande retração.

Por outro lado, técnicas ligadas à modernidade, como os frigoríficos, os cultivos como a soja transgênica e as monoculturas de árvores, conforme apontou o mapeamento realizado, provocaram a diminuição das áreas de campo, cuja vegetação característica é responsável pela identidade tradicional da região.

No mapeamento realizado, percebemos que o campo teve uma redução de sua área nos últimos anos, os municípios que apresentam maior diminuição da sua área foram Alegrete, Maçambará e Garruchos, no qual os três apresentam uma diminuição em percentual de 20%, tendo destaque para Alegrete, que teve uma redução 100 mil hectares de campo nativo ao longo de 10 anos.

Os municípios de São Francisco de Assis, São Borja, Itaqui, Manoel Viana e Barra do Quaraí tiveram uma redução percentual de 10% na área de campo nativo. Em contrapartida analisando o mapeamento e o Censo Agropecuário do IBGE, percebe-se que em todos os municípios ocorreu incremento do cultivar da soja transgênica.

Os principais municípios que tiveram aumento da soja, foram Alegrete no qual foram implementados nesses anos analisados, cerca de 50 mil hectares de soja, outros municípios que tiveram destaque para o aumento da soja, será São Borja, Garruchos, Itaqui e Manoel Viana, todos tiveram um aumento de 18 a 27 mil hectares. Nos demais municípios tiveram um aumento de no máximo 12 mil hectares.

O eucalipto, por sua vez, também possui destaque na região, nos anos analisados, o cultivo na maioria dos municípios o crescimento em 2006 para 2017, esteve na faixa de área 400 e 1000 hectares, com exceção dos municípios de Alegrete e São Francisco de Assis, que tiveram um aumento de 15 mil hectares e 6 mil hectares respectivamente. O município de Manoel Viana teve uma redução da área cultivada nos anos analisados.

Assim os dois cultivos, soja e eucalipto são os responsáveis maiores pela diminuição da área nativa da Campanha Ocidental. Além dos cultivos alterarem

o espaço e território da Campanha, fazem a estrutura fundiária dos municípios da campanha Ocidental, permanecem praticamente inalterados nos anos analisados.

Percebe-se que o cadastro das propriedades rurais no INCRA, tem um crescimento elevado, praticamente triplicando o número de propriedades cadastradas. Mas da mesma forma que o número de propriedades aumentaram, as áreas de cada classe aumentam também, sendo assim as grandes propriedades serão responsável pela maior área nos municípios analisados. Em média a área das grandes propriedades nos municípios correspondem uma porcentagem superior a 55%, tendo destaque para Barra do Quaraí, no qual as grandes propriedades correspondem a 80% da área total das propriedades no município, e Itaqui com 70% da área das propriedades para as grandes propriedades. O município com menor concentração fundiária será São Francisco de Assis, onde as grandes propriedades correspondem a 20% da área total das propriedades no município.

Assim o trabalho apresentou dados da estrutura fundiária e estrutura agrária da Campanha Ocidental, mostrando algumas preocupações com a permanência da estrutura fundiária, sabendo das consequências negativas que trazem para a população local, além do surgimento de novas monoculturas que agravam ainda mais as questões socioeconômicas do municípios, além do agravamento das questões ambientais que esses cultivos produzem.

REFERÊNCIAS

- ABRAF, **Anuário Estatístico da ABRAF 2013**. Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas, Brasília, 2013.
- ANDRADE, E. N. de; VECCHI, O. **Os Eucalyptos: Sua Cultura e Exploração**. São Paulo: Typhographia Brazil de Rothschild & Comp, 1918.
- BALSAN, R. **Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira**. In: Campo – território, Agosto 2006, p.123-151.
- BENCKE, G . **Monoculturas podem decretar o fim dos pampas**. In: Revista: IHU-ON-LINE, UNISINOS, 190 (6), 07. AGOSTO. 2006. , p. 10 a 13.
- BINKOWSKI, P. **Conflitos ambientais e significados sociais em torno da expansão da silvicultura de eucalipto na “Metade Sul” do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2009.
- BRANDÃO, C. R. **Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil**. Disponível em:
<http://www.ifch.unicamp.br/ceres/037-064-carlos_rodrigues.pdf> - Acesso: 13 jun. 2014.
- CAMPOS, C. S. S. **A face feminina da pobreza em meio a riqueza do agronegócio**. 1ª edição, Buenos Aires: CLACSO, 2011.
- CARDOSO, R. **Algumas considerações sobre a monocultura do eucalipto e suas implicações**. Viçosa. Universidade Federal de Viçosa, 2007.
- CARTA DA PAISAGEM CULTURAL. Seminário Semana do Patrimônio – Cultura e Memória na Fronteira. Bagé, 2007.
- CAVALCANTE, M, B. **Mudanças da estrutura fundiária de Mato Grosso (1992-2007)**. Presidente Prudente. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Unesp. 2008
- CHELOTTI. M, C. **Produção desigual do espaço e dinâmica regional da agropecuária na campanha gaúcha (Brasil)**. In: Revista Eletrônica de Geografia, v.2, n.6, p.36-67, abr. 2011.
- CHELOTTI. M, C. **A estância metamorfoseou-se: (re) configurações territoriais e expressões da reterritorialização camponesa na Campanha Gaúcha (1990-2007)**. Uberlândia, 2009.
- COSTA, R. L. & MENDES, E. P. **A diferenciação nas relações de trabalho no contexto sucroalcooleiro em Goiatuba e Itumbiara**. XXI Encontro Nacional de Geografia Agraria, Uberlândia, 2012.

CRAWSHAW, D. et al. **Caracterização dos campos sul-rio-grandenses: uma perspectiva da paisagem.** In: Boletim Gaúcho de Geografia. / Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Porto Alegre. Vol. 33, 2007.

COUTINHO, L. M. **O conceito de bioma.** Acta Bot. Bras, 2006

DAVID, Cesar De. **Agricultura familiar em assentamentos rurais: contribuições à dinâmica regional do sul do estado do Rio Grande do Sul.** In: MARAFON, Gláucio José; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. (Org.). **Agricultura, desenvolvimento e transformações socioespaciais: reflexões interinstitucionais e constituição de grupos de pesquisa no rural e no urbano.** Uberlândia/MG: Assis Editora, 2008. p. 15-38.

De La Torre, W. G. **O que o monocultivo de eucalipto tem a ver com a crise hídrica de São Paulo?** Site Agróxico Mata disponível em : <<http://www.contraosagrototoxicos.org/index.php/noticias/41-agrototoxicos/478-o-que-o-monocultivo-de-eucalipto-tem-a-ver-com-a-crise-hidrica>> acessado em 19 de novembro de 2015

LESBÃO, L. E. G.; **Licenciamento ambiental pelos municípios: importância e procedimentos para sua implantação.** In: Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2009.

FARINATTI, L. A. **Confins Meridionais: Famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865).** Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2010.

FIGUEIRÓ, A. S.; SELL, J. C. **O bioma pampa e o modelo de desenvolvimento em implantação no Alto Camaquã.**

LESSA, S.; TONET, I. **Introdução à filosofia de Marx.** São Paulo, Editora Expressão Popular, 2011.

FILHO, E, P, C. **Eucalipto: Demanda Crescente.** In: Artigos Técnicos, São Paulo, 2007.

FERNANDES, B, M; WELCH, C,A; GONÇALVES, E, C. **Políticas fundiária no Brasil, uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil.** Roma, 2012.

FILHO, J, L, A; FONTES, R, M, O. **A formação da propriedade e concentração de terras no Brasil.** In: Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada, julho de 2009, p.63-96

IBGE. **Censo Agropecuário 2006.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-borja/pesquisa/24/76693?ano=2006>> Acesso em 15 de Janeiro de 2019.

IBGE. **Censo agropecuário de 2017, resultados preliminares.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-borja/pesquisa/24/76693?ano=2017-preliminar>> Acesso em 15 de janeiro de 2019.

IRGA. **Produtividades municipais - safra 2014/15**. Disponível em: http://www.irga.rs.gov.br/upload/20150710145210produtividade_municipios_safra_14_15.pdf> Acessado em 22 de novembro de 2015.

GUIMARÃES, A.P. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra LTDA, 1968.

MACHADO, S. M. M.; VELA, J. M. **Apontamentos acerca da discussão sobre a introdução das empresas de celulose nos pampas gaúchos: para onde vai a fronteira Sant'ana do Livramento**. Revista Geográfica de América Central Número Especial EGAL, 2011- Costa Rica II Semestre 2011 pp. 1-15.

MADEIRA, M. **O Pampa e o monocultivo de eucalipto**. In: Revista do Instituto Humanista da Unisinos, Porto Alegre, 2015.

MAESTRI, M. **O Escravo Gaúcho: resistência e trabalho**. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 1993.

MARTINS, José Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**, Petrópolis, Vozes, 1983.

MEIRELLES, D.; CALAZANS, M. **H2O para celulose x água para todas as línguas**. Vitória: FASE, 2006.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil, grandes regiões e unidades da federação (de 1970 a 2008)**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

MIRALHA, W. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje**. In: Revista Nera, junho de 2006, p.150-172.

MONTEBLANCO, F.L. **O espaço rural da campanha gaúcha, Santana do Livramento, das origens a reforma agrária**. Jundiá; Editora Paco, 2016.

OLIVEIRA, S, L, de. **Tratando de metodologia científica**. São Paulo, SP. Pioneira Thomason Learning, 2002.

PEREIRA, F. G.; **O PAMPA COMO BIOMA E PAISAGEM CULTURAL: Um estudo de percepção ambiental e preferência paisagística**. Rio Grande, 2012.

PEREIRA, V. C. **Conservação do Bioma Pampa e contribuição do desenvolvimento rural**. 2014, Mundo Agrario, 15 (28). En Memoria Académica. Disponible em: http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.6181 /pr.6181 .pdf

RASSESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMIRES, J, C, L. PÊSSOA, V, L, S. **Geografia e Pesquisa Qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis Editora, 2009

REVERBEL, C. **O gaúcho. Aspectos de sua formação no Rio Grande e no Rio da Prata.** Porto Alegre: L&PM, 1986.109 p.

ROSSI, V. **Territorio em conflicto. Reestructuración productiva y producción familiar em el campo uruguayo. Pampa.** Revista Interuniversitaria de Estudios Territoriales, año 6 n° 6, Santa Fe, Argentina.

RUCKERT, A.A. **Metarmofose do território. A agricultura de trigo/soja no planalto médio rio-grandense 1930-1990.** Porto Alegre; Editora da UFRGS, 2003.

SANTOS, M. **Metamorfose do espaço habitado.** São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2002.

SAQUET, M, A. SPOSITO, E, S. **Territorios e territorialidades: teoría, procesos e conflitos.** São Paulo, Editora Expressão Popular. 2009.

SAQUET, Marcos Aurélio; ANTONELLO, Joice A. **A territorialização na agricultura familiar: materializações na paisagem de Francisco Beltrão (Paraná, Brasil)** In: anais V SIMPGEO (Simpósio Paranaense de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia). Curitiba, 2010, p. 405-420.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial.** São Paulo: Outras Expressões, 2011.

STEDILE, J.P. **A questão agraria no Brasil: O debate na década de 2000.** São Paulo, Editora Expressão Popular, 2013.

TAMBARA, E. **RS: Modernização e crise na agricultura.** Porto Alegre/RS, Edtoria Mercado Aberto, 1983.

VIANA, V. C. **A produção canavieira na Região de Ribeirão Preto/SP. Força de trabalho e reestruturação da agroindústria da cana-de-açúcar.** XXI Encontro Nacional de Geografia Agraria, Uberlândia, 2012.

VIEIRA, N. M. **O trabalho rural no Brasil: inovações técnicas e (re) organização espacial com a estruturação produtiva do capital na cadeia carne/ grãos na BR- 163 MT.** XXI Encontro Nacional de Geografia Agraria, Uberlândia, 2012.

VERVUUT, A. **EMPRESA AUDITADA: CMPC CELULOSE RIOGRANDENSE LTDA.** In: Relatório de Auditoria do Fórum do Rio de Janeiro, 2010.